



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE – CELS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – MESTRADO/PPGEn
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:
CIÊNCIAS, LINGUAGENS, TECNOLOGIAS E CULTURA
LINHA DE PESQUISA: ENSINO EM LINGUAGENS E TECNOLOGIAS

ADRIANE DEQUI PALMA

**A LINGUAGEM DO CÁRCERE: UM MAPEAMENTO LINGÜÍSTICO DA
PENITENCIÁRIA FEMININA DE FOZ DO IGUAÇU**

FOZ DO IGUAÇU – PR
2024



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE – CELS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – MESTRADO/PPGEn
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:
CIÊNCIAS, LINGUAGENS, TECNOLOGIAS E CULTURA
LINHA DE PESQUISA: ENSINO EM LINGUAGENS E TECNOLOGIAS

ADRIANE DEQUI PALMA

**A LINGUAGEM DO CÁRCERE: UM MAPEAMENTO LINGUÍSTICO DA
PENITENCIÁRIA FEMININA DE FOZ DO IGUAÇU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino – PPGEn, área de concentração: Ciências, Linguagens, Tecnologias e Cultura, linha de pesquisa: Ensino em Linguagens e Tecnologias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ensino.

Orientadora: Profa. Dra. Maridelma Laperuta Martins

FOZ DO IGUAÇU – PR
2024

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Palma, Adriane Dequi

A linguagem do cárcere: um mapeamento linguístico da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu / Adriane Dequi Palma; orientadora Maridelma Laperuta Martins. -- Foz do Iguaçu, 2024.

135 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Foz do Iguaçu) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino, 2024.

1. Variações linguísticas. 2. Foz do Iguaçu. 3. Penitenciária . 4. Detentas. I. Martins, Maridelma Laperuta , orient. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Reitoria

CNPJ 78.680.337/0001-84

Rua Universitária, 1619, Jardim Universitário

Tel.: (45) 3220-3000 - Fax: (45) 3225-4590 - www.unioeste.br

CEP: 85819-110 - Cx. P.: 701

Cascavel - PARANÁ



ADRIANE DEQUI PALMA

**A LINGUAGEM DO CÁRCERE: UM MAPEAMENTO LINGÜÍSTICO DA
PENITENCIÁRIA FEMININA DE FOZ DO IGUAÇU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Ensino, área de concentração Ciências, Linguagens, Tecnologias e Cultura, linha de pesquisa Ensino em Linguagens e Tecnologias, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Maridelma Laperuta Martins

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu
(UNIOESTE)

Mariangela Garcia Lunardelli

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu
(UNIOESTE)

Regina Coeli Machado e Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu
(UNIOESTE)

Fabiane Cristina Altino

Universidade Estadual de Londrina - UEL (UEL)

Foz do Iguaçu, 7 de março de 2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu amado pai, Paulo (*in memoriam*), cujo apoio incondicional sempre me motivou a perseguir os meus sonhos. Tenho a certeza de que, neste momento, ele está vibrando de orgulho no céu, testemunhando mais esta conquista. Que a luz e o amor do seu espírito estejam sempre presentes em cada passo que eu der.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me fortalecer nos momentos em que pensei em desistir, por Sua infinita sabedoria, paciência e graça, que me permitiram vencer todas as dificuldades e alcançar este momento de vitória.

Agradeço imensamente ao meu marido, à minha filha e à minha mãe pelo apoio incondicional, incentivo e compreensão ao longo desse período. Agradeço por terem suportado minhas ausências e compreendido a importância desta conquista em minha vida.

Aos meus queridos irmãos e a todos os amigos, expresso minha gratidão por compartilharem o orgulho e a alegria ao me verem completar esta importante fase da minha vida acadêmica. Suas palavras de encorajamento e apoio foram verdadeiramente significativas.

À professora Maridelma Laperuta Martins, expresso minha gratidão por ter orientado este trabalho e por me fazer acreditar em minha capacidade, além de compreender minhas falhas. Agradeço também às professoras Mariangela Garcia Lunardelli e Regina Coeli por aceitarem participar da banca de qualificação e também à professora Fabiane Altino por aceitar também compor a banca de defesa desta dissertação.

Agradeço a todos os professores e colegas do mestrado e do grupo de pesquisa da Alef pelos valiosos ensinamentos e contribuições compartilhados durante as aulas e encontros. Quero destacar especialmente o apoio e o incentivo das minhas colegas e amigas, Rosa e Vanilda, que estiveram ao meu lado durante toda a jornada.

À administração da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, manifesto minha sincera gratidão por abrir as portas da unidade penal e por oferecer total apoio para à realização desta pesquisa. Agradeço a todos os funcionários da segurança, professores e detentas que, generosamente, concordaram em participar deste estudo, compartilhando suas entrevistas e informações, fundamentais para o sucesso deste trabalho. Em especial, quero expressar minha profunda gratidão à pedagoga da unidade, Josiane Kojo, por me introduzir ao mundo do mestrado em educação e por me incentivar a seguir nesse caminho.

RESUMO

PALMA, Adriane Dequi. **A linguagem do cárcere: um mapeamento linguístico da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu. 2024.** 135 f. Dissertação (Mestrado em Ensino). Programa de Pós-Graduação em Ensino. Área de concentração: Ciências, Linguagens, Tecnologias e Cultura, Linha de Pesquisa: Ensino em Linguagens e Tecnologias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2024.

Por meio da linguagem, as pessoas expressam a identidade do grupo ao qual pertencem. No sistema carcerário, composto por um grupo minoritário excluído da sociedade, são utilizados recursos linguísticos distintos da norma padrão da língua portuguesa, o que nos instiga a uma pesquisa sobre sua relevância social dentro desse sistema. Assim, esta dissertação visa a observar e analisar o léxico do ambiente prisional na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu — Unidade de Progressão (PFF-UP). Logo, nossa pergunta é: como se apresenta a variedade linguística, no nível lexical, da comunidade da PFF-UP? Desse questionamento surgiram o objetivo geral, que é mapear a variação lexical da fala da comunidade da PFF-UP, e os objetivos específicos, que são analisar e descrever o léxico da fala da comunidade da PFF-UP, e elaborar um mapa linguístico (diastrático) da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu. Para direcionar o estudo, optamos pelo modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008), com uma abordagem qualitativa. Para a geração de dados, utilizamos a observação e as entrevistas semiestruturadas. Os resultados desta pesquisa buscam ampliar os estudos relacionados a esse grupo social, com o intuito de buscar melhorias no relacionamento intramuros entre todos os sujeitos envolvidos na unidade penal. Ademais, que os professores reflitam sobre o vocabulário prisional e consigam quebrar os paradigmas que giram em torno das variações linguísticas existentes nesse meio.

Palavras-chave: Variações Linguísticas; Foz do Iguaçu; Penitenciária; Detentas.

ABSTRACT

PALMA, Adriane Dequi. **The language of incarceration: a linguistic mapping of the female penitentiary in Foz do Iguaçu. 2024.** 135 f. Dissertação (Mestrado em Ensino). Programa de Pós-Graduação em Ensino. Área de concentração: Ciências, Linguagens, Tecnologias e Cultura, Linha de Pesquisa: Ensino em Linguagens e Tecnologias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2024.

Through language, individuals express the identity of the group to which they belong. Within the penitentiary system, composed by a minority group excluded from society, distinct linguistic resources from the standard norm of the Portuguese language are used. This instigate us to research into their social relevance within this system. Thus, this dissertation aims to observe and analyze the lexicon of the prison environment at the Women's Penitentiary of Foz do Iguaçu - Progression Unit. So, our question is: how is the linguistic variety, at the lexical level, presented within the community of the Foz do Iguaçu Penitentiary? From this question, the following objectives emerged: - general objective: to map the lexical variation of the speech within the community of the Foz do Iguaçu Penitentiary – Progression Unit; - specific objectives: i) to analyze and describe the lexicon of the speech within the community of the Women's Penitentiary of Foz do Iguaçu – Progression Unit; ii) to develop a linguistic (diastratic) map of the community of the Women's Penitentiary of Foz do Iguaçu. To guide the study, we chose the theoretical-methodological model of Variationist Sociolinguistics (Labov 2008), with a qualitative approach. For data generation, we used observation and semi-structured interviews. The results of this research seek to expand studies related to this social group, with the aim of seeking improvements in the intramural relationships among all individuals involved in the penal unit. Furthermore, it encourages teachers to reflect on prison vocabulary and to break the paradigms surrounding the existing linguistic variations in this environment.

Keywords: Linguistic Variations; Foz do Iguaçu; Penitentiary; Female Inmates.

LISTA DE CARTAS

Carta 1 – Variantes “cueca” e “coruja” – quantidade de detentas falantes	90
Carta 2 – Variantes “cueca” e “coruja” – quantidade de professores e funcionários da segurança falantes	91
Carta 3 – Variantes “bailarina” e “pena” – quantidade de detentas falantes.....	94
Carta 4 – Variantes “bailarina” e “pena” – quantidade de professores e funcionários da segurança falantes.....	95
Carta 5 – Variantes “pão” e “marrocos” – quantidade de detentas falantes.....	98
Carta 6 – Variantes “pão” e “marrocos” – quantidade de professores e funcionários da segurança falantes.....	99
Carta 7 – Variantes “queto” e “lençol” – quantidade de detentas falantes.....	102
Carta 8 – Variantes “queto” e “lençol” – quantidade de professores e funcionários da segurança falantes.....	103
Carta 9 – Variantes “areia” e “açúcar” – quantidade de detentas falantes.....	106
Carta 10 – Variantes “areia” e “açúcar” – quantidade de professores e funcionários da segurança falantes.....	107
Carta 11 – Variantes “pretinho” e “moca” – quantidade de detentas falantes.....	110
Carta 12 – Variantes “pretinho” e “moca” – quantidade de professores e funcionários da segurança falantes.....	111
Carta 13 – Variantes “boca suja” e “bate cinza” – quantidade de detentas falantes...	114
Carta 14 – Variantes “boca suja” e “bate cinza” – quantidade de professores e funcionários da segurança falantes.....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Modelo para as respostas das detentas	28
Tabela 2 – Estudantes da Educação Básica.....	56
Tabela 3 – Estudantes do Ensino Superior	56
Tabela 4 – Estudantes para qualificação profissional	56
Tabela 5 – Remição por leitura	57
Tabela 6 – Trabalho na PFF-UP entre os anos 2018 e 2022.....	57
Tabela 7 – Trabalho na PFF-UP em 2023	58
Tabela 8 – Número de detentas entrevistadas de acordo com os fatores extralinguísticos.....	86
Tabela 9 – Número de professores e funcionários da segurança entrevistadas de acordo com os fatores extralinguísticos	86
Tabela 10 – Respostas das detentas para a questão 2	88
Tabela 11 – Respostas dos professores e funcionários da segurança para a questão 2	89
Tabela 12 – Respostas das detentas para a questão 7	92
Tabela 13 – Respostas professores e funcionários da segurança para a questão 7	92
Tabela 14 – Respostas das detentas para a questão 8	96
Tabela 15 – Respostas dos professores e funcionários da segurança para a questão 8	96
Tabela 16 – Respostas das detentas para a questão 9	100
Tabela 17 – Respostas dos professores e funcionários da segurança para a questão 9	100
Tabela 18 – Respostas das detentas para a questão 12.....	104
Tabela 19 – Respostas dos professores e funcionários da segurança para a questão 12	104
Tabela 20 – Respostas das detentas para a questão 13.....	108
Tabela 21 – Respostas dos professores e funcionários da segurança para a questão 13	108
Tabela 22 – Respostas das detentas para a questão de nº 21.....	112
Tabela 23 – Respostas dos professores e funcionários da segurança para a questão de nº 21	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação das publicações sobre linguagem em unidades prisionais	38
Quadro 2 – Detalhes das unidades penais da 9ª Regional	48
Quadro 3 – Breve histórico das prisões.....	50
Quadro 4 – Outros termos diferentes	85

LISTA DE SIGLAS

Siglas	Significado
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
COOSIPE	Coordenação do Sistema Penitenciário
CPASSCH	Cadeia Pública de Assis Chateaubriand
CPLN	Cadeia Pública Laudemir Neves
CPMEDI	Cadeia Pública de Medianeira
CPPALO	Cadeia Pública de Palotina
DEPE	Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado
DEPEN	Departamento Penitenciário
DEPPEN	Departamento de Polícia Penal do Paraná
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EaD	Ensino a Distância
LEP	Lei de Execução Penal
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
QSL	Questionário Semântico Lexical
PEF 2	Penitenciária de Foz do Iguaçu 2
PFF-UP	Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu – Unidade de Progressão
PPL	Pessoa Privada de Liberdade
SESP	Secretaria de Segurança Pública
UP	Unidades de Progressão
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
VEP	Vara de execuções Penais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 TRILHANDO O CAMINHO DA PESQUISA: UMA JORNADA METODOLÓGICA	19
1.1 COLETA DE DADOS	20
1.1.1 Informantes	20
1.1.1.1 Seleção de informantes	21
1.1.2 Observação	22
1.1.3 Entrevistas	24
1.1.3.1 Roteiro das entrevistas	26
1.1.4 Mapeamento	27
2 ENTRELAÇANDO VOZES: VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS NO CONTEXTO PRISIONAL SEGUNDO OS ESPECIALISTAS	30
2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	37
3 A VIDA INTRAMUROS	43
3.1 DEFINIÇÕES NECESSÁRIAS	43
3.2 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO PARANÁ	46
3.2.1 Regional de Foz do Iguaçu – R9	47
3.3 CÁRCERE FEMININO	50
3.3.1 Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu — Unidade de Progressão	54
3.4 POR TRÁS DAS GRADES	59
3.5 ALÉM DAS PALAVRAS: LINGUAGEM E PRECONCEITO LINGÜÍSTICO	61
4 LINGUAGEM: UM ESTUDO NO CONTEXTO PRISIONAL DA PFF	68
4.1 O MUNDO DO CÁRCERE	68
4.1.1 Quem somos?	68
4.1.2 Como nos comunicamos?	73
4.1.3 Nossos termos e expressões	78
4.2 EXPLORANDO AS VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS NA PFF: UM MAPA LINGÜÍSTICO	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICES	125
ANEXOS	129

INTRODUÇÃO

O conhecimento sobre o outro, além de melhorar as relações interpessoais do grupo, é uma possibilidade de ampliar o olhar das pessoas para a questão da diversidade. Sabemos que por meio da linguagem as pessoas demonstram de onde vêm, o que pensam e a forma como interpretam o mundo em que vivem. O interesse em estudar a linguagem do cárcere surgiu da minha experiência profissional, tanto como professora quanto como policial penal.

No ano de 1996, ingressei no Ensino Superior, optando pelo Curso de Ciências, Licenciatura Curta, pois, desde muito cedo, a área da educação sempre me fascinou, e tornar-me professora seria a realização de um sonho. Decidi aperfeiçoar-me na área da educação, iniciando, assim, em 2002, a graduação em Pedagogia, com habilitação em Educação Especial. No mesmo ano, fui aprovada em concurso público para ministrar aulas de ciências e matemática no estado do Rio Grande do Sul. Em 2004, junto à graduação, comecei uma especialização em Psicologia nos Processos Educacionais, com intuito de adquirir mais conhecimentos sobre a área.

A primeira aproximação com a área da segurança pública foi em 2005, quando decidi por ingressar no curso de Direito com o objetivo de conhecer as leis que regem nosso entorno. Meu interesse pela área de segurança foi aumentando a cada dia, levando-me a estudar para prestar concursos na área. Em 2007, tive oportunidade de ministrar aulas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e para os detentos do presídio local. A experiência no presídio foi desafiadora, pois eu não conhecia a realidade do cárcere e tinha pouco conhecimento sobre a metodologia utilizada para trabalhar nesses ambientes.

Em 2009, tomei posse no concurso para agente penitenciário no Paraná, na Penitenciária de Foz do Iguaçu II, marcando meu desligamento do estado do Rio Grande do Sul. A unidade penal em questão acolhe apenas presos masculinos. Nesse contexto, as agentes femininas são responsáveis por determinadas tarefas que somente elas podem executar, a exemplo da revista completa em mulheres, justificando, assim, a necessidade de pertencerem à unidade penal.

Em 2019, fui convidada pelo Coordenador Regional para assumir o cargo de vice-diretora da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu — Unidade de Progressão (PFF-UP), um trabalho totalmente diferente daquele que vinha desempenhando nos últimos anos. Além de adquirir conhecimento sobre toda a parte burocrática que

envolve a função, tive a oportunidade de melhor compreender a realidade das mulheres que vivem na prisão.

A busca por novos caminhos motivou-me a participar de diversos cursos para ampliar meus conhecimentos e aprimorar minha atuação na penitenciária. Assim, em 2021, dei início a uma terceira Pós-Graduação, *Lato Sensu* em Segurança Pública e Sistema Penitenciário.

No ano de 2022, ingressei no mestrado em Ensino. Ressalto que os motivos que despertaram meu interesse em cursar o mestrado estão relacionados à minha área de formação e, sobretudo, ao trabalho que tenho desempenhado dentro das unidades prisionais. Essa experiência tem me motivado a buscar novos caminhos para essa população.

E é nesse contexto que minha dissertação tem como finalidade estudar as variações linguísticas na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, com um olhar voltado para as diferenças, com o propósito de utilizar o conhecimento das variações linguísticas para promover melhorias no relacionamento humano, no ambiente penitenciário e na reinserção social.

A língua proporciona uma análise da sociedade, revelando aspectos sociais, históricos e econômicos de determinada comunidade. O uso da língua envolve conteúdos e formas próprios, produzindo efeitos que podem afetar a própria língua; por exemplo, criam formas de expressão novas para novas situações (Bagno, 2007).

Nesse cenário, aprender as variações linguísticas de um grupo social é uma das formas de conhecer sua identidade e entender o motivo de alguns comportamentos adotados pelo grupo. Assim, estudar as variações linguísticas existentes na fala de detentas contribui para ampliar o conhecimento sobre essas mulheres e compreender determinadas posturas assumidas dentro da unidade penal.

A pesquisa justifica-se pelo fato de não haver, na cidade de Foz do Iguaçu, dados sobre a comunicação interdialeto das detentas da PFF-UP. Buscamos verificar se há trabalhos relacionados à comunicação entre as custodiadas da referida unidade penal e não encontramos estudos anteriores, uma vez que a Penitenciária foi inaugurada recentemente, em 2018.

Com uma experiência de quinze anos trabalhando em unidades penais, pude observar que os detentos utilizam um linguajar distinto, que varia de acordo com a unidade penal em que estão custodiados. Durante o período em que atuei como vice-diretora na PFF-UP, meu interesse em estudar a linguagem das detentas cresceu,

assim como minha vontade em conhecer e compreender um pouco mais sobre suas histórias de vida e os motivos que as levaram a utilizar palavras tão diferentes do vocabulário comum.

No decorrer das aulas do mestrado em Ensino, percebemos a importância do conhecimento das variações linguísticas para superarmos os preconceitos relacionados à questão do ensino como um todo. Nesse contexto, entendemos que a pesquisa está alinhada com os objetivos do programa de Mestrado em Ensino da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), o qual busca promover o desenvolvimento de condutas que visem à formação profissional reflexiva do professor como agente de mudanças.

É importante que os profissionais estejam familiarizados com o tema “vocabulário prisional”, muitas vezes esquecido, assim como seus locutores, as presas. Isso é essencial para que consigam quebrar o preconceito existente em torno das variações linguísticas. Precisamos aceitar que as diferentes formas de comunicação são válidas e merecem respeito.

Tal conhecimento deve partir da graduação, durante a formação do profissional de ensino. Dessa forma, os estudos linguísticos mostram-se extremamente importantes quando consideramos que a linguagem carrega toda a bagagem de vida do ser humano. A partir desse entendimento, seremos capazes de respeitar e de entender as escolhas linguísticas de cada grupo em seu contexto social.

Portanto, a presente pesquisa visa a observar e a analisar o léxico do ambiente prisional na PFF-UP. O estudo acontece em um contexto social específico, excluído da sociedade, e procura estudar as variações linguísticas existentes naquele grupo, demonstrando, por meio da linguagem, o modo de pensar e de agir dos seus integrantes.

O sistema carcerário utiliza recursos linguísticos distintos daqueles presentes na norma padrão da língua portuguesa; logo, nossa pergunta de pesquisa é: como se apresenta a variedade linguística, no nível lexical, da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu? Nesse sentido, temos como objetivo geral mapear a variação lexical da fala da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu — Unidade de Progressão. Além disso, temos como objetivos específicos: i) analisar e descrever o léxico da fala da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do

Iguaçu; ii) elaborar um mapa linguístico (diastrático)¹ da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu.

Faz-se relevante conceituar aqui “mapa” e “mapeamento”, termos que utilizamos ao longo da dissertação, e também justificar sua escolha. Segundo o dicionário Aurélio, “mapa” é definido como “1. Representação, em superfície plana e em escala menor, de um terreno, país, território, etc.; carta geográfica. 2. Quadro sinóptico; gráfico, quadro. 3. Lista descritiva; catálogo, relação” (Ferreira, 2009). A partir dessas segunda e terceira definições, e também — e principalmente — por analogia à Dialetologia², propusemos que os dados coletados pudessem ser visualizados por meio de mapas (como veremos nas listas de quadros e cartas) e, dessa forma, o que realizamos foi um “mapeamento”, ou seja, “Ato ou efeito de mapear [“fazer ou levantar mapa de:”]” (Ferreira, 2009). Neste estudo, então, apresentamos um mapa linguístico da PFF-UP, no qual analisamos e representamos graficamente a linguagem utilizada por essa comunidade.

Para nortear nossa pesquisa, adotamos o modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008). Essa abordagem estuda as variações linguísticas em uma comunidade, levando em consideração o contexto social em que se encontra, o que permite uma análise qualitativa dos dados gerados, alinhando-se efetivamente com os objetivos dessa teoria.

Quanto ao percurso metodológico, adotamos os seguintes passos em conformidade com os objetivos específicos: revisão bibliográfica sobre “prisão”, “penitenciária”, “linguagem nas prisões” e “gírias”, observação não participativa e entrevistas semiestruturadas com a comunidade prisional e, por fim, elaboração do mapa linguístico diastrático da comunidade da PFF-UP.

Durante a pesquisa, identificamos aspectos linguísticos e sociais do sistema prisional, pois sabemos que, por meio da linguagem, as pessoas demonstram a sua identidade. Dessa forma, ampliamos os estudos relacionados a esse grupo social, com o intuito de melhorias no relacionamento intramuros entre todos os sujeitos envolvidos na unidade penal.

¹ Diastrático é o tipo de variação linguística que ocorre dentro de um espaço social; que se distribui ou diferencia considerando fatores extralinguísticos como profissão, sexo, escolaridade, faixa etária, classe social, diferente da variação diatópica, que é o que se distribui geograficamente. Por isso, não se trata de um atlas linguístico do espaço físico, como são os atlas, mas vamos utilizar a metodologia da Dialetologia (vide capítulo 2) para mapear um espaço social.

² Vide capítulo 3.

Vale ressaltar que optamos por utilizar a terceira pessoa do singular ou a primeira do plural quando discutimos com pesquisadores e estudiosos sobre o assunto abordado. Já a primeira pessoa do singular é empregada para nos posicionarmos enquanto pesquisadora.

No que diz respeito à estrutura da dissertação, este estudo divide-se em seis partes.

Nesta introdução, apresentamos o nosso objeto de estudo, seguido da justificativa tanto pessoal quanto acadêmica e dos objetivos que perpassam todo o estudo, assim como do aporte teórico e metodológico utilizado para o fim desejado.

No primeiro capítulo, demonstramos o caminho metodológico utilizado para a geração de dados da pesquisa. Apresentamos os participantes da pesquisa e a forma como foram realizadas as observações e entrevistas.

No segundo capítulo, situamos o aporte teórico, adotando a Teoria da Variação Linguística, principalmente com Labov (2008), Bagno (2007) e Faraco (2008). No âmbito da análise sociológica, recorremos a Bourdieu (2018) e Goffman (2005). Por fim, para orientar os aspectos metodológicos da pesquisa, consultamos Flick (2008), Marconi e Lakatos (2010), Tarallo (1990) e Aguilera (2013).

No terceiro capítulo, tratamos sobre o cárcere feminino, sua história e desafios, juntamente com o preconceito linguístico que está presente nesse ambiente. Ainda abordamos alguns conceitos básicos sobre unidades prisionais, que julgamos necessários para melhor entendimento da pesquisa, e, por fim, a missão e divisões do Departamento de Polícia Penal do Paraná (DEPPEN).

No quarto capítulo, vamos conhecer o modo de falar dos participantes da pesquisa. Nesse momento, analisamos as entrevistas realizadas e construímos o mapa linguístico da comunidade, conforme objetivo anteriormente citado.

Nas considerações finais, realizaremos uma síntese de todos os pontos abordados durante a pesquisa, juntamente com os resultados obtidos.

1 TRILHANDO O CAMINHO DA PESQUISA: UMA JORNADA METODOLÓGICA

Neste capítulo, descrevemos a metodologia utilizada para coletar os dados da pesquisa de campo. Optamos pela abordagem qualitativa, o que nos permitiu estabelecer um diálogo com os participantes, assumindo o papel de aprendizes interessados em suas experiências e desafios.

Ao longo deste capítulo, descrevemos os procedimentos necessários para acessar o campo de estudo e as dificuldades enfrentadas para a realização das entrevistas com as detentas, levando em consideração suas condições de reclusão. Além disso, detalhamos os instrumentos metodológicos empregados para a coleta de dados e para a identificação dos colaboradores da pesquisa.

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos (Richardson, 2012, p. 90).

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, pois, segundo Flick (2008, p. 24), “Os campos de estudo não são situações artificiais criadas em laboratório, mas sim práticas e interações do sujeito na vida cotidiana”. A análise qualitativa busca a verificação do objeto estudado por meio de diversos instrumentos, como fichas, questionários e entrevistas, entre outros. Para a presente pesquisa, a geração de dados deu-se por meio de análises bibliográficas, observação e entrevistas, pois acreditamos que essa abordagem nos permitiu responder às questões sobre as variações linguísticas no cárcere.

Richardson (2012, p. 80) afirma que,

[...] em geral, as investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares. Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidades de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Consideramos esse tipo de pesquisa apropriado, pois relacionamos aspectos do comportamento humano — a linguagem — a um contexto específico — a comunidade prisional. Por meio da abordagem qualitativa, acreditamos obter resultados mais precisos para nossa busca, uma vez que o pesquisador frequentou o mesmo ambiente social do pesquisado, além de interagir com os sujeitos.

1.1 COLETA DE DADOS

Para garantir a conformidade das entrevistas com os requisitos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, foi imprescindível submeter antecipadamente o projeto deste estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Unioeste, por meio da Plataforma Brasil (vide anexos), antes do início da investigação em campo. Essa etapa tornou-se essencial para obter autorização para a entrada da pesquisadora no campo da pesquisa.

O projeto de dissertação foi encaminhado, também, ao DEPPEN e cumpriu às exigências solicitadas: ofício da Instituição de Ensino; dados pessoais dos participantes; declaração de matrícula da estudante; a devida exposição do motivo, objetivo, cronograma das ações e demais informações atinentes e termo de sigilo assinado pela estudante. A autorização para a entrada da pesquisadora na unidade prisional foi concedida, juntamente com a permissão para realizar o registro dos áudios e o consentimento de participação nas entrevistas.

1.1.1 Informantes

Foram entrevistadas vinte e sete detentas, com idades variadas entre vinte e um e sessenta anos. A detenta de vinte e um anos estava há um mês na PFF-UP, mas já cumpria sua pena na comarca há três anos. Todas as entrevistadas estão privadas de liberdade há mais de um ano, custodiadas na PFF-UP, em outras unidades penais ou em comarcas³.

Do corpo docente da PFF-UP, entrevistamos seis professores, todos concursados pelo estado, que atuam na área há mais de dez anos e fazem parte do

³ "Comarca" é o termo empregado, nesse contexto, para se referir ao local, celas de delegacias de polícia, num período em que os detentos permanecem reclusos até serem transferidos para uma unidade penal, penitenciária.

corpo docente da escola localizada dentro da unidade penal. O número de entrevistas com esse grupo não foi maior porque ocorreram em um momento de transição, quando novos professores estavam começando sua trajetória como docentes no cárcere. Com apenas um mês de efetivo exercício na penitenciária, entrevistá-los não atenderia ao objetivo da pesquisa.

Constatou-se que as docentes entrevistadas possuem especialização e mantêm-se continuamente atualizadas no âmbito da educação e do sistema carcerário. Além disso, essas profissionais demonstram grande afinidade pelo trabalho com as reclusas e sustentam a crença na eficácia do processo de ressocialização.

Por fim, foram entrevistados dezesseis policiais penais e monitores de ressocialização penal, alguns com anos de experiência no sistema prisional e outros que começaram recentemente, com cerca de um ano de trabalho na área de segurança. Os monitores de ressocialização são contratados por uma empresa privada para prestar serviços ao estado, enquanto os policiais penais são funcionários concursados. A idade dos funcionários da segurança varia entre vinte e um e cinquenta e um anos. Grande parte possui ensino superior completo, embora haja uma parcela ainda concluindo os estudos. Os policiais penais possuem mais de cinco anos de atuação no sistema carcerário, enquanto a maioria das monitoras de ressocialização está trabalhando nessa área há, no máximo, cinco anos.

Importante observar que todos os informantes tiveram seus nomes trocados por pseudônimos por questões éticas.

1.1.1.1 Seleção de informantes

Como nosso espaço social é um ambiente de segurança, com procedimentos rígidos, a escolha dos informantes seguiu os seguintes requisitos:

- 1) detentas implantadas⁴ em canteiros de trabalho;

⁴ "Implantadas" é uma palavra frequentemente utilizada nas unidades penais e se refere à alocação de indivíduos em locais específicos, estando matriculados ou inscritos ali. Por exemplo, quando uma detenta é designada para o canteiro de trabalho de costura, ela está "implantada" nesse setor, indicando que trabalha na área de costura. Caso não seja mais viável sua permanência nesse trabalho, por qualquer motivo, ela será "desimplantada" do canteiro. O termo é empregado quando as detentas chegam à unidade penal, sendo "implantadas" no sistema. Todo o processo burocrático é realizado e seu nome fica registrado naquele local.

- 2) detentas com *webvisitas*⁵;
- 3) detentas fora da cela para realizar algum procedimento;
- 4) para funcionários e professores, foi apresentado o estudo que seria realizado, e todos foram convidados a participar.

Devido à grande movimentação de servidores e de detentas na PFF-UP, onde essas estudam e trabalham, optamos por seguir os requisitos estabelecidos para não interromper os procedimentos e garantir a segurança da unidade penal.

1.1.2 Observação

Utilizamos a observação e a entrevista como método de coleta de dados, pois buscamos analisar a comunicação no dia a dia dos falantes dentro de um contexto social, demonstrando como uma variante permanece ou desaparece na língua.

A observação é a base de toda investigação no campo social e considerada um método qualitativo de investigação. Richardson (2012) elenca como tipos de observação:

- 1) não participante: aquela em que o investigador procura observar e anotar tudo que acontecer referente à pesquisa. Atuando, nesse momento, como espectador, não interage com os demais. Referente à relação observador-observado, deve-se manter o ambiente o mais respeitoso e agradável possível. Assim ressalta Richardson (2012, p. 261): “Os cuidados devem ser impostos desde a abordagem inicial, considerando que as primeiras impressões geralmente são significativas”;
- 2) assistemática e sistemática: a primeira segue os objetivos da pesquisa, mas ocorre de forma livre, sem seguir regras determinadas por meio de fichas ou registros diversos. Já a segunda segue uma estrutura determinada, para a qual se faz necessário ter um amplo conhecimento do problema em questão;
- 3) observação participante: o observador participante interage com o grupo em todas as atividades. Além de espectador, ele passa a ser um integrante do grupo em estudo, e todos interagem com maior naturalidade.

⁵ "Webvisitas" são visitas virtuais que representam uma ferramenta concebida para atender especificamente aos detentos que não têm a possibilidade de receber visitas presenciais, seja devido à distância geográfica de seus familiares ou por qualquer outra razão que impossibilite tais visitas. Dessa forma, eles conseguem se comunicar com seus familiares por meio de computadores.

Assim, como afirma Richardson (2012, p. 262),

A grande vantagem da observação participante diz respeito à sua própria natureza, isto é, ao fato de o pesquisador tornar-se membro do grupo sob observação. Isso significa que as atividades do grupo serão desempenhadas naturalmente porque seus membros não apresentarão inibições diante do observador, nem tentarão influenciá-lo com procedimentos que fujam ao seu comportamento normal, já que deve apresentar um nível elevado de integração grupal pelo fato de os membros esquecerem ou ignorarem que há um “estranho” entre eles.

Embora não seja o caso deste estudo, muitas vezes essa observação pode ser prejudicial, uma vez que o observador pode se envolver tanto com o grupo e esquecer o seu objetivo naquele momento.

Na pesquisa, utilizamos a observação não participante para realizar uma sondagem dos diferentes vocábulos utilizados na penitenciária. Durante um mês, a pesquisadora frequentou a unidade penal, duas vezes na semana, para fazer o levantamento do léxico utilizado na penitenciária. Com a devida autorização da direção para acessar à unidade e realizar essas observações, tivemos a oportunidade de transitar por todos os setores onde as detentas estavam presentes, observando seus comportamentos e interações. Durante esse período, registramos todos os termos desconhecidos para posterior utilização na pesquisa. Foi uma experiência instigante, uma vez que, embora familiarizada com o ambiente, a presença da pesquisadora ali não se destinava à segurança, mas, sim, à observação imparcial. Essa observação foi necessária, pois acreditamos que apenas as entrevistas não nos trariam exatamente os elementos lexicais que pretendíamos investigar.

Segundo Tarallo (1990), uma variável fonológica é mais fácil de ser encontrada em um corpus de entrevista, ao contrário de uma variável sintática ou lexical (a qual analisamos neste estudo), por isso, apenas a entrevista como levantamento de dados não seria suficiente. Nesse sentido, Richardson (2012, p. 82) afirma que “Com a observação, pode-se obter informações sobre fenômenos novos e inexplicados que, de certo modo, desafiam nossa curiosidade. E, com respeito a esse tipo de observação, podemos dizer que sua função é descobrir novos problemas”.

Portanto, nosso estudo seguiu as orientações de Tarallo (1990), e procuramos desempenhar o papel do pesquisador observador, aquele que não participa diretamente na situação de comunicação. Ainda, aproveitamos o método da observação para adentrar na comunidade de falantes da unidade penal.

1.1.3 Entrevistas

A entrevista é um instrumento para coleta de dados com o objetivo de obter informações sobre o objeto de pesquisa. Nesse sentido, Salomão (2011, p. 192) afirma que

O sociolinguista busca coletar um grande número de dados por meio de gravações de amostras de fala de um número considerável de informantes, por meio de entrevista de experiência pessoal, para que o envolvimento emocional com o assunto os leve a produzir um discurso informal e espontâneo.

Durante a entrevista, o pesquisador deve procurar registrar uma fala que seja a mais natural possível, uma vez que fará o uso do gravador, o que poderá interferir no resultado. Como possível solução, Labov (2008) menciona o *paradoxo do observador*: o objetivo da pesquisa linguística na comunidade deve ser descobrir como as pessoas falam em situações distensas, porém somente podemos obter tais resultados por meio da observação sistemática, e por meio dessa observação o entrevistado monitora sua fala. Assim, para neutralizar esse ambiente, deixando-o o mais próximo da realidade, o entrevistador deverá assumir o papel de aprendiz-interessado na comunidade de falantes e em seus problemas e peculiaridades. Seu objetivo central será, portanto, aprender tudo sobre a comunidade e sobre os informantes que a compõem (Tarallo, 1990).

Realizadas as observações na comunidade penal, foi confeccionado o Questionário Semântico-Lexical (QSL)⁶, composto por vinte e nove questões. Esse questionário foi aplicado por meio de entrevistas semiestruturadas, um método espontâneo no qual o entrevistador apresenta algumas perguntas predeterminadas no roteiro, enquanto o restante do processo assemelha-se a uma conversa, por vezes informal e não planejada. As entrevistas foram conduzidas com as detentas, policiais penais e professores da unidade penal, estando o entrevistado diante de um gravador e do pesquisador. No entanto, buscamos garantir que as entrevistas ocorressem da forma mais natural possível. As entrevistas foram divididas em duas etapas:

⁶ Um questionário cujo objetivo é investigar o significante de determinados significados (por exemplo, perguntar: como se chama “um rio pequeno, de uns dois metros de largura?” para obter respostas como riacho/córrego) – exemplo retirado de: https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/questionario_alib.pdf.

1ª etapa: com questões voltadas para assuntos da vida pessoal e do cotidiano dos participantes, envolvendo aspectos da própria pesquisa qualitativa.

2ª etapa: perguntas de linguística voltadas para a confecção do mapa. Utilizamos o QSL para o levantamento das variantes apontadas pelos informantes.

Sobre o QSL, o questionário é estruturado da seguinte forma: a pesquisadora apresenta o conceito de um objeto e espera que o participante responda com o nome que ele conhece. Nesse sentido, corroboram Bassi e Margotti (2012, p. 57):

No QSL, pretende-se que o informante responda com as palavras que conhece para o conceito pedido. No questionário é apresentada uma ou mais possibilidades de termos (lemas), mas eles não restringem as respostas, servem tão somente para guiar os inquiridores na realização dos inquéritos.

As entrevistas foram conduzidas em diversos espaços da unidade penal, uma vez que procuramos entrevistar detentas que estavam fora das celas. Nesse contexto, para a realização do estudo, utilizamos salas que não estavam em uso no momento, como salas de aulas, salas de canteiro de trabalho, biblioteca, entre outros espaços. A duração das entrevistas variou de seis a dezoito minutos de gravação. Algumas entrevistas foram interrompidas devido a necessidades específicas conforme os procedimentos da unidade, mas foram prontamente retomadas.

O registro das entrevistas foi realizado por meio do celular, com autorização da equipe diretiva, e posteriormente tais entrevistas foram transcritas para a utilização dos dados coletados. A opção por realizar as transcrições foi motivada pela necessidade de assimilar o conteúdo e por considerá-las uma extensão importante do trabalho de campo. Embora o processo tenha sido longo e demandado grande concentração, foi enriquecedor para relembrar detalhes e compreender melhor as nuances presentes nas narrativas, ações e omissões relatadas oralmente.

A maioria das detentas aceitava de imediato quando convidadas a participar das entrevistas, pois gostavam de conversar e compartilhar suas histórias de vida. Além disso, viam na oportunidade uma maneira de se envolverem em uma atividade diferente da rotina. Embora algumas manifestassem preocupação com possíveis consequências negativas em seus processos, concordaram em participar após receberem explicações sobre o conteúdo abordado. Ainda, encontramos detentas tímidas e muito desconfiadas, no entanto, conseguimos realizar entrevistas com conteúdo bastante enriquecedor. Por fim, algumas detentas, por alguma razão,

recusaram-se a participar, justificando que, naquele momento, não poderiam fornecer as informações de que precisávamos.

As entrevistas com professores e demais servidores ocorreram em momentos oportunos, de modo a não interferir em suas atividades diárias. Desse modo, conseguimos coletar um rico material para análise da linguagem da comunidade prisional da PFF-UP.

1.1.3.1 Roteiro das entrevistas

A fim de atender ao nosso objetivo principal, mapear a variação lexical da fala da comunidade da PFF-UP, elaboramos um questionário contendo perguntas pessoais no intuito de conhecermos nossos informantes. Além de responderem as questões, algumas detentas compartilharam suas histórias de vida, ocasionalmente utilizando as variações linguísticas que pretendemos analisar, o que enriqueceu nossa pesquisa.

Após a realização desses questionamentos, os informantes estavam mais à vontade com a pesquisadora, então passamos para as questões de linguística propriamente dita, com as quais mapeamos a variação da comunidade em estudo. Estas questões foram formuladas a partir das observações realizadas na unidade penal. Anotamos os vocábulos diferentes que eram utilizados pela comunidade e criamos os questionamentos mencionados.

No QSL⁷, almeja-se que o participante forneça as palavras que ele conhece para o conceito solicitado. Conscientes de que, nesse tipo de questionário, os participantes podem variar suas respostas e mencionar diferentes itens em cada uma delas, buscamos registrar todos os itens lexicais mencionados e/ou conhecidos pelos participantes que compõem a pesquisa.

Ao término, perguntamos se havia alguma expressão ou palavra usada na unidade prisional que não tenha sido mencionada, com o objetivo de enriquecer nossa pesquisa.

⁷ Os questionários estão incluídos como anexo neste estudo.

Vale ressaltar que, durante algumas entrevistas, foi necessário realizar adaptações ou até mesmo omitir algumas questões, o que é comum em entrevistas semiestruturadas.

1.1.4 Mapeamento

Após o levantamento nas entrevistas, procedemos ao mapeamento lexical, com base nas respostas dos participantes da pesquisa: as detentas, os policiais penais e os professores. Para uma melhor visualização dos resultados, os dados coletados foram organizados em cartas. As cartas, nesse contexto, são representações cartográficas que apresentam os dados coletados em pesquisas de campo. Na Dialetologia, as cartas são utilizadas para visualização de onde, em um espaço físico determinado — como um país ou estado — as variantes de uma determinada variável ocorrem. Em nosso estudo, as cartas apresentam gráficos que mostram o número de falantes, presidiárias, docentes e agentes, de cada variante linguística.

De acordo com Aragão (2012), mesmo os falantes mais escolarizados usariam as formas consideradas populares ou “incultas” dependendo do contexto e da situação de uso.

As detentas foram selecionadas considerando estarem ou não estudando, o tempo de cárcere e a faixa etária, enquanto os demais participantes da pesquisa foram escolhidos de acordo com o tempo de serviço e a escolaridade.

Optamos por realizar o mapeamento de duas maneiras para adquirir um conhecimento mais abrangente sobre a linguagem utilizada pela comunidade prisional estudada. Inicialmente, apresentamos a tabulação dos dados coletados (em quadros) e, em seguida, representamos as respostas obtidas por meio de gráficos, combinando os fatores extralinguísticos identificados.

Para a tabulação dos dados das respostas das detentas, foram selecionadas as palavras que mais apareceram nas cartas. De posse desses dados, confeccionamos as planilhas de acordo com as variantes extralinguísticas “escolaridade atual”, “faixa etária” e “tempo de cárcere”, conforme o modelo de tabela que desenvolvemos. Utilizamos o mesmo modelo de planilha para as respostas dos policiais penais e dos professores, considerando os fatores extralinguísticos “tempo de serviço” e “escolaridade”.

Tabela 1 – Modelo para as respostas das detentas

Fator extralinguístico	Requisitos	Palavra 1	Palavra 2	
Faixa etária	Até 30 anos			
	31 a 60 anos			
Estudante	Sim			
	Não			
Tempo de cárcere	Até 2 anos			
	3 a 5 anos			
	6 a 16 anos			

Fonte: a autora, 2023.

Quanto à apresentação dos gráficos, optamos pela representação em colunas para exibir as respostas obtidas para oito questões.

Para os gráficos com as respostas das custodiadas, analisamos as seguintes combinações para detentas estudantes e não estudantes: Grupo 30 E 2 (detentas com até trinta anos de idade, estudantes e com até dois anos de tempo de cárcere); Grupo 30 E 3-5 (detentas com até trinta anos de idade, estudantes e com três a cinco anos de tempo de cárcere); Grupo 30 E 6-16 (detentas com até trinta anos de idade, estudantes e com seis a dezesseis anos de tempo de cárcere). Os grupos 30 NE 2, 30 NE 3-5 e 30 NE 6-16 representam as detentas não estudantes de acordo com os outros mesmos fatores respectivamente. Da mesma maneira, realizamos análises das detentas com idade superior a trinta anos e tempo de encarceramento, apresentando os grupos 60 E 2, 60 E 3-5, 60 E 6-16, 60 NE 2, 60 NE 3-5 e 60 NE 6-16.

Para os gráficos dos professores e funcionários de segurança, os profissionais foram divididos nos seguintes grupos, tendo como critérios tempo de trabalho e escolaridade: Grupo EM 10 a (até dez anos de trabalho no sistema prisional e escolaridade ensino médio); Grupo ES 10 a (até dez anos de trabalho no sistema prisional e escolaridade ensino superior); Grupo E 10 a (até dez anos de trabalho no sistema prisional e com especialização). Os grupos EM 22 a, ES 22 a e E 22 a referem-se aos participantes com mais de dez anos de trabalho combinados com a mesma escolaridade já mencionada nos grupos anteriores, respectivamente.

A pesquisa é de cunho qualitativo (com esse adendo estatístico), com busca bibliográfica, observação, entrevistas semiestruturadas e mapeamento de dados. Os resultados obtidos por meio das entrevistas foram confrontados com o material

bibliográfico a fim de buscar respostas às indagações no que se refere à variação linguística na unidade penal e na criação do mapa linguístico diastrático da PFF-UP.

Neste capítulo, apresentamos de maneira detalhada os procedimentos metodológicos utilizados para coletar os dados da pesquisa de campo. Destacamos a importância da responsabilidade ética do pesquisador, além de justificar as escolhas metodológicas feitas ao longo da pesquisa. Evidenciando que muitas dessas escolhas foram moldadas pelo contexto de violência e criminalidade em que nosso estudo se insere.

O capítulo a seguir tem como objetivo apresentar o aporte teórico utilizado para nortear a pesquisa.

2 ENTRELAÇANDO VOZES: VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NO CONTEXTO PRISIONAL SEGUNDO OS ESPECIALISTAS

Neste capítulo, descrevemos o modelo teórico que conduziu nossa pesquisa. Inicialmente, exploramos a Sociolinguística Variacionista de Labov (2008), que estuda as variações da língua em uso em comunidades de fala, como base para este estudo. Além disso, os conhecimentos da Dialetologia (Aguilera, 2013) auxiliaram a mapear a variação linguística do espaço social da comunidade carcerária. Enriquecemos ainda mais nossas discussões ao incorporar as contribuições do sociólogo Bourdieu, que ampliaram a pesquisa ao fornecer diferentes perspectivas para a escrita. Por fim, realizamos uma revisão bibliográfica abrangente, examinando pesquisas realizadas nos últimos anos sobre o tema em questão.

Toda pesquisa tem — ou deveria ter — uma preocupação política, pois “[...] visa sempre implementar alguma ação que resulte em melhoria para o grupo de participantes, geralmente às classes economicamente desfavorecidas” (André, 1995, p. 33). Este estudo acontece em um contexto social específico, envolvendo um grupo minoritário excluído da sociedade, e analisa as variações linguísticas desse grupo. Acreditamos na importância de ampliar os estudos sobre essa comunidade social para aprimorar as relações intramuros entre os indivíduos envolvidos na unidade penal. Assim, para alcançar esse objetivo, concentramos nossa análise na linguagem presente nesse contexto.

Nosso propósito central, nesse contexto, consiste em analisar e aprender a sistematizar as variantes linguísticas usadas por uma mesma comunidade de fala (Tarallo, 1990).

A Sociolinguística é um ramo da linguística que estuda as relações entre a língua e a sociedade, demonstrando a influência dos fatores sociais na organização das línguas. A Sociolinguística Variacionista, que norteou este estudo, analisa as variações da língua em uma comunidade de fala, pois cada uma dessas comunidades possui características linguísticas que a diferem das demais.

Nesse sentido, Salomão (2011, p. 191) corrobora com essa abordagem ao expor que

A análise sociolinguística enfoca fundamentalmente o processo de interação fala/sociedade, justificando-se pela necessidade de

compreender os fatores que possam influenciar a operação de uma ou de outra variante, na busca de estabelecer uma sistematização ao processo de variação linguística.

A Sociolinguística surgiu em 1963, nos Estados Unidos, com William Labov (2008), que postulava que a língua deve sempre ser pesquisada, analisada e observada no meio social e não isoladamente. Segundo ele, toda língua sofre variações de acordo com o tempo, o espaço e o contexto social.

[...] existiam barreiras ideológicas para o estudo da língua na vida diária. Primeiramente, Saussure tinha enunciado o princípio de que os sistemas estruturais do presente e as mudanças históricas do passado tinham de ser estudados separadamente (1949:124). Este princípio tinha sido consistentemente erodido por Martinet (1955) e outros que encontraram estrutura nas mudanças passadas, mas pouco progresso fora feito na localização da mudança nas estruturas presentes. A segunda barreira ideológica afirmava explicitamente que a mudança sonora não podia, em princípio, ser observada diretamente. Bloomfield defendia a regularidade da mudança sonora contra a evidência irregular do presente declarando (1933:364) que quaisquer flutuações que pudéssemos observar seriam apenas casos de empréstimo dialetal. Em seguida, Hockett observou que, embora a mudança sonora fosse lenta demais para ser observada, a mudança estrutural era rápida demais (1958:457). O estudo empírico da mudança linguística estava, portanto, eliminado do programa da linguística do século XX (Labov, 2008, p. 13-14).

Labov (2008, p. 313) mostra que “A variação social e estilística pressupõe a opção de dizer a mesma coisa de várias maneiras diferentes, isto é, as variantes são idênticas em valor de verdade ou referencial, mas se opõem em sua significação social e/ou estilística”. Dessa forma, é impossível analisarmos as mudanças linguísticas fora do contexto social.

Em seus estudos (centralização dos ditongos) na ilha de Martha’s Vineyard, no estado de Massachusetts, Labov (2008) levou em consideração para análise linguística a faixa etária, a profissão, o sexo, a procedência e a postura dos moradores da ilha. Martha’s Vineyard é muito conhecida entre os linguistas como uma importante área conservadora do inglês americano: uma ilha de pronunciadores do *r* em um mar de ausência do “*r*” (Labov, 2008). O linguista percebeu que os nativos da ilha, que buscavam preservar a tradição linguística local, falavam de uma maneira específica, enquanto aqueles que eram influenciados pelo modo de falar dos turistas apresentavam variações na sua fala.

Para o estudioso,

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua. Não de algum ponto remoto do passado, mas como força social imanente agindo no presente vivo (Labov, 2008, p. 21).

A linguística laboviana é amplamente reconhecida como o principal estudo sobre variação e mudança linguística. Nesse contexto, um conjunto de variantes — diferentes maneiras de falar a mesma coisa — é denominado variável linguística. As formas variantes referem-se às palavras que apresentam variação de acordo com o contexto em que estão inseridas. Dessa forma, as variantes linguísticas representam as diferentes maneiras de se falar a mesma coisa, e o conjunto dessas diferentes formas de expressão (variantes) é denominado variável linguística.

A escolha de uma variante e não de outra depende de circunstâncias linguísticas — fatores internos — e não linguísticas — fatores externos como faixa etária, classe social e outros. A esse respeito, Aragão (2012) afirma que uma das grandes funções da Sociolinguística é analisar o tipo de correlação entre as variantes linguísticas e as categorias sociais dos grupos sociais em observação.

Para Tarallo (1990), Labov insistiu na relação entre língua e sociedade e na possibilidade, visual e real, de sistematizar a variação existente e própria da língua falada.

A diversidade linguística é sempre um osso duro de roer, porque além da diferença das formas, há uma valoração social diferenciada recaindo sobre elas: algumas adquirem prestígio social (constituem aquilo que chamamos de norma culta/comum/standard), enquanto outras são menos prestigiadas e até ridicularizadas e censuradas (Faraco, 2008, p. 133-134).

Labov (2008) desenvolveu outros estudos comprovando a influência que o contexto social exerce sobre a linguagem das comunidades, defendendo a heterogeneidade linguística e, também, que a língua não pertence ao indivíduo, pois é social. Todos seus experimentos giram em torno de explicar as mudanças linguísticas a partir do grupo no qual os indivíduos estão inseridos.

O material de análise da Sociolinguística é a língua falada. De acordo com Tarallo (1990, p. 19), “A língua falada a que nos temos referido é o veículo linguístico de comunicação usado em situações naturais de interação social, do tipo comunicação face a face. É a língua que usamos em nossos lares ao interagir com os demais membros da nossa família.” O foco desta pesquisa é o estudo do vernáculo, que se refere à língua falada na comunidade prisional.

Nesse sentido, a pesquisa acompanha a teoria que assume o “caos” linguístico como objeto de estudo. Para esse modelo, a linguagem é uma ciência social (Labov, 2008). No meio social, as variantes coexistem em seu campo natural de batalha. É o uso de uma ou de outra que analisaremos (Tarallo, 1990).

[...] o “caos” basicamente se configura como um campo de batalha em que duas (ou mais) maneiras de se dizer a mesma coisa (doravante chamadas “variantes linguísticas”) se enfrentam em um duelo de contemporização, por sua subsistência e coexistência, ou, mais fatalisticamente, em um combate sangrento de morte (Tarallo, 1990, p. 5).

Da mesma forma que o linguista Labov, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2018) argumenta que a língua não pode ser analisada separadamente do seu contexto social, pois as variações linguísticas presentes na fala são influenciadas pelas relações de poder existentes na sociedade e afetam a inclusão social dos indivíduos.

Conforme a teoria de Labov (2008), o contexto em que estamos inseridos nos leva, de maneira inconsciente, a adotar características linguísticas semelhantes na fala. Assim, em uma comunidade de fala, é possível identificar traços linguísticos distintos em cada grupo, com uma frequência alta de uso e normas linguísticas compartilhadas. Um exemplo disso é o já mencionado trabalho de Labov (2008) sobre a realização do /r/ na ilha de Martha’s Vineyard.

Enquanto para o linguista os indivíduos variam sua forma de falar de acordo com a situação em que se encontram, para o sociólogo, o poder social determina a forma daquele grupo se comunicar. Existe uma relação entre dominantes e dominados, chamada de mercado linguístico, caracterizado pela prevalência de uma língua obrigatória em ocasiões e espaços sociais. Para Bourdieu (2018), o falante segue os padrões que lhe são impostos, moldando seu modo de falar de acordo com o ambiente em que se encontra.

Diante disso, surgem algumas questões: o que leva as detentas a adotarem uma linguagem diferenciada? Seria a influência do ambiente de isolamento ou uma coerção para se adequarem às normas do ambiente prisional? Observamos que, dentro do grupo, as internas utilizam uma linguagem específica, mas, ao interagirem com pessoas fora dessa situação (não presas), adotam uma linguagem utilizada com maior frequência na sociedade. Essa adaptação na maneira de se comunicar, de acordo com o receptor, pode ser uma forma de preservação das detentas.

A esse respeito, Freitag, Santana, Andrade e Sousa (2016, p. 140) afirmam que,

Na proposta de Brown e Levinson (1987), a face que apresenta o lado negativo está relacionada à nossa intimidade e ao desejo de não imposição, enquanto a face que apresenta o lado positivo se relaciona à imagem que queremos passar socialmente, que queremos apresentar aos outros, com o intuito de ter o reconhecimento ou aprovação. A face que apresentamos para o outro nas interações que estabelecemos é o que faz com que nossa autoimagem seja construída socialmente, já que, segundo os autores, as interações são as situações mais propícias para os conflitos, e é justamente nessas situações que buscamos proteger nossa face contra possíveis danos quando interagimos com os outros. Esses danos podem ser causados pelos atos que ameaçam as faces, tanto do falante quanto do ouvinte, no momento das interações. O modo como uma variante linguística é avaliada socialmente por um indivíduo ou determinado grupo pode implicar na construção da face daqueles que fazem uso ou não de tal variante linguística, pois os interlocutores procuram ao máximo preservar tal face. Uma das estratégias de preservação de faces é o monitoramento linguístico.

Embora Labov seja o principal referencial teórico desta dissertação, é importante considerar os conceitos-chave, como “campo” e “*habitus*”, de Pierre Bourdieu (2018). Verificamos a perspectiva teórica de Bourdieu em relação aos aspectos do campo social das penitenciárias. A sociologia de Bourdieu apresenta críticas aos linguistas, mas isso não impede de utilizarmos seus conceitos para apresentar a comunidade prisional, pois o sociólogo coloca todo fenômeno linguístico em relação com as condições sociais, assim como Labov.

O sociólogo acusa Labov de subestimar a influência da estrutura social sobre os diferentes usos linguísticos. Por outro lado, Bourdieu encontra nas pesquisas de Labov evidências empíricas do sistema de valores que regulamentam a avaliação dos diferentes usos sociais, sistema reconhecido inclusive por aqueles que não dominam a língua legítima (Grillo, 2002, p. 52).

A penitenciária, espaço social de nossa pesquisa, seria considerada, pelo sociólogo Bourdieu (2018), como parte de um campo jurídico. Assim como Labov, ele afirma que, para entendermos as relações interpessoais e os eventos sociais, não é suficiente observar apenas o que é dito, sendo necessário analisar o campo social onde os fenômenos ocorrem. Entretanto, o que seria *campo* para Bourdieu?

Para o sociólogo, campo social é um local abstrato onde acontecem as relações sociais entre dominantes e dominados, visando a alcançar um objeto de desejo. Ao definir campo, o sociólogo afirma que o “espaço” tem influência na vida e no comportamento dos indivíduos (Bourdieu, 2018). Nas penitenciárias, os detentos adotam comportamentos semelhantes e utilizam uma linguagem distinta daquela empregada fora das unidades prisionais.

Para Bourdieu (2018), os indivíduos desenvolvem um senso de pertencimento na sociedade e distinguem o que é e não é “para gente como nós”. Essa afirmação remete às situações em que as detentas reconhecem o seu lugar dentro desse ambiente, evidenciado pelo uso do uniforme laranja e pela alimentação por meio de marmita. Percebemos a mudança de *habitus* quando os indivíduos começam a vestir as características próprias do local em que foram inseridos e estabelecem uma relação entre suas ações e as condições impostas pela sociedade. O *habitus* é o elo não apenas entre o passado, o presente e o futuro, mas também entre o social e o individual, o objetivo e o subjetivo, a estrutura e a ação (Bourdieu, 2018).

Na definição de *habitus*, o autor demonstra como o social “externo” e o eu “interno” ajudam a moldar um ao outro, relacionando estrutura social e ação individual. Para Bourdieu (2018), a prática e as atitudes das pessoas resultam da relação entre *habitus* e campo. Ele sugere a equação *habitus* + campo = prática, considerando que *habitus* consiste no modo de agir, pensar, sentir e ser dos indivíduos. O campo estrutura o *habitus*, pois as escolhas feitas pelas pessoas vão depender do contexto em que estão inseridas. A soma desses dois elementos resultará nas práticas do cotidiano.

Esses conceitos explicam como o meio social influencia as variações linguísticas nas penitenciárias. Apesar das experiências individuais, os indivíduos tendem a adotar as características do ambiente para se adaptarem melhor à nova realidade em que estão inseridos.

Utilizamos, também, o conhecimento da Dialetologia para mapear um espaço social — a comunidade prisional —, trabalhando com o léxico. A Dialetologia passou

a ser reconhecida como um ramo da ciência da linguagem no século XIX, tendo como fundador o linguista italiano Graziadio Isaia Ascoli, que enfatizou a importância dos estudos dialetais e criou um método de análise dos diversos dialetos italianos. Assim, surgiu o interesse entre os linguistas em estudar as variedades linguísticas regionais. As pesquisas eram voltadas para análises linguísticas dentro de determinadas áreas geográficas/diatópicas, quando eram considerados para análise fatores geográficos das regiões.

De acordo com Isquardo (2013), no Brasil, os estudos dialetais podem ser divididos em três fases. A primeira (1826-1920) foi dedicada a estudos de especificidades lexicais do português brasileiro, resultando na produção de dicionários e vocabulários. A segunda fase teve início em 1920, quando Amadeu Amaral publicou “Dialeto Caipira”, e contempla pesquisas de natureza gramatical, sendo importante ressaltar que essa obra teve um papel significativo como marco inicial dos estudos dialetais propriamente dito. A terceira fase é marcada pelo interesse nos estudos de geografia linguística, destacando-se a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil. Conforme instituiu o Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952, em seu artigo 3º, a principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa Rui Barbosa é a “elaboração do Atlas Linguístico do Brasil” (Brasil, 1952).

Também na terceira fase, Serafim da Silva Neto publicou o “Guia para estudos dialectológicos”, obra de referência nas pesquisas dialetais que aborda a necessidade de se criar uma “mentalidade dialectológica” entre os pesquisadores brasileiros. Nesse período, ocorreu, ainda, a criação de alguns atlas linguísticos regionais, a exemplo do Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB), de Nelson Rossi, que é considerado o Primeiro Atlas Linguístico Brasileiro, datado de 1963. Ao longo dos anos, os estudos sobre os diferentes dialetos foram tomando conta de todo país, e cada região começou a criar seu atlas linguístico

Isquardo (2013) ainda discorre sobre uma quarta fase, que teve início com o surgimento do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALIB), na última década do século XX. As orientações para o ALIB seguiram alguns requisitos: perfil dos informantes, nível de instrução, localidades e números de pontos e tipos de questionário e quantidade de questões. Para ciência, as pesquisas seguem alguns passos metodológicos, quais sejam: preparação da pesquisa, execução dos inquéritos, exegese e análise dos materiais recolhidos e divulgação dos resultados obtidos.

Diante do mundo globalizado, surge a necessidade de aperfeiçoar o método, buscando apresentar, nos atlas, não apenas as variações diatópicas — relacionadas às diferenças de espaços geográficos —, mas também as diastráticas — referentes às diferenças entre os estratos socioculturais de determinada comunidade — e as diafásicas — que são as diferenças entre os tipos de estilos devido às circunstâncias no momento da fala. Essa ampliação do escopo se deve à necessidade, também, de coletar dados sociais, visando à obtenção de melhores resultados.

Dessa forma, o mapa que confeccionamos para demonstrar a linguagem da comunidade em estudo é diastrático e não diatópico, conforme os atlas linguísticos que mapeiam os espaços físicos.

Segundo Isquerdo (2013, p. 335),

A Dialectologia, que centralizava seu interesse no estudo da variação diatópica e que tradicionalmente se ocupava da interpretação de fatos linguísticos em áreas predominantemente rurais, tem se beneficiado dos avanços da Linguística moderna e também das contribuições das ciências sociais, razão porque na contemporaneidade entende-se que a dimensão social da língua é tão importante quanto a espacial. Em face disso, a par dos dialetos rurais, os estudos dialetológicos ocupam-se também dos dialetos sociais e urbanos, o que dá origem à dimensão pluridimensional da Dialectologia à medida que contempla, além da dimensão diatópica, a diastrática, a diassexual, a diageracional. Este novo tipo de orientação metodológica adotada nas pesquisas dialetais confirma a interface manifesta entre a Dialectologia e a Sociolinguística.

Portanto, nossa pesquisa tem como foco a combinação dessas teorias para analisar as variações linguísticas em uma comunidade de fala, seguido pela elaboração de um mapeamento linguístico diastrático dessa mesma comunidade.

Acreditamos que o crescente estudo sobre a heterogeneidade linguística contribui para o conhecimento das diversas comunidades de fala do Brasil, alinhando-se à desconstrução da crença da homogeneidade da língua e à quebra de preconceitos linguísticos.

2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para realizar essa revisão, foram feitas buscas em portais como CAPES, SCIELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores “prisão”, “penitenciária”, “linguagem nas prisões” e “gírias”. Foram selecionados os estudos publicados entre

2006 e 2022 que se relacionavam ao tema, excluindo aqueles que não atendiam aos objetivos da revisão após a leitura dos títulos e resumos. O Quadro 1 expõe o levantamento:

Quadro 1 – Relação das publicações sobre linguagem em unidades prisionais

Ano	Título	Autor	Trabalho	Instituição
2006	A gíria dos internos da FEBEM	Maria Luciana Teles de Oliveira	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2008	Os sentidos da liberdade... A gíria prisional como resultado de uma produção léxica criativa significativa	Maria Edileuza Tavares Silva	Dissertação	Universidade Estadual Paulista
2013	Narrativas de presos condenados: um vocabulário da prisão	Selmo Haroldo de Resende	Artigo	Revista Eletrônica de Educação
2014	Discurso, corpo e linguagem: processos de subjetivação no cárcere feminino	Luciana Lost Vinhas	Tese	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2014	A língua dos “filhos errantes da sociedade”: uma análise sociodiscursiva das gírias do sistema penitenciário do interior do Tocantins	Solange Cavalcante de Matos	Dissertação	Universidade de Brasília
2015	Falar prisional: uma análise sociolinguística das gírias utilizadas por homens e mulheres nos presídios de Campo Grande – MS	Darlene Alves de Oliveira Nataniel dos Santos Gomes	Artigo	Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
2016	“Aqui ninguém fala, escuta ou vê”: Relatos sobre o cotidiano profissional dos agentes de segurança penitenciária em Manaus	Ítalo Barbosa Lima Siqueira	Dissertação	Universidade Federal do Amazonas
2019	A dinamicidade e poder da língua: Uma reflexão sociolinguística sobre a linguagem gíria marginal	Daniele Angélica Borges Foletto Juliana Andretti Parreira Rayani Andressa da Cruz Oliveira Taynara dos Santos Quintino	Artigo	Revista Sociodialeto

Ano	Título	Autor	Trabalho	Instituição
2020	A gíria em um ambiente socioeducativo: Recurso linguístico utilizado pelos jovens que se encontram privados de liberdade	Fernando Miranda Arraz	Artigo	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
2020	A metáfora como um recurso sociodiscursivo nas gírias dos reeducandos do sistema prisional do Tocantins	Solange Cavalcante de Matos	Artigo	Revista Faculdade Facit
2020	As práticas discursivas no sistema prisional brasileiro: “pipos”, sujeição e argumentação	Rodolfo Iglezia Palmieri	Dissertação	Universidade Estadual de Londrina
2020	Códigos de sustentação da linguagem no cotidiano prisional do Rio Grande do Norte: Penitenciária Estadual de Parnamirim	Hiderline Câmara de Oliveira	Tese	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
2021	Gíria de grupo: A presença da figura de linguagem na fala das internas de um presídio de Vitória da Conquista	Eliane Souza Pereira Valéria Viana Sousa	Artigo	Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguístico
2021	A gíria como processo comunicativo das reeducandas do presídio Santa Luzia: Construção de um glossário	Marilene Marinho Galinho	TCC	Universidade Federal de Alagoas
2022	A gíria de grupo entre “meninas” do sistema socioeducativo a partir do cronotopo e do lugar de fala	Marlene Barros Sandes	Dissertação	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
2022	A língua do tráfico: análise de gírias e instrumentalização da Língua Portuguesa por traficantes de drogas do Rio de Janeiro	Larissa Ribeiro de Carvalho	Artigo	Universidade Candido Mendes
2022	Construções metafóricas e as gírias de grupo: Variações linguísticas no vernáculo da ala feminina de um presídio	Eliane Souza Pereira Amanda Moreno Fonseca de Andrade Valéria Viana Sousa	Artigo	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Universidade Estadual de Campinas
2022	Gíria dos acautelados: recurso linguístico dos jovens que se encontram privados de liberdade	Fernando Miranda Arraz	Artigo	Revista Letras Raras

Ano	Título	Autor	Trabalho	Instituição
2022	“Que saudade da LILI”: Reflexões sociolinguísticas sobre mulheres encarceradas	Eliane Sousa Pereira Valéria Viana Sousa	Artigo	Revista Científica do Curso de Direito

Fonte: autora, 2023.

No Quadro 1, observa-se um aumento significativo do interesse pelo estudo da linguagem utilizada em prisões e penitenciárias. A maioria dos textos refere-se às palavras “diferentes” dos detentos, como gírias, e busca compreender como são criadas pelos falantes internos.

Os dados levantados no estudo apontam a gíria como uma manifestação da língua, que é utilizada em toda sociedade, especialmente por jovens e grupos com interesses comuns, contribuindo para a formação do léxico desses usuários. Nesse sentido, corrobora Silva (2008, p. 21):

[...] estudos recentes sobre as gírias, (sic) continuam a mencionar que esse tipo de variedade social da língua é normalmente utilizada (sic) em contextos desprovidos de formalidade e, (sic) sobretudo pela população menos favorecida cultural e financeiramente. Todavia, é preciso observar que na medida em que ela passa a integrar o léxico geral e é registrada no dicionário de língua, ela ganha um *status* diferente, sendo assim uma “palavra” à disposição e à espera de um falante que a adeque à situação de comunicação.

Percebemos que, ao utilizar gírias, o indivíduo expressa sua visão do mundo quando relaciona essas palavras com situações do cotidiano, transmitindo um significado diferente, muitas vezes não passível de compreensão. Isso assegura que a gíria não é apenas uma simples forma de falar; ela torna-se uma ferramenta de libertação e de expressão de liberdade para aqueles que estão presos em um ambiente opressor como a instituição presidiária.

Conforme mencionado anteriormente, a Sociolinguística é uma base importante para o estudo em tela, uma vez que possibilita analisar características da linguagem, tais como a variedade popular utilizada em contextos informais, principalmente entre os indivíduos pertencentes a um determinado grupo. No caso dos indivíduos privados de liberdade, podemos analisar características relacionadas ao ambiente da penitenciária. Nesse viés, Bourdieu (2018) e Labov (2008) também afirmam a importância em estudar o ambiente em que os falantes dessas gírias estão inseridos, pois isso provavelmente influenciará na sua composição, tanto nas

designações quanto nos conceitos utilizados.

A gíria, ainda, assume significações que variam de acordo com o uso constante do falante em relação à palavra. Durante as leituras dos textos do Quadro 1, percebemos que essas definições estão ligadas aos interesses e às situações vividas pelo usuário, a exemplo da gíria “areia”, que, no cárcere, significa “açúcar”, pois leva em conta a baixa qualidade do alimento servido na prisão, segundo Silva (2008).

Na PFF-UP, veremos, a seguir, que o significado é o mesmo, porém devido a outro contexto. Contudo, é possível perceber que as palavras que compõem as significações da gíria de grupo podem se organizar em diferentes campos semânticos e, dependendo do contexto, a palavra “areia” pode assumir outro significado.

Nesse cenário, Silva (2008, p. 37-38) afirma que

Um dos propósitos dos apenados em utilizar e criar as gírias seria para suprir essas substituições “improvisadas” pelos estabelecimentos penais. Dessa maneira, estes objetos e coisas improvisados adquiririam uma conotação “menos dura” e seriam melhor aceitos por seus usuários. Assim, marcando um objeto, nomeando-o e identificando-o com uma gíria, ele adquire uma identidade, uma marca, que fora perdida no momento em que lhe tiraram objetos pessoais e lhe foram dados, ou emprestados outros objetos que não devem ser apropriados por eles. Assim, chamar a cama em que eles dormem na prisão de “jega” ou de “burra” marca aquele objeto como próprio, torna o ambiente mais leve, descontraído, menos real e, conseqüentemente, mais fácil de adaptar-se a ele.

Notamos a importância para o preso em conhecer as gírias do seu grupo, da sua comunidade, pois isso evita a exclusão, ampliando e mantendo as relações sociais dentro do cárcere. Salientamos, ainda, que sua utilização não é obrigatória, mas sabemos que é por meio da socialização que o apenado se identifica com as características do seu grupo, tornando-se um membro, aprendendo como agir e falar. Portanto, consideramos importante o seu conhecimento.

As gírias não se restringem apenas aos detentos, mas também são adotadas pelos policiais penais, que, ao convivem diariamente com as expressões na prisão, acabam familiarizados e incorporando esses termos em sua rotina.

Logo, a gíria configura-se como uma linguagem exclusiva de um grupo social, inicialmente compreendida apenas por seus membros, porém, eventualmente, mescla-se à linguagem comum, incorporando-se à gíria utilizada pela população em geral. Dessa forma, as gírias prisionais têm origem dentro da prisão, mas se propagam

para além dos muros, uma vez que os detentos frequentemente levam esses termos diferentes para a sociedade.

Portanto, neste capítulo, apresentamos os princípios da Sociolinguística Variacionista, explorando a comunidade de fala, os conceitos de Bourdieu, juntamente com os conhecimentos da Dialetoлогия, para mapear o espaço social da penitenciária. Enquanto a Dialetoлогия foca em estudar os dialetos da língua em diferentes regiões geográficas, a Sociolinguística e Bourdieu buscam analisar como as variações linguísticas são influenciadas pelo contexto social. Percebemos que, apesar de terem propósitos distintos, há uma intersecção entre esses campos de estudo, que contribuem para a análise da linguagem dentro de uma comunidade. A revisão bibliográfica mencionada foi útil para embasar a análise realizada durante a dissertação sobre a linguagem na penitenciária.

O capítulo a seguir tem como propósito de proporcionar uma compreensão sobre a criminalidade feminina e busca oferecer uma visão geral das prisões femininas.

3 A VIDA INTRAMUROS

Neste capítulo, exploramos o ambiente carcerário. Ao discorrermos sobre o cotidiano das mulheres nas prisões, faz-se necessário adquirir um conhecimento mais aprofundado desse contexto para melhor entendimento daquilo que estamos apresentando. Além disso, é preciso trazer à tona esse assunto, pois é de extrema importância para a sociedade em geral repensar a forma como as mulheres criminosas são punidas e como voltarão a frequentar/conviver com os demais cidadãos quando recuperarem a liberdade.

No decorrer do capítulo, apresentamos, ainda, o DEPPEN, sua missão e configuração dentro do estado, culminando na análise do espaço social da pesquisa, a PFF-UP.

Além disso, refletimos sobre a linguagem e o preconceito linguístico presentes na sociedade, assunto de tamanha importância que deve ser abordado desde os primeiros anos escolares, pois, frequentemente, a sociedade tende a marginalizar e a estigmatizar essas formas de comunicação. Precisamos entender que a língua se modifica com o passar do tempo e de acordo com o local em que nos encontramos em determinado momento. Portanto, é fundamental não interpretarmos as variações linguísticas como erro.

3.1 DEFINIÇÕES NECESSÁRIAS

Antes de apresentarmos o DEPPEN, forneceremos alguns conceitos essenciais para facilitar a compreensão da leitura subsequente.

Conforme a Lei de Execução Penal (LEP), Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, os indivíduos devem cumprir suas penas nos seguintes estabelecimentos: penitenciária, colônia agrícola/industrial ou similar, casa do albergado, hospital de custódia e tratamento psiquiátrico e cadeia pública.

Art. 87. A penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado.

[...]

Art. 91. A Colônia Agrícola, Industrial ou Similar destina-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto.

[...]

Art. 93. A Casa do Albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana.

Art. 94. O prédio deverá situar-se em centro urbano, separado dos demais estabelecimentos, e caracterizar-se pela ausência de obstáculos físicos contra a fuga.

[...]

Art. 99. O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico destina-se aos inimputáveis e semi-imputáveis referidos no artigo 26 e seu parágrafo único do Código Penal.

[...]

Art. 102. A cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios (Brasil, 1984).

Observamos a existência de diferentes tipos de estabelecimentos para abrigar os detentos, variando conforme os tipos de regimes. Entretanto, o que significam os regimes fechado, aberto e semiaberto? A compreensão desses termos está diretamente relacionada ao tipo de crime cometido pelo indivíduo e a pena atribuída a esse crime.

O regime fechado é o mais rígido, aplicado para crimes com penas superiores a oito anos, sendo que a execução da pena deverá ser cumprida em estabelecimentos de segurança máxima ou média. O apenado não poderá sair da unidade prisional, devendo permanecer sempre dentro da unidade até a progressão para o regime menos severo.

No regime semiaberto, o indivíduo pode trabalhar e estudar durante o dia, regressando à noite para a sua unidade prisional. Esse regime é destinado ao cumprimento de penas que variam de quatro a oito anos, para condenados não reincidentes. A execução da pena é realizada em colônias agrícolas, industriais ou estabelecimentos similares. Em Foz do Iguaçu, os detentos que alcançam esse tipo de regime recebem uma tornozeleira eletrônica, com as restrições dadas pela justiça, e cumprem o restante da pena fora dos estabelecimentos penais. Não há colônias destinadas para esse fim no município.

Já o regime aberto é o mais brando, aquele em que as penas são cumpridas nas casas de albergado ou na própria casa do indivíduo, quando permitido pela justiça. A pessoa deve trabalhar durante o dia, sendo que à noite e nos dias de folga deve regressar à casa definida pela justiça. Esse modelo é destinado a condenações inferiores a quatro anos e se baseia na autodisciplina e na responsabilidade do condenado.

Além disso, é necessário diferenciarmos *presídio de penitenciária*, uma vez que são espaços sociais destinados a uma população que se encontra em situações diferentes. Os presídios são estabelecimentos penais destinados a presos provisórios, aqueles que ainda não receberam a sentença da justiça, enquanto as penitenciárias são destinadas aos presos condenados pela justiça.

Importante conhecermos as características e objetivos das Unidades de Progressão (UP), uma vez que a Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, desde 2018, tornou-se uma UP.

O projeto das UP surgiu para apaziguar ou até mesmo colocar um fim ao tratamento degradante característico de muitas penitenciárias. Conforme descrito na Cartilha dos Processos de Replicação das Unidades de progressão do Paraná:

É importante mencionar que a UP se caracteriza como estabelecimento de segurança mínima, uma vez que as condições do ambiente, humanizado pelas práticas restaurativas, favorecem comportamentos que prescindem de atos de coação frequentemente utilizados no dia-a-dia dos estabelecimentos do “sistema convencional” (p. ex. uso de algemas em todas as movimentações, escoltas com armas ou equipamentos de contenção), gerando o respeito recíproco e a percepção de que tal situação é o resultado de uma conquista de todos (Paraná, 2019, p. 8).

As UP têm como objetivo preparar os indivíduos para a reintegração na sociedade, oferecendo cursos profissionalizantes, aulas para conclusão dos estudos e oportunidades de trabalho. Estão fundamentadas na justiça restaurativa, uma possibilidade de abordagem que se contrapõe à culpabilização, proporcionando uma reflexão sobre o conflito.

Representam uma opção de práticas inovadoras que analisam o crime como uma violação de pessoas e relacionamentos interpessoais, indo além da simples reparação do dano realizado. Como afirma Paulo Freire (1996), “A realidade não está para ser contatada, mas para ser transformada pela nossa intervenção”.

Sobre o assunto, o Conselho Nacional de Justiça (2017) traz que:

Em Tocantins, o juiz titular da 2ª Vara Criminal e Execuções Penais de Araguaína, Antônio Dantas, é o responsável por implantar a prática na comarca. “Estou convicto de que, atualmente, o formato do sistema prisional não consegue recuperar ninguém. A Justiça Restaurativa ajuda as pessoas a se reencontrarem, apresentando

caminhos para reintegração à sociedade e fortalecimento de vínculos”, afirma o magistrado.

3.2 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO PARANÁ⁸

O DEPPEN teve origem no início de 1909, com a construção da primeira penitenciária do estado do Paraná. A denominação do departamento sofreu alterações ao longo de sua existência. Inicialmente, foi conhecido como Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado (DEPE), termo mantido até 1975, quando passou a ser denominado Coordenação do Sistema Penitenciário (COOSIPE). Em 1987, em decorrência de uma nova regulamentação da Secretaria de Estado da Justiça, passou a ser designado como Departamento Penitenciário (DEPEN). No período entre 1987 e 2021, o departamento teve outras nomenclaturas e esteve subordinado à Secretaria de Segurança Pública (SESP) e à Secretaria de Justiça. Atualmente, todos os ambientes de custódia prisional são geridos pelo DEPPEN.

Com as alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 50, de 25 de outubro de 2021, foram realizadas modificações no DEPPEN para a execução das políticas criminais e penitenciária, em consonância com a Emenda Constitucional nº 104, de 5 de dezembro de 2019, que previu a Polícia Penal no âmbito dos órgãos integrantes da Segurança Pública e vinculada ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, conforme § 5º-A do artigo 144 da Constituição Federal (Brasil, 1988).

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: [...]

§ 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019).

O gestor do sistema penitenciário do Paraná, DEPEN, unidade administrativa da Secretaria da Segurança Pública, tem como missão promover a reinserção social dos apenados, mediante o respeito à pessoa presa e a humanização das prisões, e possui as seguintes atribuições:

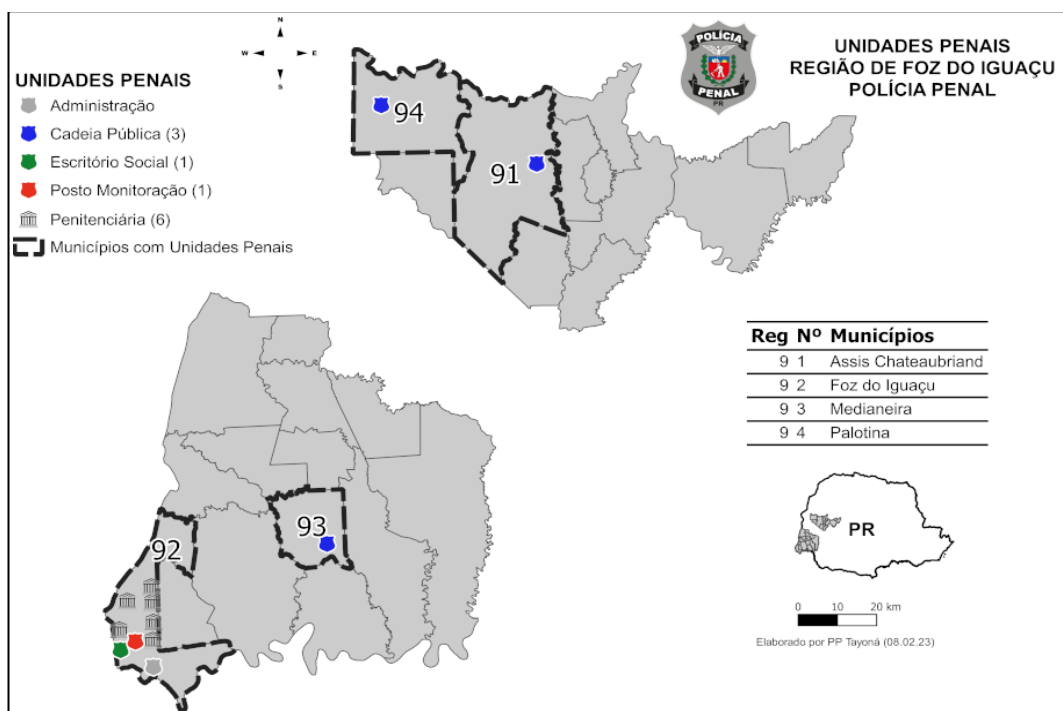
⁸ Informações disponíveis no site <https://www.deppen.pr.gov.br/>.

- I. a administração do sistema penitenciário, por meio do apoio e da orientação técnica e normativa às unidades componentes do sistema;
- II. a coordenação, a supervisão e o controle das ações dos estabelecimentos penais e das demais unidades integrantes do sistema penitenciário;
- III. a adoção de medidas que visem ao aperfeiçoamento do pessoal do sistema penitenciário, bem como à promoção da educação formal e profissionalizante dos internos;
- IV. o cumprimento das disposições constantes da LEP;
- V. o relacionamento interinstitucional de interesse do sistema penitenciário, visando ao aprimoramento das ações na área penitenciária.

O DEPPEN está dividido em regionais e cada uma delas é responsável pelas penitenciárias e cadeias públicas pertencentes àquela região. Todas seguem as mesmas normas, apenas são divididas para facilitar o gerenciamento e garantir um trabalho com excelência na Gestão Penal. A seguir citaremos todas as regionais, mas detalharemos apenas as penitenciárias e cadeias públicas que pertencem à regional de Foz do Iguaçu: Regional de Curitiba – R1; Regional de Ponta Grossa – R2; Regional de Guarapuava – R3; Regional de Londrina – R4; Regional de Maringá – R5; Regional de cruzeiro do Oeste – R6; Regional de Francisco Beltrão – R7; Regional de Cascavel – R8; Regional de Foz do Iguaçu – R9.

3.2.1 Regional de Foz do Iguaçu – R9

Imagem 1 – Mapa das unidades penais pertencentes a 9ª Regional



Fonte: PPWEB, 2023.

A 9ª regional engloba os municípios de Assis Chateaubriand, Foz do Iguaçu, Medianeira e Palotina. Ela é responsável por quatro cadeias públicas, um escritório social, um posto de monitoramento e cinco penitenciárias (houve um equívoco nas quantidades expressas no mapa)⁹. Além das penitenciárias e cadeia pública do Complexo de Foz do Iguaçu, que serão apresentadas a seguir, a regional também administra as cadeias públicas de Medianeira (CPMEDI), Palotina (CPPALO) e Assis Chateaubriand (CPASSCH).

Quadro 2 – Detalhes das unidades penais da 9ª Regional

UNIDADE	CAPACIDADE DE VAGAS	PERFIL Pessoa privada de liberdade (PPL)
CPMEDI	90	PPL masculinos provisórios
CPPALO	40	PPL femininas, provisórias e condenadas com restrição de convívio “seguro”.
CPASSCH	90	PPL masculinos, provisórios e condenados (detentos que trabalham na cadeia) em regime fechado.

Fonte: 9ª Regional polícia penal, 2023.

⁹ A 9ª Regional possui cinco penitenciárias e quatro cadeias públicas, diferentemente das quantidades expressas no mapa.

O Complexo Penal de Foz do Iguaçu compreende a Cadeia Pública Laudemir Neves (CPLN), com capacidade de trezentos e oitenta e seis vagas, destinadas a PPL masculinos e provisórios. Essa cadeia é a única da 9ª regional que possui, atualmente, superlotação. As demais cadeias e penitenciárias possuem vagas sobrando para a custódia de detentos. Ainda, no Complexo, encontramos as cinco penitenciárias, cada uma com características bem específicas, tais quais:

- Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu: capacidade para quatrocentos e oitenta e quatro detentos. Penitenciária de segurança máxima que faz a custódia de PPL masculinos condenados em regime fechado, faccionados, com maior periculosidade e penas mais altas. Nela, estão os presos mais perigosos do Complexo;

- Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II: capacidade para novecentos e trinta e um detentos. O local recebe PPL masculinos, provisórios e condenados em regime fechado que cometeram crimes contra a dignidade sexual, presos do “seguro¹⁰”;

- Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu III: esse prédio, inicialmente, foi construído para ser uma ampliação da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, porém revelou-se inadequado para o propósito pelo fato de ter sido construído do outro lado da rua, o que colocaria em risco a segurança da unidade penal. Diante da constatação, passou a ser uma nova unidade penal, com capacidade para quinhentos e um detentos. PPL masculinos condenados em regime fechado, preferencialmente com perfil para UP;

- Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu IV: é a penitenciária mais nova do Complexo, inaugurada em 2022, com capacidade para setecentos e setenta detentos. Recebe PPL masculinos, condenados em regime fechado;

- Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu – Unidade de Progressão: local da nossa pesquisa, com capacidade para custodiar duzentos e oitenta detentas. PPL femininas, provisórias e condenadas em regime fechado, preferencialmente, com perfil para UP.

¹⁰ Seguro é o setor de confinamento dentro de uma instituição prisional designado para abrigar detentos considerados incompatíveis com a convivência nos demais setores. Geralmente, estão sujeitos a risco de morte aqueles acusados ou condenados por estupro, ex-membros das forças policiais e indivíduos associados a grupos rivais aos que exercem controle sobre as áreas comuns.

É importante esclarecer o termo "preferencialmente", mencionado anteriormente ao se referir ao perfil das detentas da PFF-UP. Em algumas ocasiões, a unidade pode receber detentas que não se enquadram estritamente no perfil das unidades de progressão, de acordo com o Decreto nº 11.169, 25 de setembro de 2018:

Art. 1º [...]

§ 3º Em casos considerados excepcionais poderá a "PFF-UP" abrigar presas autuadas em flagrante delito, as presas preventivamente, as presas provisórias, as pronunciadas para julgamento perante o Tribunal do Júri e as condenadas por sentença recorrível, após a análise do perfil criminológico (Paraná, 2018).

3.3 CÁRCERE FEMININO

Desde que as prisões foram instituídas, as penas destinadas aos homens e às mulheres tinham objetivos diversos. Para os homens, a função da pena era despertar a necessidade do trabalho, enquanto para as mulheres o intuito era reenquadrá-las na sociedade, de acordo com os paradigmas instituídos naquele momento. Dessa forma, as primeiras prisões femininas eram realizadas em conventos para que as mulheres recebessem orientações religiosas das freiras (Cury; Menegaz, 2017).

Quadro 3 – Breve histórico das prisões

Período	Século V a VX Período Feudal	Século XV A partir do Iluminismo
Tipo de punição	Aplicada ao corpo do indivíduo, como, por exemplo, morte, açoite, banimento, confissão pública.	Buscava o respeito à condição humana, a pena seria uma forma de controle social.
Local	Precários, como ruínas e torres.	Precários, estabelecimentos carcerários.

Fonte: Cury e Menegaz, 2017.

Historicamente, o número de mulheres encarceradas sempre foi menor que o de homens, resultando em exíguos estudos sobre o cárcere feminino. Poucos pesquisadores demonstram interesse pelo tema, uma vez que não apenas as detentas eram numericamente reduzidas, mas também porque compartilhavam o mesmo ambiente que os homens.

Diante desse cenário de cárcere misto, as mulheres eram frequentemente estupradas e forçadas à prostituição. Essa realidade fez, então, emergir a necessidade da criação de presídios femininos.

Em 1937, foi criado, na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, o Reformatório de Mulheres Criminosas, que posteriormente veio a ser denominado de Instituto Feminino de Readaptação Social. O local abrigava mulheres que praticavam crimes e aquelas consideradas "desajustadas" pela sociedade, que desafiavam os padrões sociais da época. Também acolhia mulheres que não aceitavam casamentos arranjados pelos pais e as que eram consideradas "encalhadas", pois acreditava-se que, ao aprenderem afazeres domésticos e manuais, poderiam encontrar um pretendente. Percebe-se que a penitenciária tinha o intuito de "moldar" as mulheres conforme os parâmetros sociais para que fossem aceitas na sociedade. Esse objetivo não foi atingido, pois as mulheres saíam desses locais mais violentas e, muitas vezes, cometendo crimes ainda mais graves.

Com a emancipação da mulher e a responsabilidade de sustentar as famílias, houve um aumento no número de encarceradas. Sem emprego e com vários filhos, muitas vezes elas não veem alternativa além do envolvimento com o tráfico ou com pequenos furtos para garantir o sustento familiar. Conforme Azevedo, Silva e Barros (2012), nos últimos quarenta anos, o perfil da mulher praticante de crimes mudou, uma vez que elas passaram a cometer diversos tipos de delitos, assim como os homens, diferentemente da década de 70, quando praticavam apenas crimes de pequena periculosidade. Nesse viés, os autores corroboram que,

Na década de 70, de acordo com Miscisci (2009), as mulheres ingressam no mundo do crime para colaborar com homens com quem tinham relacionamentos amorosos. Os homens perceberam que as mulheres não eram perseguidas pela polícia e, por isso, passaram a seduzi-las para o crime. Inicialmente, eram chamadas de "mulas", por carregarem grandes quantidades de drogas ilícitas. Já na década de 90, elas atuam como cabeças e não mais como coadjuvantes. De acordo com Feldman (2011, p. 1): "O tráfico de drogas, na maioria das vezes, cometido junto com o companheiro ou em nome dele, é a causa das prisões e condenações de dois terços das mulheres que estão no presídio feminino" (Azevedo; Silva; Barros, 2012, p. 252-266).

Importante destacar que as drogas desempenham um papel significativo no contexto do cárcere feminino. A maioria das mulheres privadas de liberdade pratica o crime de tráfico de drogas, muitas vezes, motivadas pela influência da família, para proteção de maridos e filhos envolvidos no tráfico ou, ainda, levando drogas para os companheiros dentro das prisões. Para esses casos, no livro "As Prisoneiras", Drauzio Varella (2017, p. 209) apresenta uma sugestão:

O que a sociedade ganha trancando essas mulheres por anos consecutivos? O que representa, no volume geral do tráfico, a quantidade de droga que cabe na vagina de uma mulher? Que futuro terão crianças criadas por mães e pai na cadeia? Quantas terão o mesmo destino? [...] As mulheres-ponte flagradas todos os finais de semana nas portarias poderiam ser condenadas a penas alternativas e a sanções administrativas, como a proibição de entrar nos presídios do estado. O preso a quem se destina a encomenda poderia ser punido com a perda de benefícios e a extensão da pena. [...] Qualquer solução seria mais sensata do que a atual: elas vão para a cadeia, os filhos ficam abandonados em situação de risco e o homem que encomendou a droga arranja outra ponte para manter o fluxo de caixa.

A disparidade é muito grande entre os tipos de crimes praticados por mulheres. Percebe-se, claramente, a maior incidência no tráfico de drogas. Para Cury e Menegaz (2017), os crimes patrimoniais, como roubo e furto, além do tráfico, demonstram como o fator socioeconômico influencia na prática dos crimes realizados pelas mulheres. O processo de criminalização, de acordo com os autores, encontra-se vinculado à desigualdade social enfrentada pelas mulheres de classes menos favorecidas.

Além do perfil de crimes praticados por mulheres, os pesquisadores trazem que, pela análise dos dados do DEPEN, em 2014, 50% das mulheres presas possuíam entre dezoito e vinte e nove anos de idade, 68% eram negras, 57%, solteiras e 50% possuíam ensino fundamental incompleto (Cury; Menegaz, 2017). Ainda, estudos comprovam que grande parte das mulheres presas são mães. Diante dessa realidade populacional, como são as prisões femininas? Existe alguma diferença das prisões femininas para as masculinas além do gênero?

A maioria das mulheres, quando presas, é abandonada pelas famílias e companheiros, enquanto os homens continuam com a estrutura familiar perfeita, com a esposa e filhos, durante todo o período de encarceramento. Essa realidade é comprovada quando observamos os dias de visitas no sistema prisional. Nos cárceres destinados ao sexo masculino, encontramos enormes filas de mulheres esperando pelo reencontro, por apenas algumas horas, com seus amados, ao passo que, nas penitenciárias femininas, existe um número muito reduzido de visitas. As mulheres, muitas vezes, não recebem visitas, pois os familiares precisam cuidar dos filhos das detentas e não possuem condições financeiras ou de saúde para realizar ambas funções, visitar as detentas e sustentar seus filhos.

À vista disso, para Varella (2017, p. 38):

De todos os tormentos do cárcere, o abandono é o que mais aflige as detentas. Cumprem suas penas esquecidas pelos familiares, amigos, maridos, namorados e até pelos filhos. A sociedade é capaz de encarar com alguma complacência a prisão de um parente homem, mas a mulher envergonha a família inteira. [...] Enquanto estiver preso, o homem contará com a visita de uma mulher, seja mãe, esposa, namorada, prima ou vizinha, esteja ele num presídio de São Paulo ou a centenas de quilômetros. A mulher é esquecida.

Os homens, enquanto presos, têm consciência de que a família está sob os cuidados da companheira e seus negócios também continuam sendo administrados pela mulher. Por outro lado, a mulher presa é castigada duas vezes, pois precisa deixar os filhos aos cuidados de familiares ou, muitas vezes, em abrigos. Além disso, muitas crianças são vítimas de abusos sexuais e são utilizadas como moeda de troca na prostituição ou no tráfico de drogas. Resta à mulher presa o desamparo e, muitas vezes, a falta de notícias dos familiares. Essa realidade, frequentemente, resulta em problemas depressivos que levam as mulheres encarceradas a tentarem contra a própria vida.

A esse respeito, Azevedo, Silva e Barros (2012) afirmam que a mulher apenas é vítima de preconceitos duplos: o fato de ter praticado um crime e o de não pertencer ao estereótipo comum a todas as mulheres, que é a docilidade, a mulher cuidadora, a mulher virtuosa, entre outros. Varella (2017, p. 39), ao tratar desse assunto, menciona que “Isolar a mulher na cadeia por anos consecutivos causa distúrbios de comportamento, transtornos psiquiátricos e dificulta a ressocialização”.

Outra diferença relevante entre as penitenciárias masculinas e femininas é a presença da homossexualidade. O sexo, no cárcere feminino, é muito comum, com mulheres namorando e casando entre si. Em contraste, os homens homossexuais geralmente já o eram antes da reclusão. Muitas mulheres, fora do cárcere, são heterossexuais, mas se “transformam” entre as grades.

Nesse sentido, os relacionamentos afetivos são um dos problemas encontrados pela segurança nas unidades penais, já que, muitas vezes, os casais se desentendem, chegando a agressões físicas e verbais. Nessas situações, a solicitação de mudança de cela é comum, tumultuando toda a galeria.

Sobre o tema, Varella (2017, p. 166) destaca que

É pouco provável que a restrição do espaço físico, o confinamento com pessoas do mesmo sexo, a falta de carinho e da presença masculina

e o abandono afetivo imponham de forma autocrática a homossexualidade no repertório sexual das mulheres presas. [...] É mais razoável pensar que esse conjunto de fatores apenas cria condições socioambientais para que a mulher ouse realizar suas fantasias e desejos mais íntimos, reprimidos na vida em sociedade. [...] talvez a cadeia seja o único ambiente em que a mulher conta com essa liberdade.

A análise de Varella sobre essa questão causa desconforto, uma vez que, ao observarmos as detentas no cotidiano, é perceptível que a maioria delas enfrenta uma carência significativa. Acreditamos que o confinamento, aliado à carência, pode de fato influenciar a manifestação da homossexualidade. Nesse sentido, nossa opinião difere da mencionada pelo autor, pelo menos na comunidade em análise.

Isto posto, concordamos com os estudiosos aqui citados quando afirmam que as presas no Brasil são pressionadas e oprimidas pela sociedade civil. Essas mulheres lutam contra a sociedade que as formou, sendo que agora essa sociedade tem oportunidade de corrigir esse erro e transformá-lo em soluções, preparando-as para o retorno ao convívio social.

Não podemos deixar de mencionar as palavras de Santos, Assis, Silva e Oliveira (2012), que caracterizam de forma notória a situação das mulheres encarceradas no nosso país: as prisões femininas são um lugar de grande reprodução da cultura patriarcal, sexista e discriminatória em que a mulher se torna invisível pelo Estado e pela sociedade. Essa afirmação suscita o seguinte questionamento: as prisões não seriam, em si, resultado dessa cultura?

3.3.1 Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu — Unidade de Progressão

Imagem 2 – Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu



Fonte: a autora, 2023.

A PFF-UP foi inaugurada em 10 de outubro de 2018 e tem capacidade para abrigar duzentas e oitenta detentas. É importante ressaltar que a lotação máxima até o momento foi de duzentas e sessenta detentas, o que significa que nunca houve superlotação. Essa unidade é destinada ao progresso das mulheres detidas, permitindo que participem de atividades de trabalho e/ou estudo.

Em relação à educação, a unidade penal mantém uma escola de ensino fundamental e médio, na modalidade EJA, e disponibiliza ensino superior, graduação nos cursos de Serviço Social e de Pedagogia, na modalidade de Ensino a Distância (EaD), pela Faculdade Fanduca/GO, plataforma digital, além de diversos cursos de aperfeiçoamento em variadas áreas, visando à reinserção social.

Para cada doze horas de estudo, as detentas têm o direito a um dia de redução na pena estabelecida pela justiça, conforme regulamenta a Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, que altera a Lei nº 7.210/1984, para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.

A seguir, alguns dados sobre o percentual de ensino na PFF-UP, os quais foram disponibilizados pela direção da unidade penal.

Tabela 2 – Estudantes da Educação Básica

Nível de escolaridade	Total de Matrículas
	PFF-UP
Ensino Fundamental (Fase I)	16
Ensino Fundamental (Fase II)	67
Ensino Médio	35
Total Geral	118

Fonte: PFF-UP, 2023.

Tabela 3 – Estudantes do Ensino Superior

Cursos	Matrículas
Pedagogia	03
Serviço Social	06
Total Geral	09

Fonte: PFF-UP, 2023.

As Tabelas 2 e 3 apresentam o número de detentas estudando, nos diferentes níveis de ensino, no final do ano de 2022.

Tabela 4 – Estudantes para qualificação profissional

Cursos	Matrículas
Curso de Teologia Ministerial (FATEMI)	11
Curso Bíblico – Ministério Desfrute Deus	20
Empreendedorismo e confecção de chinelos	17
Qualificação Profissional em Gestão de Empresas	19
Qual. Prof. em Gestão de Empresas de Transportes	06
Qual. Prof. em Construção Civil	19
Qual. Prof. para Proporcional o Bem-estar das pessoas	08
Qual. Prof. em Assistente de Farmácia	26
Qual. Prof. em Cuidador de Idosos	25
Qual. Prof. em Motorista de Aplicativo	07
Roda de Leitura (Direito à poesia)	15
Total Geral	183

Fonte: PFF-UP, 2023.

A Tabela 4 traz todos os cursos profissionais ofertados na UP, com a respectiva quantidade de alunas matriculadas.

Tabela 5 – Remição por leitura

PFF-UP	Total de atendimentos
Ensino Fundamental (Fase I)	03
Ensino Fundamental (Fase I)	40
Ensino Médio	36
Ensino Superior	14
Total Geral	93
Com problemas/desistência	03

Fonte: PFF-UP, 2023.

Conforme demonstrado na Tabela 5, as detentas dessa unidade penal têm, também, o benefício da remição por leitura, que é concedido mediante a leitura realizada durante o período de cárcere. Elas devem escolher um livro de literatura disponível na biblioteca da unidade prisional e apresentar um relatório de leitura, o qual é remetido para a Vara de execuções Penais (VEP). Para cada obra lida, é reduzido um período de quatro dias de sua pena, havendo estabelecido o limite de leitura de doze livros por ano para esse benefício, totalizando quarenta e oito dias por ano dessa modalidade de remição.

Além da educação, a penitenciária possui canteiros de trabalho para o exercício de atividade física ou intelectual, conforme corrobora o artigo 28 da Lei nº 7.210/1984: “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva” (Brasil, 1984).

Dentro das unidades penais, o local utilizado para trabalho é chamado de “canteiro”. A PFF-UP possui canteiros de trabalho oferecidos pelo estado (DEPPEN), canteiro de artesanato (materiais para confecção são enviados pela família da detenta) e canteiros de trabalho que pertencem a empresas privadas, os quais chamamos de cooperados. As Tabelas 6 e 7 mostram a quantidade de detentas que trabalharam nos respectivos canteiros durante os anos de 2018 a 2023.

Tabela 6 – Trabalho na PFF-UP entre os anos 2018 e 2022

Ano	DEPPEN	Artesanato	Cooperados
2018	209	517	111
2019	212	534	100
2020	271	583	377
2021	574	1164	297
2022	542	1138	291

Fonte: PFF-UP, 2023.

Tabela 7 – Trabalho na PFF-UP em 2023

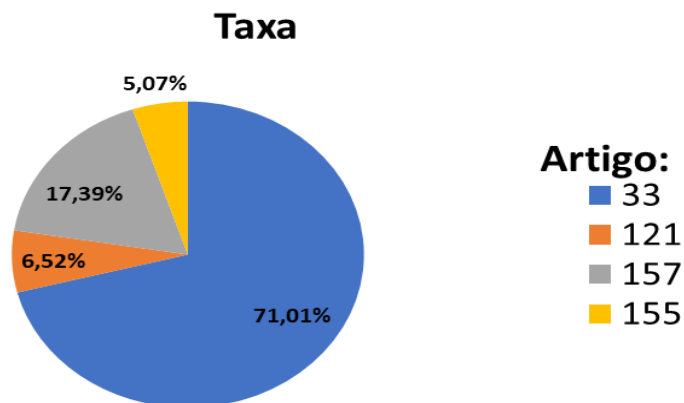
Mês	DEPPEN	Artesanato	Cooperados	Total
Jan.	42	77	26	145
Fev.	43	88	26	157

Fonte: PFF-UP, 2023.

Na PFF-UP, encontram-se detidas mulheres condenadas, provisórias (presas que não possuem condenação definitiva), estrangeiras e envolvidas em diversos tipos de crimes. No entanto, a maioria das detentas cometeu o crime de tráfico, conforme previsto no artigo 33 da Lei nº 11.34, de 23 de agosto de 2006 (Brasil, 2006).

O Gráfico 1 a seguir mostra os crimes cometidos pelas detentas em 2023. Observamos que a maior incidência é no artigo 33, relacionado ao tráfico de drogas. Logo em seguida, destacam-se o artigo 157 (roubo), o artigo 121 (homicídio) e o artigo 155 (furto).

Cabe ressaltar que o furto se caracteriza pela a subtração de bens de outra pessoa sem o emprego de violência ou grave ameaça à vítima, enquanto o roubo envolve a mesma subtração, mas com o uso de violência ou grave ameaça para coagir a pessoa a entregar o bem desejado.

Gráfico 1 – Crimes cometidos pelas detentas, dados de fevereiro de 2023

Fonte: PFF-UP, 2023.

Para assegurar a excelência em todas as atividades, a unidade penal conta com uma equipe composta por psicóloga, enfermeira, médico e assistente social. Para garantir a segurança, dispõe tanto de policiais penais como de funcionários da empresa terceirizada New Life.

O presente estudo acontece nesse contexto social, envolvendo um grupo minoritário excluído da sociedade. Nosso intuito é descobrir como a língua portuguesa é falada na penitenciária, apresentar seus costumes, tradições e os modos de vida dessa comunidade por meio da análise linguística.

3.4 POR TRÁS DAS GRADES

Em sua obra “Manicômios, prisões e conventos”, o sociólogo canadense Erving Goffman (2005) estudou o processo de institucionalização dos indivíduos inseridos em instituições definidas por ele como “instituições totais”: locais de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada.

Goffman (2005) elencou em seu rol de modelos estudados cinco tipos de instituições:

- a) as criadas para cuidar de pessoas que são consideradas incapazes e inofensivas, tais como as casas de cegos, asilos para idosos, órfãos e indigentes;
- b) os locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça não intencional para a comunidade, como sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários;
- c) as criadas para proteger a comunidade contra ameaças e perigos intencionais, sem se importar muito com o bem-estar das pessoas segregadas, incluindo cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra e campos de concentração;
- d) as erigidas com a intenção de realizar de um modo mais adequado alguma tarefa instrumental, tais como quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias;
- e) os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, que também podem servir como locais de instrução para religiosos, tais como abadias, mosteiros, conventos e outros claustros.

Os inseridos em todos esses ambientes são chamados pelo autor de *internos*. Da mesma forma, acrescentou que aqueles que possuem poder de mando sobre os internos seriam os membros das *equipes dirigentes* (Goffman, 2005).

Assim como Bourdieu, Goffman (2005) identifica os grupos de pessoas nas instituições totais como opressores (equipe dirigente) e oprimidos (internados); os primeiros moldam os demais pela vigilância e exigência do cumprimento de regras. Percebe-se o “poder” que um grupo exerce em relação ao outro quando se faz essa distinção entre os grupos. Dessa forma, os navios escolas, as penitenciárias, os conventos, os mosteiros e as instituições que necessitam de procedimentos para realização de algum tipo de tarefa são para o autor instituições totais.

A instituição total é um híbrido social, parcialmente residencial, parcialmente organizacional formal; aí reside seu especial interesse sociológico. Há também outros motivos que suscitam nosso interesse por esses estabelecimentos. Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu (Goffman, 2005, p. 22).

Nesse contexto, Goffman (2005) destaca que, ao chegar à prisão, o sentenciado traz uma concepção de si mesmo formada ao longo de sua vivência no mundo doméstico. Nesse momento, ele é despido de seu referencial, pois, ao ingressar na prisão, é desvinculado de todos os seus objetos pessoais, desde a roupa até os documentos. Aqueles sinais “clássicos” de pertencimento à sociedade são subtraídos: ao despir sua roupa e vestir o uniforme da instituição, o indivíduo inicia um processo de perda de suas identificações anteriores, sujeitando-se aos parâmetros ditados pelas regras institucionais.

Para Goffman (2005, p. 25), “O internado descobre que perdeu alguns dos papéis em virtude da barreira que o separa do mundo externo. Geralmente, o processo de admissão também leva a outros processos de perda e mortificação.” É perceptível, contudo, que a admissão no sistema prisional corresponde a uma despedida do mundo externo e da rotina de vida que antes mantinha, marcando um início para uma nova vida com regras e costumes definidos.

Ao ser admitido numa instituição total, é muito provável que o indivíduo seja despido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais a mantém, o que provoca desfiguração pessoal. Roupas, pentes, agulha e linha, cosméticos, toalhas, sabão, aparelho de barba, recursos de banho – tudo isso pode ser tirado dele ou a ele

negado, embora alguns possam ser guardados em armários inacessíveis, para serem devolvidos se e quando sair (Goffman, 2005, p. 28-29).

Ainda, percebemos a mortificação do eu no processo de contaminação social, no qual o indivíduo é colocado em uma cela com pessoas diversas em termos de faixas etárias, orientações sexuais e classes sociais, muitas vezes sendo obrigado a conviver com pessoas indesejáveis. Goffman (2005, p. 34-35), ao tratar do assunto, defende que,

[...] quando a agência de contaminação é outro ser humano, o internado é ainda contaminado por contato interpessoal imposto e, conseqüentemente, uma relação social imposta. De forma semelhante, quando o internado deixa de ter controle quanto a quem o observa em sua desgraça, ou conhece o seu passado, está sendo contaminado por uma relação obrigatória com essas pessoas – pois é através de tais percepções e conhecimento que se exprimem as relações.

Após a experiência de mortificação do eu, os internados passam a familiarizar-se com as regras da casa. Nas penitenciárias, são repassadas para os detentos as regras para permanência naquele local e, ao chegarem às celas, as demais detentas repassam as regras de convivência daquele ambiente. Nesse momento, reforça-se o conceito de campo de Bourdieu, que se refere a todos espaços nos quais se desenvolvem relações entre dominados e dominantes, englobando as relações entre funcionários e detentas e entre as próprias detentas.

Por isso, Goffman (2005) afirma que os internados, sobretudo os novos, vivem com angústia crônica quanto à obediência às regras e suas conseqüências. Fazem um esforço persistente e consciente para evitar problemas, o que os leva, muitas vezes, a renunciar alguns níveis de sociabilidade com seus companheiros.

3.5 ALÉM DAS PALAVRAS: LINGUAGEM E PRECONCEITO LINGUÍSTICO

A língua nos possibilita realizar uma análise da sociedade, pois revela aspectos sociais, históricos e econômicos de determinada comunidade. O uso da língua envolve conteúdos e formas próprios, produzindo efeitos que podem afetar a própria língua. Por exemplo, cria formas de expressão novas para novas situações, conforme afirma Bagno (2007). Nesse sentido, cada mudança linguística se estabelece pelo uso

e se dá em meio a intensos e, muitas vezes, conflituosos movimentos sociais (Bagno, 2007).

O Brasil possui uma grande diversidade linguística, pois as línguas variam de lugar para lugar e estão em constantes mutações. Faraco (2008, p. 38) salienta que, diante dessa realidade, quanto mais avançado for o estudo da heterogeneidade linguística, mais ela se apresentará complexa.

Em cada uma dessas comunidades, costuma haver modos peculiares de falar (ou seja, há normas específicas) e o comportamento normal do falante é variar sua fala de acordo com a comunidade de prática em que ele/ela se encontra. É parte do repertório linguístico de cada falante um senso de adequação, ou seja, acomoda seu modo de falar às práticas correntes em cada uma das comunidades da prática a que pertence. Por isso, se diz que cada falante é um camaleão linguístico. Obviamente, ele/ela pode romper as expectativas por diferentes razões, entre outras: causar riso, provocar conflito ou assinalar que seus laços com aquela comunidade estão se tornando tênues.

Existem comunidades diversificadas que se apresentam conforme as suas experiências de vida, criando uma identidade própria. Aragão (2012, p. 19) menciona que “[...] toda a visão de mundo, ideologia, os sistemas de valores e as práticas socioculturais das comunidades humanas são refletidas em seu léxico”. A autora corrobora ainda que o léxico, enquanto descrição de uma cultura, está no seio mesmo da sociedade e reflete não somente a ideologia dominante, mas também as lutas e tendências dessa sociedade.

Sabemos que cada grupo possui uma linguagem própria que garante sua identidade, e que esse vocabulário é criado devido à relação interpessoal e à proximidade entre o grupo. Conforme corrobora Faraco (2008, p. 41):

Como as normas são, em geral, fator de identificação do grupo, podemos afirmar que o senso de pertencimento inclui o uso das formas de falar características das práticas e expectativas linguísticas do grupo. Nesse sentido, uma norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas.

A linguagem diferenciada utilizada por diferentes grupos sociais não pode ser considerada como um “erro”, mas uma forma diferente de expressão daquele grupo. Conforme explica Bagno (2007, p. 38),

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna de ser aceita, ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogadas nos dicionários e qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico: errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente.

Para Alkmin (2005), toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, é um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico em que vive. Por isso, todas as pessoas são capazes de se expressar e de se comunicar de maneira eficiente mesmo sem possuir conhecimentos das normas da língua escrita.

O preconceito linguístico configura-se como a discriminação pela forma de falar de indivíduos que utilizam a língua de maneira distinta daquela considerada ser a correta. Essa manifestação de preconceito existe em toda a sociedade e necessita ser abolida, visto que a língua é responsável por transmitir a herança cultural de um povo.

Sob essa perspectiva, Bagno (2009) aponta para uma transformação radical, pela qual a sociedade precisa abandonar a velha atitude repetidora e reprodutora de uma gramática contraditória e incoerente. O autor argumenta que há muito a ser descoberto no universo da linguagem e que, assim como as ciências, a linguagem também evolui. Diante desse cenário, é imperativo assumir uma nova postura em relação à variedade linguística presente em nosso convívio.

Nas palavras de Galinho (2021, p. 19),

Cada grupo social define o seu nível de vocabulário específico, isso acontece de acordo com o contexto comunicativo. Cada comunidade de falante elege um determinado vocábulo não convencional para lidar com situações do cotidiano. Há, portando, por parte daqueles que eventualmente desvalorizam a variedade linguística, certa ignorância (ou desatenção), tanto que não valorizam a criatividade, as inovações e os estilos presentes nas formas de falar.

Empiricamente, é possível perceber que os próprios detentos possuem preconceito quanto ao modo de falar. Durante as entrevistas, tanto aquelas do estudo de Galinho (2021) quanto as realizadas para esta pesquisa, os detentos e as detentas acham feia essa forma de falar e explicam que não irão utilizá-la quando do retorno à sociedade. A esse respeito, Violeta, trinta e cinco anos, afirma: “*Causa preconceito, sim, vai causar medo nas pessoas, né? Ah, tá vindo a cadeiaira lá, ó...*”. *Preconceito mesmo* (Violeta).

Por outro lado, existe também o preconceito com aquelas que tentam falar “corretamente”, que procuram não utilizar o linguajar carcerário. Nas palavras de Jasmim:

Então, eu vou dizer que tem até um certo preconceito. Porque quando eu cheguei, eu falava bem correto. E daí, a maioria das meninas, elas têm o linguajar já próprio. Entendeu? Então, assim, aí anota. Ai, por que você tá falando certinho demais? Ai, para com isso. Larga de ser fresca. Então, você acaba pegando as manias também pra sentir um ar, pra se dar bem, pra entrar no grupo. Quando sair? Olha. Não, sem dúvida nenhuma não vou usar. Porque eu acho feio (Jasmim).

Ainda durante as entrevistas, as detentas evitam utilizar as palavras “diferentes” e buscam conversar da forma mais “correta” possível, com o intuito de desfazer a imagem negativa que um detento representa para a sociedade, a exemplo do relato de uma detenta que está cursando faculdade na unidade prisional.

Então, eu costumo usar, antes eu usava mais, mas agora eu quase não uso mais essa linguagem por causa do curso que eu tô fazendo, superior. Então como a gente tem que fazer, apresentar seminário, e até participar até de bancas, então eu tô me corrigindo já pra não ter esse linguajar pra poder fazer as apresentações. Ah, legal. Sim, mas eu já usei muito na comarca, então lá atrás mais ainda. Então, são pronúncias erradas. Então, como que vai frequentar uma escola, vai fazer trabalho, como que você vai escrever tudo certo e tudo certo, e vai falar e pronunciar errado. Então é por causa da pronúncia mesmo, por ela ser errada (Rosa).

Elas justificam que, ao se reintegrarem à sociedade, almejam levar uma vida digna, dedicando-se ao trabalho e aos estudos, afastando-se do crime. Assim, sentem a necessidade de abandonar o vocabulário característico do mundo criminoso para serem aceitos pela sociedade. A esse respeito, Matos (2014, p. 97-98) afirma que

Essa preocupação de “Sete Um” [nome do preso] em não usar gíria diante da entrevistadora é, na verdade, um ritual de preservação da fachada, o qual reflete o preconceito linguístico-social que os próprios reeducandos têm a respeito de si mesmos. Por meio desse monitoramento linguístico, Sete Um reivindica para si atributos aprovados socialmente. Isso ocorre porque ele está diante de “alguém da sociedade” e tem vergonha de sua situação de marginalidade e reclusão, destarte, ele procura mostrar à entrevistadora que “já está evitando falar gíria”, pois 98 não é como “os mais problemáticos da criminalidade” e, quando cumprir sua pena e sair da cadeia, mudará de vida, se reintegrará à sociedade, passando a utilizar apenas linguagem “normal”.

No ambiente prisional, além das gírias utilizadas pelas detentas, como, por exemplo, “praia” e “jega”, que significam “chão” e “cama” — ou seja, itens lexicais que não têm o mesmo significado intra e extra muros da prisão (praia), ou não aparecem no dicionário (jega) —, podemos identificar variações linguísticas que fogem da norma padrão, como “hesmorrágia”, “perdimo”, “índola”, entre outras. São palavras que enfrentam muito preconceito linguístico, uma vez que o falante não pertence à classe dominante e a variante não apresenta prestígio social. Nesse sentido, o “falar do ladrão” sofre preconceito por não estar em conformidade com a gramática de prestígio sociolinguístico.

Nesse contexto, Bagno (2007, p.118) afirma que,

Em termos de língua, tudo vale alguma coisa, mas esse valor vai depender de uma série de fatores. Falar gíria vale no lugar certo, no contexto adequado, com as pessoas certas. E que a língua é como um grande guarda-roupa, onde é possível encontrar todo tipo de vestimenta. Usar a língua, tanto na modalidade oral como na escrita, é encontrar o ponto de equilíbrio entre dois eixos: o da adequabilidade e o da aceitabilidade.

Esse preconceito é fruto de uma ideologia em que o uso da linguagem serve para manter, além da dominação de classe, a dominação de poder. No caso das penitenciárias, por exemplo, o modo de falar dos detentos desperta o medo que a sociedade tem desse grupo marginalizado. As próprias detentas acham um absurdo utilizarem o vocabulário do grupo perante a sociedade, segundo a seguinte afirmação:

Lá fora, se chegar falando a gíria da cadeia, eu não consigo entender. E ainda tem o preconceito. Tipo, já basta a gente ter o histórico que a gente tem. Então, daí, como que eu vou trabalhar num restaurante, chegar pra atender alguém falando a gíria? Imagina que loucura! (Flor).

Percebemos, portanto, que esse linguajar será sempre ridicularizado. As línguas mais valorizadas serão sempre aquelas utilizadas pelo poder dominante, enquanto as “erradas” pertencerão aos grupos minoritários. Contudo, observamos que o preconceito linguístico caminha ligado ao preconceito social que encontramos nos dias de hoje. Camélia, quarenta e cinco anos de idade, comenta sobre esse assunto em seu relato ao falar sobre preconceito:

A sociedade, né? A gente já... Eu vou ser bem sincera comigo. Preconceito comigo. Eu sou negra. Eu já venho de uma sociedade... Baixa. Pobre. A gente já não tem muita oportunidade. Você imagina. Uma negrinha. Saindo lá fora. O que eu vou arrumar lá fora? Pô, eu tô com quase cinquenta anos. A gente tem que manter. A gente tem que ter aquele... Tem que ter aquele... Eu quero progredir. Acabou. Aquela velha Camélia. Então, vamos recomeçar. Eu quero. Quero tentar conquistar a sociedade (Camélia).

Bourdieu (2018) preceitua que o preconceito linguístico é desencadeado no ambiente escolar. Na escola, quando os alunos falam de maneira distinta daquela que a gramática julga ser a correta, logo são repreendidos, sendo-lhes imposto aquilo que a sociedade considera ser a maneira correta de se comunicar.

Dália, professora na PFF-UP, ao tratar do assunto, defende: *“Não vejo como normal. Procuro corrigi-las sempre que possível em sala de aula, para que possam sentir outra realidade e estejam mais aptas para retornarem ao mundo lá fora, sem gírias”*.

Contudo, podemos perceber a relação do mercado linguístico, abordado por Bourdieu, quando é imposto aos alunos que o correto é a linguagem da classe dominante. Nesse sentido, sempre, o modo de falar da minoria — que é a classe dominante — vai se sobressair ao da maioria — a classe das camadas populares.

Com base nas análises realizadas, percebemos que a linguagem utilizada dentro do ambiente prisional, além de ir contra os preceitos gramaticais, causa temor à sociedade, que associa o linguajar à criminalidade, e, por isso, acaba sendo alvo de preconceito.

Ao longo deste capítulo, exploramos o ambiente carcerário, em particular o cotidiano das mulheres nas prisões, ressaltando a importância de adquirir um conhecimento mais aprofundado desse contexto para uma compreensão mais completa do tema abordado. Além disso, destacamos a relevância de trazer à tona a questão da punição e da reintegração das mulheres criminosas na sociedade após a liberdade. Também discutimos o papel do DEPPEN no estado, culminando na análise do espaço social da pesquisa, a PFF-UP. Adicionalmente, refletimos sobre a linguagem e o preconceito linguístico, enfatizando a importância de abordar esse tema desde os primeiros anos escolares, a fim de combater a marginalização e a estigmatização das diferentes formas de comunicação. É essencial compreender que a língua se transforma ao longo do tempo e de acordo com o contexto, portanto, é

fundamental não interpretar as variações linguísticas como erros, mas, sim, como parte natural da evolução da linguagem.

4 LINGUAGEM: UM ESTUDO NO CONTEXTO PRISIONAL DA PFF

Ao adentrar os portões da penitenciária, um universo completamente novo se revela diante dos olhos. A mudança brusca de ambiente traz consigo transformações profundas no modo de vida dos indivíduos ali presentes. Nesse contexto, o presente capítulo busca explorar as variações linguísticas utilizadas pelos participantes da pesquisa em foco, bem como os termos e expressões peculiares da comunidade da PFF-UP.

Neste texto, mergulhamos nesse universo complexo e multifacetado, buscando compreender e valorizar a diversidade linguística presente nas paredes dessa instituição.

4.1 O MUNDO DO CÁRCERE

4.1.1 Quem somos?

O Brasil possui uma ampla população carcerária, por isso faz-se necessária uma reavaliação da legislação penal para adequá-la à realidade do sistema penitenciário. Possibilitar que o interno possa remir sua pena pela educação é muito pouco para uma proposta de reintegração social. É preciso uma reforma na legislação penal e na política de execução, promovendo um verdadeiro “reordenamento institucional”.

Essa reforma deve incluir investimentos em uma política de capacitação para os servidores que atuam em espaços de privação de liberdade, envolvendo o poder público. Além disso, torna-se essencial a implementação de políticas de reinserção social efetivas que ofereçam caminhos para que o detento consiga conviver em sociedade longe do crime. A atual política criminal adotada mostra-se incapaz de atender às expectativas de reabilitação e de prevenção a condutas criminosas, uma vez que possui uma abordagem punitiva.

No sistema prisional, a crescente demanda destaca a necessidade de o Estado responder ao crime de forma positiva e eficaz. Essa enorme população carcerária carrega características próprias, inclusive na forma de se comunicar, o que podemos constatar pelas seguintes falas:

É totalmente diferente do que a gente tem lá fora, né? Eu, quando caí presa, muitas coisas que me falavam, eu não sabia o que significava. Daí, ao longo do tempo, eu fui sabendo e também aprendendo a falar, né? Porque não tem como não falar, porque todo mundo fala. Algumas coisas até que dá para relevar, mas algumas coisas eu acho feio. Entende? E, tem umas coisas que é legal (Camélia).

Assim, me ensinaram na comarca, né? Eu passei por três comarcas antes de chegar aqui. Então, assim, toalha, né? No meu ver, assim, o que elas me ensinaram era guerreira, né? Daí tem bandeira também. Daí tem caneca, né? Que não pode falar, né? Outro copo, né? Que manda você tomar lá naquele lugar. Você já arruma a confusão, né? (Violeta).

No objeto a ser analisado, identificamos grupos distintos que demandam uma análise específica antes de adentrarmos no objeto propriamente dito, a comunidade prisional: o grupo das detentas, dos funcionários, policiais penais e monitores de ressocialização penal e professores.

Dentro do grupo das detentas, observamos uma organização com características diferenciadas, na qual encontramos incorporado um *habitus*, um modo de falar e uma cultura diferentes. Esse grupo percebe o funcionário como o mantenedor de segurança, carrasco, sendo que, em muitas vezes, o grupo refere-se a ele como “verme”. No entanto, algumas detentas acreditam que os funcionários estão ali para auxiliar na ressocialização proposta pelo sistema ao apenado. Quanto aos professores, são percebidos como transmissores de conhecimento no processo de aprendizagem e de reinserção social.

Assim, destacamos o pensamento do sociólogo Goffman (2005), que analisa as interações sociais, ou seja, aquilo que acontece no momento em que os indivíduos estão juntos. Para ele, os indivíduos exercem influência uns sobre os outros, considerando o mundo como um teatro no qual o indivíduo assume determinado “papel” de acordo com a circunstância em que se encontra. Dessa forma, as pessoas agem de acordo com a circunstância em que se encontram. Diante desse entendimento, torna-se possível entender os variados comportamentos das detentas dentro da unidade penal, uma vez que adaptam suas atitudes de acordo com o cenário do momento.

Por outro lado, entre os funcionários, observamos uma conduta diversa, que busca manter a segurança e promover a ressocialização do indivíduo, embora atingidos fortemente pelo *habitus* da prisão. Por fim, o grupo dos professores

apresenta características próprias, visando à promoção do aprendizado para ajudar na reinserção social, à capacitação do indivíduo para o retorno ao convívio social.

Todas as unidades penais dependem de pessoas para realizar as tarefas de rotina. Portanto, a cada dia, aumenta a necessidade de gerenciar e valorizar esses servidores, uma vez que o alcance dos objetivos dependerá de suas atitudes dentro da instituição, como veremos em relatos das detentas. É perceptível que as ações realizadas não devem ocorrer de forma isolada; cabe ao gestor prisional intervir para que as atividades sejam realizadas de forma interdisciplinar entre todos os profissionais. Todos os três grupos sofrem influência do “habitus” no sistema prisional.

Conforme exposto no primeiro capítulo, frequentamos o ambiente prisional por dois meses para a realização da observação não participante e depois realizamos as entrevistas. Importante salientar que essa observação continuou ocorrendo, dado o trabalho da pesquisadora nessa unidade penal, com a observação constante do comportamento da comunidade prisional, o que enriquece a pesquisa. A partir das anotações realizadas e das observações constantes, passamos a descrever a vida escondida atrás das grades.

Quando perguntamos sobre as razões de suas prisões, algumas delas responderam que foram detidas por envolvimento com tráfico de drogas. Alegaram que a precariedade de suas vidas e as dificuldades financeiras as levaram ao mundo do crime, em busca de dinheiro fácil, utilizando as adversas condições econômicas como justificativa para a criminalidade. Além disso, mencionaram que o uso de drogas as levou a cometer o crime, conforme relatou Margarida, com vinte e nove anos de idade e oito anos de prisão:

Minha vida antes de eu ser presa, sim, eu era usadora de droga. Por isso que eu vim parar na cadeia, por causa da droga. Aí, assim, quando eu estava usando droga, eu ficava perdida no mundo, né? Eu fazia programa, já fui garota de programa. Fazia, aí eu vendia droga. Aí um dia eu fui fazer a cagada de roubar, fazer um assalto. Foi onde eu caí presa agora. Então eu estou presa por tentativa de latrocínio. Mas quando eu não estava usando droga, eu trabalhava, ajudava a minha mãe, porque a minha mãe é diarista, eu ajudava a minha mãe. Eu trabalhava fora, já trabalhei já no Habib's, no McDonald's, já trabalhei nesses lugares (Margarida).

Tanto esse excerto quanto o que segue evidenciam que o perfil das detentas continua o mesmo. As drogas e as emoções imperam entre elas, e, aparentemente, um dos motivos de cometerem crimes também: a desigualdade social.

As detentas cometem uma variedade de crimes, incluindo homicídio, latrocínio, tráfico de drogas, assalto e escuta telefônica, entre outros. Em várias entrevistas, elas relatam que cometeram o crime por descuido e que foram influenciadas por pessoas que não eram boas companhias. Pelas palavras de Camélia, com vinte e seis anos de idade e presa há seis anos e seis meses: *“Eu caí presa por um latrocínio. Mas, na verdade, eu estou só por estar junto, como partícipe. Porque eu só estava junto na hora errada, no momento errado, com a pessoa errada”*.

Outra questão que nos chamou atenção foi que, das vinte e sete entrevistadas, apenas cinco não possuem filhos, o que sugere a realidade social em que vivemos: pessoas com poucas condições financeiras e muitos filhos.

Em seus relatos, quando perguntamos sobre os planos para o momento em que estiverem em liberdade, todas querem retomar suas vidas junto a seus familiares. De acordo com Melissa, vinte e sete anos: *“Tem muita coisa. Recuperar meus filhos, tomar meu emprego de volta, porque era confeiteira. Ter meu emprego de volta. É isso. Estabilizar minha vida novamente”*.

A maioria das detentas estuda e trabalha na PFF-UP, o que está alinhado com a finalidade da unidade de progressão. Além da escola, a unidade possui vários canteiros de trabalho, como o de confecção de fraldas, o de preparação de saladas e serviços de faxina e o de costura, entre outros. Essa variedade de atividades possibilita a reabilitação e o aprendizado de novas habilidades para o retorno à vida em sociedade. É perceptível que muitas detentas abandonaram a escola precocemente, algumas por gravidez e outras para ajudar nas tarefas domésticas. Portanto, a unidade prisional oferece para essas pessoas a oportunidade de obter educação básica e profissionalizante.

A detenta Íris, com sessenta anos de idade e presa há onze anos, menciona com satisfação aquilo que a PFF-UP significa para ela:

Hoje, aqui na prisão? Essa prisão me trouxe o estudo, me trouxe aprendizagem de lidar com várias personalidades de pessoas. Pessoas bipolar, pessoas difíceis, pessoas que uma hora fala uma coisa, outra hora está ali e fala outra. Pessoas boas e pessoas ruins. E eu me encaixo em algumas delas. E graças a Deus sempre eu procurei levar a parte da igreja, que eu sou evangélica, né? Toda a vida fui. Levar a parte, assim, de Deus. Alguns falam assim, ah, porque você é muito sonsa, você é muito chorona. Não, porque às vezes uma lágrima da gente convence a pessoa a não fazer as coisas erradas. Mas coisas ruins. Isso aí me trouxe sabedoria. Hoje em dia, eu sou contente porque eu sou uma pessoa estudada. Eu tenho cinco

diplomas na mão, tem três que eu vou pegar agora do ano passado que eu fiz. Eu fiz de capoeira, fiz administração e cuidador de idosos. Em sinceridade, tem algumas detentas que são difíceis de se lidar. Mas como eu já trabalhei com bastante delas, dando aprendizagem na parte da costura, que é o meu forte, a gente aprende a lidar com todas elas. Tem umas que você tem que dar um abraço, tem umas que você não chega para lá. Tipo assim, não é assim, é assim que tem que ser. Aqui você está aqui para trabalhar, ou você está aqui para conviver. Aqui tem sempre que ser a família. E eu não tenho minha mãe, não tenho meus filhos, mas eu tenho você. Então vamos respeitar uma à outra. E a gente acaba sendo querido por aqui (Íris).

Em certa ocasião, Gardênia, de trinta e quatro anos de idade, questionou as servidoras sobre a possibilidade de construir uma casinha dentro da penitenciária para ela morar, o que revela um pouco sobre a realidade vivida no cárcere e fora dele. O relato apresenta uma situação peculiar sobre moradores de rua, que muitas pessoas nem imaginam existir, como evidenciado fragmento a seguir:

Fora daqui, eu estudei acho que umas três semanas. É porque eu não tive família, né? Daí eu comecei a estudar aqui na cadeia. A minha vida antes de eu ser presa, eu vivia no mundo das drogas. Assim, até os meus dezoito anos, eu ainda não tinha conhecido o craque. Com dezoito anos, eu conheci o craque. Com sete anos de idade eu conhecia maconha, cola, lança-perfume. E daí, a partir daí, fui e não fui, e com dezoito anos eu conheci o craque. Ai, deixa eu falar pra senhora. Eu vou ser bem sincera com a senhora. Sim, eu me sinto muito bem aqui. Se eu falar pra senhora como eu me sinto muito bem aqui, eu sou muito bem acolhida aqui, sabe? Pela senhora, pela dona Maria, pela dona Ana, por todas as guardas, eu sou muito bem acolhida. Então, assim, eu sei que aqui não é minha casa, mas eu me sinto como se fosse minha casa. Porque lá fora eu fico no mundo das drogas, e aqui não, aqui eu fico libertada, eu me sinto bem. Pra mim, é o contrário. A única coisa que eu sinto falta é da minha liberdade, sabe? Mas eu não tenho ninguém lá fora me esperando, que é pai, mãe, família, eu não tenho ninguém lá fora me esperando. E aqui eu sou muito bem tratada, eu sou muito bem cuidada, a comida que eu como, bem alimentada, tem meu banho, tem meu pãozinho todo dia, meu café da manhã (Gardênia).

O que narramos até o momento são apenas pequenos recortes da vida atrás das grades, depoimentos que nos levam a pensar sobre a importância do papel das unidades penais na ressocialização dos apenados. Apesar de terem cometido crimes, muitas vezes graves, é de extrema importância que essas pessoas se reintegrem à sociedade como cidadãos aprimorados, deixando o passado para trás e buscando uma vida digna.

As entrevistas conduzidas com os professores indicam que os indivíduos que mantêm uma interação mais frequente com as detentas demonstram um conhecimento mais aprofundado em relação ao significado de termos diferentes, em comparação àqueles que possuem uma interação menos frequente. Todas as entrevistadas demonstram compreensão do discurso das detentas e, quando confrontadas com um vocabulário desconhecido, buscam esclarecimento e aprendizado. As professoras consideram interessante o emprego desse linguajar, classificando-o como um vocabulário específico e próprio das detentas. No dia a dia, as educadoras raramente empregam essa linguagem, fazendo-o apenas de maneira lúdica em determinadas circunstâncias, apesar de, ocasionalmente, empregarem essa prática durante as aulas, com o intuito de facilitar o processo de aprendizagem.

A situação é semelhante entre os funcionários encarregados da segurança. A maioria está familiarizada com os termos e demonstra interesse por essa forma de comunicação. Trata-se de um vocabulário que pertence a um universo distinto, reflexo do ambiente verdadeiramente peculiar do sistema prisional. Apenas dois funcionários afirmaram incorporar esses termos em seu dia a dia, enquanto os demais o fazem ocasionalmente no ambiente de trabalho como meio de estabelecer proximidade, ao passo que outros optam por não os adotar.

4.1.2 Como nos comunicamos?

O vocabulário da comunidade prisional é moldado pela relação interpessoal e pela proximidade entre as detentas. Elas passam determinado tempo de suas vidas dividindo o mesmo ambiente, com características bem peculiares. Cada uma traz consigo experiências e conhecimentos vivenciados e, ao ingressar nessa nova comunidade, passa a utilizar outros vocábulos para, além de estabelecer contato, demonstrar parceria e sentimentos.

No ambiente prisional, todos os sentimentos são mais intensos e as detentas necessitam umas das outras para superar essa etapa da vida, como afirmou Orquídea, quarenta e sete anos, que teve várias passagens por diversas penitenciárias e comarcas: *“É uma linguagem que a gente usa, mas não é pra dificultar nada, não. Tem uma linguagem que a gente usa mesmo, assim, **pra gente se entender**”* (grifo nosso)

O isolamento social em que se encontram, na maioria dos casos, está relacionado à falta de suporte social e econômico, o que as levou à delinquência e à exclusão do convívio social. Para Molica (2003), a situação social é a forma como duas ou mais pessoas relacionadas entre si se comunicam sobre determinado assunto e um lugar determinado. Padilha (2015) enfatiza que cada nova possibilidade traduz uma interação diferente entre um eu e um outro, quando escolhemos as formas disponíveis de linguagem para materializar as nossas vontades de dizer.

Sob essa perspectiva, as detentas desenvolvem uma comunidade linguística distinta como meio de identificação do grupo, de reação e resistência à sociedade e à realidade em que se encontram, recorrendo ao uso de "gírias" para facilitar a interação no ambiente prisional. É o que revelam os fragmentos, primeiro, de Hortênsia, uma detenta de vinte e três anos que cumpre pena há cinco anos por um assalto, e, na sequência, de Acácia, detenta de cinquenta e três anos, presa desde 2019 por tráfico.

Eu acho que aqui a gente tem que se adaptar com as coisas, né? Na rua, a gente evita de falar certas palavras, né? Aqui, a gente já se adapta, porque já está acostumada a falar muito em gíria, e ver, é, com o que falar. Sinais? É. Aham. Em mãos, né? Na mão, aham. Então, daí a gente pega o ritmo. Entendeu? (Hortênsia).

Então, esse linguajar é um jeito que elas têm de conversar, de se comunicar. Aqui dentro, dentro do presídio. E, assim, não é obrigatório, sabe? Só que eles entendem melhor a gente com esse linguajar. Tem certas coisas que a gente fala lá de fora que eles não entendem muito. É, às vezes é estranho, mas são coisas que a gente vai pegando, né? Com o passar dos dias (Acácia).

Percebe-se que o linguajar difere entre os diferentes espaços prisionais, tanto nas comarcas como nas penitenciárias, comprovando aquilo que defende Labov (2008), quando fala que o meio, local em que estamos inseridos, interfere nas características de nossa fala. De acordo com Violeta: “É, é o que eu acostumei, né? Porque, assim, em cada lugar, a gente tem que acostumar. O meu, eu passei tantos lugares antes de chegar aqui. Um lugar, assim, após o outro. Tem um jeito. Você vai acostumando. Tá. E... já acostumei fala assim.

Sobre o linguajar diferenciado das penitenciárias, Arraz (2022, p. 359) afirma que

É perceptível uma estreita relação entre as atitudes sociais vivenciadas pelo grupo investigado e a linguagem por ele utilizada, ou seja, é perceptível que as escolhas lexicais, no caso, a predileção pelo uso da gíria (e, em especial, de algumas gírias) não é algo gratuito, mas, de fato, demonstra a compreensão do valor que o uso adequado dessa variedade assume no interior do grupo.

Durante as entrevistas, alguns policiais penais com experiência em unidades masculinas trouxeram à tona esse assunto. A policial penal Azaleia, que trabalhou durante quatorze anos em unidades masculinas, relatou que a maioria das detentas se comunica e se expressa bem e não utiliza tantas gírias quanto os detentos masculinos. Sakura, outro policial penal, corroborou essa percepção ao mencionar que, se comparadas a uma unidade de progressão masculina, as detentas da PFF-UP utilizam menos as gírias do sistema.

Nos ambientes prisionais, os funcionários referem-se a todas as unidades como “sistema”, como exemplificado por expressões como “palavras utilizadas no sistema”. Esses termos são utilizados pelas pessoas que estão envolvidas naquele ambiente, nas penitenciárias, formando o que é conhecido como “sistema prisional”. Esses relatos revelam as características da unidade prisional em estudo.

Nas unidades prisionais, além das diversas formas de comunicação sonora, as detentas também utilizam uma linguagem gestual própria. É importante destacar que essa linguagem difere das línguas de sinais, como a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), usadas por comunidades surdas, pois as detentas criam seus próprios sinais para facilitar uma comunicação silenciosa, o que é bastante eficaz para manter segredos na galeria¹¹. Observe:

Olha, eu tive que aprender muita coisa quando eu cheguei na comarca. Porque, na verdade, eu não sabia nada. Eu não sabia nada do crime, eu não sabia nada de cadeia, eu não sabia como funcionava uma cadeia. E eu não sabia o negócio de falar na mão, linguagem, essas coisas, eu não sabia nada. Quando eu cheguei na comarca mesmo, eu tive que aprender muita coisa. Às vezes, as meninas me ajudavam, os meninos que eram do seguro, na época, na minha cidade, lá também, me ajudaram muito também. Aí, quando eu vim para a Foz, eu fui aprendendo mais coisas. Coisas de falar na mão, eu não sabia. Aprendi a escrever na mão, aprendi a ler mais ou menos, porque eu não sei ler muito. E cada, como que fala, gira, às vezes você aprende a falar na gira, às vezes é muito complicado. Às vezes é, para quem chega, são novatos, são importantes. Porque tem muita gente que quer, às vezes, escrever ou quer falar alguma coisa que, às vezes,

¹¹ Nome dado ao pavilhão que abriga todas as celas.

não quer que a galeria saiba. A gente fala pela mão. Então, mas eu, assim, eu, para mim, eu não queria ter aprendido nada. E eu não quero levar para a minha vida esse negócio de escrever na mão lá fora, falar na gira (Magnólia).

Quando eu cheguei na triagem, aqui na triagem, eu aprendi a falar na língua de sinais. Só que daí é bem diferente da língua de sinais que as pessoas têm na audição. Eu aprendi a daqui. É totalmente diferente, mas tem bastante sobre a língua de sinais. Aí, também tem alguns de ditados, assim, tipo o churrato, que é uma meinha que fica esticada entre uma cela e outra, pra ficar trocando pipa, que no caso é bilhetinho. No caso de vocês, vocês chamam de pia, a gente chama de cuba. As camas são chamadas de jega. Porque, tipo, depois de tantos anos, é bem automático (Flor).

Todas as línguas apresentam variação linguística. Na PFF-UP, as expressões utilizadas pelas detentas são traços que as diferenciam de outros falantes não encarcerados, como, por exemplo, “passar a mão na cara”, que significa que uma pessoa está enrolando outra. Percebem-se as variantes linguísticas quando aparecem diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um contexto diferenciado.

Nesse viés, percebemos que a fala da detenta Tulipa, vinte e nove anos, está de acordo com as definições de Labov e Bourdieu (2018), quando afirmam que a língua é social, e, portanto, o ambiente em que estamos inseridos molda nosso modo de falar.

Eu acho que é próprio para o lugar. Não tem como a gente chamar a jega de cama. Porque não é a nossa cama, então é uma jega. O x não é o nosso quarto, então é um x. Lá fora a gente não fala. A gente não vai falar, vou para a minha jega. Vou falar vou para minha cama. Aqui é característico da cadeia. Não é uma obrigação. É o linguajar da cadeia mesmo, entende? Ah, eu acho que eu já acostumei. É estranho falar, mas eu acostumei já (Tulipa).

Durante a pesquisa sobre a linguagem nas penitenciárias, observamos que, à medida que o sistema se torna mais precário, há um aumento no uso do linguajar diferenciado. Parece-nos que os detentos recorrem a esse linguajar para chamar a atenção para o descaso social que estão vivendo naquele momento. Ainda, utilizam o vocabulário para expressar o mundo ao seu redor.

Essa observação é respaldada pelo relato de Matos (2014, p. 87), quando analisa a fala de detentos em penitenciárias do interior de Tocantins.

E é nesse meio “infernai”, vivendo, muitas vezes, em condições subumanas e se diplomando na “escola do crime”, que os reeducandos criam sua própria linguagem como forma de manter a identidade e hegemonia do grupo, linguagem esta, às vezes, cheia de metáforas e eufemismos, para disfarçar a realidade violenta e marginal que os circunda, bem como para esconder suas verdadeiras intenções.

Nesse sentido, Silva (2008, p. 37) afirma que

Os presos não utilizam suas gírias contra toda uma sociedade, mas contra a Instituição Prisão, mais precisamente, sua organização e seu controle, diferentemente, por exemplo, dos homossexuais, grupos ligados ao narcotráfico, etc., ou seja, grupos que se mantêm isolados por opção (por cultivarem interesses ou ideais comuns), visto que podem sair do local em que se encontram e manter contato direto com a sociedade.

Por outro lado, muitas vezes, essas palavras são utilizadas como uma linguagem secreta entre os detentos. Para evitar que os policiais penais descubram as “manobras” que estão fazendo dentro da penitenciária, utilizam códigos que apenas eles conseguem decifrar. Algumas palavras do vocabulário prisional são utilizadas para driblar a segurança do sistema. Muitas logo são descobertas, pois em toda a penitenciária tem os “X9”, aqueles que “jogam com a polícia”, e dessa forma o vocabulário secreto é renovado. É relevante destacar que a maioria dos vocábulos é empregada e compreendida por todos os indivíduos da unidade penal, com algumas exceções, conforme mencionado anteriormente. Couto (2011, p. 37) afirma que:

Existe todo um sistema de gírias, de neologismos e de gesticulações cujo objetivo é transmitir a notícia de uma forma criptografada na qual apenas quem pertence ao mundo do crime possa entender. Na verdade, há entre os presos uma necessidade enorme de informar e ser informado acerca das notícias do mundo do crime. Dentro dos pavilhões, a notícia chega por meio dos faxinas e de gritos que são entoados de tempos em tempos pelos presos dentro das celas, cujas palavras gritadas não fazem nenhum sentido para quem não comunga desse mundo. Para além dos pavilhões, a comunicação se dá de diferentes formas.

Com relação à utilização da linguagem diversificada para ludibriar o sistema, a detenta Jasmim, trinta e um anos de idade, afirma que existe e que passa despercebida pela segurança.

Você se obriga a aprender, porque senão você não vai entender muita coisa que elas falam, principalmente quando querem esconder alguma coisa das agentes, entendeu? Tem menos código entre a gente. Porque, que nem bater mão, às vezes tem a gente que identifica, entende? Então, tem algumas palavrinhas que a gente fala que não têm nada a ver com a situação que tá acontecendo, mas que a gente entende (Jasmim).

Flor, trinta e dois anos de idade, foi outra detenta que trouxe o assunto durante sua fala: *“Então, é usado até mesmo por causa dos monitores, né? Pra vocês não saberem exatamente o que a gente tá falando. Várias coisas são mudadas, assim, de forma de falar”*.

Observamos, outrossim, que a maioria dos servidores, tanto da área da segurança quanto professores, não apenas compreende, mas também acaba por utilizar os dialetos das detentas dentro do sistema carcerário durante suas interações com os presos.

Com base nesses relatos, podemos reafirmar que a linguagem é construída por meio das práticas sociais, estabelecendo-se uma convergência entre os servidores e as detentas no uso do mesmo vocabulário para se comunicar e interagir. Contudo, é importante salientarmos que a maioria se refere ao vocabulário da comunidade prisional de forma depreciativa, carregando preconceito no que diz respeito à expressão linguística.

4.1.3 Nossos termos e expressões

Após as observações e entrevistas realizadas, analisamos o significado lexical das expressões utilizadas pelas detentas ao responderem as vinte e nove perguntas que foram formuladas. Durante essa análise, constatamos que, muitas vezes, as detentas criam palavras para expressar aquilo que desejam comunicar. Nesse sentido, nas palavras de Sandes (2022, p. 103),

A gíria de grupo possui riqueza lexical ímpar e demonstra a criatividade de seus usuários no trato com a língua(gem), pois sua criação e utilização desconstrói significados fixos (expressos na linguagem padrão/culta) para dar lugar a sentidos outros, expressos na utilização de outras variedades linguísticas.

Petúnia, policial penal há quinze anos, ao tratar do assunto, defende que

Não tem não sabe.... é gíria de cadeia que elas criam no decorrer do tempo. Daí sai das cadeias e vai para as favelas, músicas funk e chega até as pessoas fora do sistema. Ainda na feminina não é tanta gíria. Lembro de falar gírias com algumas presas e elas não entendiam. Prisionalização¹² é a palavra (Petúnia).

Neste momento, procedemos à análise das respostas fornecidas pelos participantes da pesquisa em relação às questões sobre variações linguísticas.

Questão 01. Como se chama a roupa íntima, parte de baixo, utilizada geralmente por pessoas do sexo feminino? (calcinha)

Para essa questão, recebemos três respostas diferentes: MORCEGA, ANDORINHA e BARBOLETA, substantivos simples, dois deles dicionarizados¹³ (morcega e andorinha). Acreditamos que todos se referem a animais com asas, embora morcega não seja o feminino de morcego e barboleta possa ser considerado um metaplasmo (dissimilação = “diferenciação de um fonema por já existir outro igual na palavra”) borboleta > barboleta. As asas desses animais remetem ao formato das calcinhas utilizadas por mulheres. Na palavra “morcega”, a troca do “o”, no final da palavra, pelo “a” talvez seja por se referir a uma peça geralmente utilizada por pessoas do sexo feminino.

Questão 02. Como se chama a roupa íntima, parte de baixo, utilizada geralmente por pessoas do sexo masculino? (cueca)

CORUJA e SUNGA foram as respostas recebidas. Sunga, traje de banho masculino, cueca estreita. Já sobre coruja, entendemos que as asas desse animal lembram o formato das cuecas utilizadas por homens.

Questão 03. Como se chama o objeto utilizado para escovar os dentes? (escova dental)

DENTÁRIA foi a resposta que recebemos. Dentária vem do verbo dentar, que significa prover de dentes ou fazer dentes em. Essa expressão está correlacionada com a pergunta, tornando fácil compreender o porquê de sua utilização. Nesse sentido, a palavra dentária está exercendo uma função substantiva.

Questão 04. Como se chama a fruta que dá na bananeira? (banana)

¹² Processo lento, gradual, mais ou menos inconsciente, pelo qual a pessoa adquire o bastante da cultura de uma unidade social na qual foi colocada, a ponto de se tornar característico dela. Disponível em: <http://ambitojuridica.com.br>.

¹³ Dicionário utilizado na pesquisa: Dicionário da Língua Portuguesa/Cristina Klein, São Paulo: Rideel, 2015.

MEIA LUA. Utilizam essa expressão devido ao formato da banana, que lembra a lua crescente ou minguante.

Questão 05. Como se chama o lugar que é utilizado para dormir? (cama)

JEGA. Vem do jumento que carrega pessoas; nesse sentido, na jega o indivíduo deita-se para dormir.

Questão 06. Como se chama o objeto utilizado para descansar a cabeça na hora de dormir? (travesseiro)

Recebemos três palavras como resposta para essa questão: GAMBÁ, TIRAR UM SOSSEGO e SONHADOR. Gambá é um mamífero que possui um mal cheiro característico, sendo utilizado como referência para travesseiro, pois, muitas vezes, as pessoas costumam babar nele quando dormem, deixando o travesseiro com um odor desagradável. A expressão tirar um sossego refere-se a descansar, enquanto sonhador significa que aquele objeto é o lugar para se acomodar e sonhar. Percebemos que essas palavras e expressão são conhecidas na língua portuguesa, mas dentro da unidade penal assumem outro sentido.

Questão 07. Como se chama o objeto com tinta utilizado para escrever? (caneta)

A palavra BAILARINA refere-se a uma mulher que faz movimentos leves pela dança, mas, na linguagem das detentas, assume o papel da caneta, substantivo simples, utilizada para escrever. Algumas detentas utilizam a palavra PENA para se referir a caneta, que também faz movimentos leves conforme bate o vento. Durante a escrita, a caneta dança suavemente, provocando nas detentas a imagem da bailarina e da pena, que assumem uma função substantiva nesse contexto.

Questão 08. Como se chama o alimento feito de farinha, que as pessoas costumam comer no café da manhã? (pão)

MARROCOS, na PFF-UP, significa pão. Em meio à linguagem prisional, "Marrocos" é um substantivo comum. Durante as entrevistas, os participantes não puderam fornecer uma explicação para o uso desse termo como referência ao pão. O pão é frequentemente empregado como uma das principais formas de moeda de troca, conforme relatado pelas detentas.

Questão 09. Como se chama o objeto feito de tecido para isolar a cama dentro da cela? (lençol)

Quando o QUETO está fechado, significa que a detenta deseja ficar em silêncio, que precisa estar concentrada para realizar algo ou que está descansando, buscando

silêncio e quietude na sua cama. Podemos resumir que ela quer ficar reclusa no canto dela. Na língua portuguesa, a palavra *queto* é utilizada informalmente, em uma linguagem coloquial, substituindo o adjetivo *quieto*. Trata-se de um metaplasmo (Síncope = quando o fonema do meio é retirado). Nesse contexto, no linguajar do cárcere, a palavra deixa de ser um adjetivo e passa a exercer função substantiva.

Questão 10. Como se chama o objeto utilizado para levar os alimentos até a boca? (colher)

Para essa indagação, recebemos como resposta as palavras REMO e PÁ. Dois substantivos comuns, simples, que continuam exercendo a mesma função no vocabulário prisional. Utilizam essas palavras quando se referem a colher, pois elas se alimentam apenas com esse objeto. Tanto o remo quanto a pá possuem a extremidade achatada, parecida com a colher, associação realizada pelas detentas para esse fim.

Questão 11. Como se chama o objeto em que servimos o café e/ou chá para tomar? (caneca)

O TRANSPORTE é utilizado no lugar de caneca. A caneca carrega o líquido até o local apropriado; logo, é utilizada como transporte para ele.

Questão 12. Como se chama o alimento utilizado para adoçar líquidos e sólidos? (açúcar)

AREIA, pois o açúcar é muito parecido com a areia, são grãos soltos muito parecidos com o açúcar cristal.

Questão 13. Como se chama o líquido escuro e cheiroso que geralmente se toma no café da manhã? (café)

MOCA. A marca de café Moka está presente desde 1912, o que justifica o uso do termo. PRETINHO. Acreditamos que a palavra foi escolhida devido à cor escura do café.

Questão 14. Como se chama o objeto de tecido utilizado para secar o corpo após o banho? (toalha)

As detentas utilizam a palavra GUERREIRA quando se referem a toalha. Questionadas sobre o motivo que as levam a utilizar esse termo, responderam que a toalha é uma guerreira por aguentar tanto tempo fazendo sua função, pois elas recebem apenas uma toalha, que dura muito tempo.

Questão 15. Como se chama o lugar utilizado para guardar os pertences pessoais na cela? (porta-trecos)

Recebemos dois termos como resposta para essa questão. CEGONHA, que, de acordo com a lenda, carrega os bebês no bico por meio de um pano; na unidade prisional, nesse pano, as detentas guardam seus pertences. Outro termo que apareceu foi PORTA-TRECO, dispensando explicações, pois é uma expressão utilizada no dia a dia da sociedade em geral.

Questão 16. Como se chama o lugar utilizado para dormir na cela quando todas as camas estão ocupadas? (chão)

PRAIA. A explicação dada para a utilização desse vocábulo é que, ao deitar no chão, as detentas lembram da areia da praia, quando deitam para relaxar ou tomar banho de sol. Nesse caso, o termo utilizado continua na função de substantivo.

Questão 17. Como se chama o objeto sonoro utilizado para escutar músicas, propagandas...? (rádio)

Quando pensamos nessa questão, o propósito era que as detentas respondessem com o vocábulo utilizado para rádio, mas nos surpreendemos, pois, além desse vocábulo, trouxeram para nossa pesquisa o termo utilizado para televisão. Para rádio, o termo utilizado é PAPAGAIO, fazendo uma associação com o animal que emite muitos sons, assim como o rádio. Em relação à televisão, mencionaram TELA, de acordo com o termo utilizado fora da unidade prisional, dispensando mais explicações.

Questão 18. Como se chama a vestimenta, tanto de manga curta quanto de manga longa, utilizada pelas pessoas? (camiseta)

Para esse questionamento, encontramos três termos: CORTA VENTO, PEITEIRA e RAMERA. Os dois primeiros dispensam explicações, já o terceiro nos surpreendeu, pois, comumente, ramera é uma palavra pejorativa, que significa prostituta, puta, bem diferente do significado utilizado no cárcere, o qual é camiseta.

Questão 19. Como se chama o objeto utilizado para passar as coisas de uma cela para outra? (fio de extensão)

Dentro das galerias, as detentas passam objetos, bilhetes, de uma cela para outra. Utilizam um fio com um chinelo amarrado na ponta (ou outro material). Para nomear esse artefato, apareceram os seguintes vocábulos: JIPE, RATO, TIA, CARRINHO, RESGATE e TRANSPORTE. Acreditamos que somente a palavra tia nos cause surpresa, pois não conseguimos fazer associação ao seu uso. As detentas afirmam que apenas continuam utilizando os termos que já existiam quando chegaram à prisão.

Questão 20. Como se chama o objeto colocado sobre a cama para ficar mais confortável o descanso? (colchão)

LATRÔ significa colchão. No dicionário, latrô significa bandido, ladrão, ou seja, a referência é totalmente diferente daquela utilizada para identificar colchão na penitenciária.

Questão 21. Como se chama o objeto utilizado por fumantes para colocar as cinzas do cigarro? (cinzeiro)

Embora não seja permitido fumar na penitenciária, a maioria das detentas sabia o vocábulo utilizado para cinzeiro: BOCA SUJA, o qual dispensa explicações.

Questão 22. Como se chama o lugar utilizado para fazer as necessidades básicas? (vaso sanitário)

Na penitenciária feminina, dentro das celas, no espaço destinado ao banheiro, há um vaso sanitário, o qual é chamado de BOI. No passado, as necessidades (urinar e defecar) eram realizadas em um orifício no solo com uma forma que se assemelhava à cabeça de um boi, o que justifica a origem do termo.

Questão 23. Como se chama a mulher que tem interesse por pessoa do mesmo sexo? (lésbica, sapatão)

Dessa questão, emergiu um debate bastante interessante, pois, na penitenciária feminina, observamos a presença de muitos casais. Muitas das mulheres, mesmo as casadas com homens antes de entrar no sistema prisional, acabam estabelecendo relacionamentos com mulheres dentro das celas. Esses relacionamentos, por vezes, são duradouros e, frequentemente, são a origem da maioria das brigas entre as detentas, as famosas brigas de casal. Além disso, notamos que há uma rotatividade significativa entre os casais. RALA BOMBRIL e COLA VELCRO são expressões utilizadas quando duas detentas estão se relacionando. O termo MENININHA é utilizado para identificar a detenta que desempenha o papel de mulher, enquanto PAZINHO refere-se àquela que assume o papel de homem, adotando, inclusive, características que se aproximam do sexo masculino, como o corte de cabelo e a maneira de caminhar. Adicionalmente, são utilizados os termos sapatão e sapata, que também são empregados fora do cárcere.

Questão 24. Como se chama o lugar onde as presas ficam dentro das galerias? (celas)

Recebemos como resposta: X, BARRACO e CUBÍCULO. Dentre esses termos, apenas para o “X” não conseguimos fazer associação. Nesse caso, uma letra ou

consoante isolada do alfabeto representa um substantivo comum. Acreditam que o “X” demonstra o local onde é para as detentas ficarem, ou seja, naquele ponto (X).

Questão 25. Como se chama o objeto cortante feito dentro das celas, que pode ser usado para perfurar pessoas? (Perfurante¹⁴)

ESTOQUE, substantivo masculino, que significa um conjunto de mercadorias armazenadas em um depósito. No ambiente prisional, o termo estoque significa um objeto confeccionado pelas presas e utilizado para furar, dar uma estocada em alguém.

Questão 26. Como se chama o bilhete utilizado para recados? (bilhete)

O bilhete, na comunidade carcerária, é chamado de PIPA. Esse termo é utilizado por todos, sem exceção. Pipa, substantivo simples, brinquedo que voa de acordo com a força empregada e o vento. Contudo, nesse caso, o objeto desloca informações necessárias.

Questão 27. Como se chama o local/objeto cheio de alimentos que as detentas recebem no almoço e no jantar? (marmita)

Na unidade penal, a BLINDADA é a marmita arredondada de isopor, em que são colocados os alimentos para almoço e jantar das detentas, entregue para consumo na cela.

Questão 28. Como se chama o calçado aberto utilizado na penitenciária? (chinelo)

No Brasil, o significado informal de PISANTE é sapato, calçado; já na PFF-UP, o vocábulo refere-se a chinelo.

Questão 29. Como se chama o objeto utilizado na hora do banho para lavar o corpo? (sabonete)

ESPUMANTE é o termo utilizado na penitenciária, uma vez que a espuma do sabonete remete às bolhinhas do gás dos espumantes. Nesse caso, o termo permanece cumprindo o papel de substantivo.

Após a análise das respostas, observamos que o termo TRANSPORTE aparece duas vezes. Ele é utilizado tanto para representar caneca quanto para se referir à ação de passar objetos de uma cela para a outra. Ressaltamos que, na PFF-UP, a maioria

¹⁴ Não se trata de um objeto específico como no caso dos outros termos, mas de algo que as presas fazem a partir de matérias perfurantes ou que podem ser usados como arma, não tendo assim um nome específico.

das detentas utiliza esse vocábulo para se referir a caneca, sendo menos comum o seu uso para o outro fim.

Concluídas as entrevistas, indagamos aos participantes se desejavam acrescentar algum termo para enriquecer nossa pesquisa. No Quadro 4, apresentaremos algumas palavras e expressões mencionadas, ressaltando que algumas não são frequentemente utilizadas no ambiente da penitenciária feminina.

Quadro 4 – Outros termos diferentes

Termos/expressões do cotidiano da sociedade	Termos/expressões do ambiente prisional
ventilador	vento
espelho	campana
relógio	bobo
suco	porvinha
água	cristalina
porta	bocuda
papel higiênico	PH
homem quando vai urinar	quebra litro
mulher quando vai urinar	quebra taxa
cabeça	pinha
alcagueta	X9
quando a pessoa olha para a namorada/mulher da outra	talarico
defecar	apavorar o boi
furto dentro da cela	ratiagem

Fonte: a autora, 2023.

Sob essa perspectiva, podemos considerar que os termos diferenciados utilizados na penitenciária feminina são importantes para garantir a dignidade e o respeito das mulheres privadas de liberdade. Esses termos levam em consideração as particularidades e as necessidades específicas das detentas. É imperativo lembrar que o respeito e a dignidade das detentas devem ser preservados em todas as situações.

A linguagem utilizada no ambiente prisional deve ser adequada e respeitosa, contribuindo para a humanização no tratamento das mulheres privadas de liberdade. Destaca-se que estamos empenhados na análise do discurso da comunidade

carcerária, com foco na PFF-UP. Cabe ressaltar que já dispomos de um dicionário específico para termos utilizados no contexto prisional¹⁵.

4.2 EXPLORANDO AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NA PFF: UM MAPA LINGUÍSTICO

Neste momento, procederemos à elaboração do mapeamento linguístico da PFF-UP. Apresentaremos a análise das variações linguísticas associadas aos fatores extralinguísticos faixa etária, escolaridade atual e tempo de cárcere para as detentas e escolaridade e tempo de trabalho na unidade penal para os docentes e outros funcionários de segurança, conforme Tabelas 8 e 9:

Tabela 8 – Número de detentas entrevistadas de acordo com os fatores extralinguísticos

Fator extralinguístico	Requisitos	Nº Detentas
Idade	Até 30 anos de idade	10
	31 até 60 anos de idade	17
Escolaridade atual	Estudantes	19
	Não estudantes	08
Tempo de cárcere	Até 2 anos	05
	3 a 5 anos	13
	6 a 16 anos	09

Fonte: a autora, 2023.

Tabela 9 – Número de professores e funcionários da segurança entrevistadas de acordo com os fatores extralinguísticos

Fator extralinguístico	Requisitos	Nº Entrevistados
Escolaridade	Ensino Médio	02
	Ensino Superior	09
	Especialização	11
Tempo de trabalho em unidades penais	Até 10 anos	11
	11 a 22 anos	11

Fonte: a autora, 2023.

Verificamos que algumas palavras foram convergentes como respostas unânimes entre todos os entrevistados: “jega”, “praia”, “boi”, “estoque” e “pipa”. Além

¹⁵ Disponível em: <https://dicionariosvarios.blogspot.com/2009/06/dicionario-da-cadeia.html>.

disso, observamos que todas as docentes optaram por "bailarina" como resposta à questão número 7 (Como se chama o objeto com tinta utilizado para escrever?), ao passo que nenhuma delas soube responder à questão número 3, que indagava sobre o nome do objeto utilizado para escovar os dentes.

Das vinte e nove questões utilizadas nas entrevistas, selecionamos oito que consideramos mais pertinentes para a elaboração do mapeamento linguístico da comunidade analisada, de acordo com nossa meta principal. Para composição dos gráficos, contamos com codificação a seguir, já detalhada no capítulo 1.

1. Detentas:

- **Grupo 30 E 2** (detentas até trinta anos de idade, estudantes e até dois anos de tempo de cárcere);
- **Grupo 30 E 3-5** (detentas até trinta anos de idade, estudantes e com três a cinco anos de tempo de cárcere);
- **Grupo 30 E 6-16** (detentas até trinta anos de idade, estudantes com seis a dezesseis anos de tempo de cárcere);
- **Grupo 30 NE 2** (detentas até trinta anos de idade, não estudantes e até dois anos de tempo de cárcere);
- **Grupo 30 NE 3-5** (detentas até trinta anos de idade, não estudantes e com três a cinco anos de tempo de cárcere);
- **Grupo 30 NE 6-16** (detentas até trinta anos de idade, não estudantes com seis a dezesseis anos de tempo de cárcere);
- **Grupo 60 E 2** (detentas com mais trinta anos de idade, estudantes e até dois anos de tempo de cárcere);
- **Grupo 60 E 3-5** (detentas com mais trinta anos de idade, estudantes e com três a cinco anos de tempo de cárcere);
- **Grupo 60 E 6-16** (detentas com mais trinta anos de idade, estudantes com seis a dezesseis anos de tempo de cárcere);
- **Grupo 60 NE 2** (detentas com mais trinta anos de idade, não estudantes e até dois anos de tempo de cárcere);
- **Grupo 60 NE 3-5** (detentas com mais trinta anos de idade, não estudantes e com três a cinco anos de tempo de cárcere);
- **Grupo 60 NE 6-16** (detentas com mais trinta anos de idade, não estudantes com seis a dezesseis anos de tempo de cárcere).

2. Professores e funcionários da segurança:

- **Grupo EM 10 a** (até dez anos de trabalho no sistema prisional, escolarização ensino médio);
- **Grupo ES 10 a** (até dez anos de trabalho no sistema prisional, escolarização ensino superior);
- **Grupo E 10 a** (até dez anos de trabalho no sistema prisional, escolarização especialização);
- **Grupo EM 22 a** (mais de dez anos de trabalho no sistema prisional, escolarização ensino médio);
- **Grupo ES 22 a** (mais de dez anos de trabalho no sistema prisional, escolarização ensino superior);
- **Grupo E 22 a** (mais de dez anos de trabalho no sistema prisional, escolarização especialização).

Questão 2. Como se chama a roupa íntima, parte de baixo, utilizada por pessoas do sexo masculino?

Tabela 10 – Respostas das detentas para a questão 2

Fator extralinguístico	Requisitos	Coruja	Cueca
Faixa Etária	Até 30 anos de idade	08	01
	31 a 60 anos de idade	13	02
Estudante	Sim	13	03
	Não	08	-
Tempo de cárcere	Até 2 anos de cárcere	02	-
	3 a 5 anos cárcere	10	02
	6 a 16 anos de cárcere	09	01

Fonte: a autora, 2023.

Tabela 11 – Respostas dos professores e funcionários da segurança para a questão 2

Fator extralinguístico	Requisitos	Coruja	Cueca
Escolaridade	Ensino Médio	02	-
	Ensino Superior	07	01
	Especialização	09	02
Tempo de trabalho em unidades penais	Até 10 anos de serviço	09	02
	11 a 22 anos de serviço	09	01

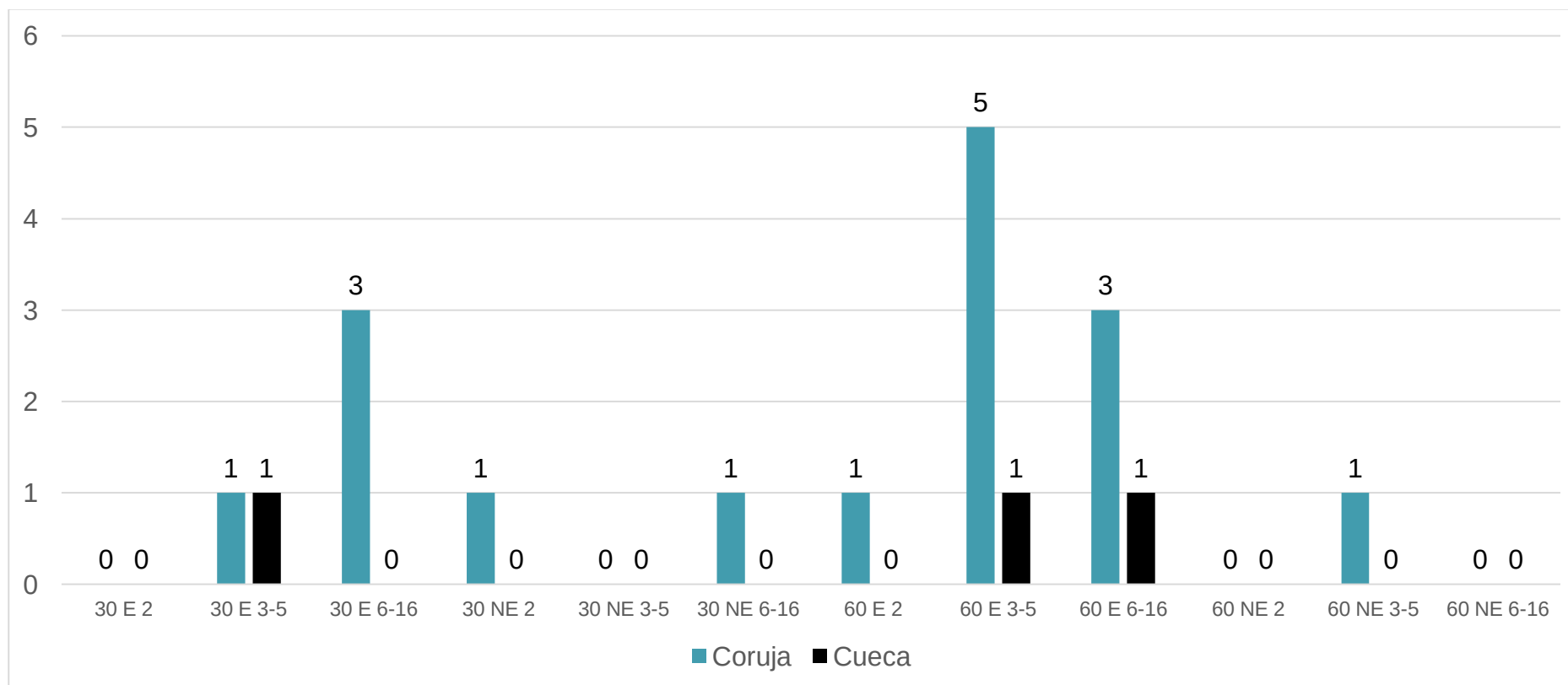
Fonte: a autora, 2023.

Conforme demonstrado na Tabela 10, descobrimos que a maioria das entrevistadas utiliza o termo "coruja" para se referir à palavra "cueca". Entre as vinte e sete detentas, apenas três não souberam responder a essa questão. Além disso, observamos que as detentas com idade até trinta anos utilizam mais esse termo em comparação às demais. Em relação à escolaridade, percebemos que as detentas não estudantes utilizam o termo em sua totalidade. Quanto à análise do tempo de encarceramento, constatamos que todas as detentas que estão presas no período de seis a dezesseis anos dominam o termo.

Da mesma forma, ao analisarmos a Tabela 11, referente aos professores e servidores da segurança, observamos que aqueles com maior tempo de serviço possuem um conhecimento mais aprofundado do termo utilizado em comparação aos demais. Essa variante demonstra-se amplamente conhecida entre esse grupo, uma vez que a maioria dos entrevistados a mencionou.



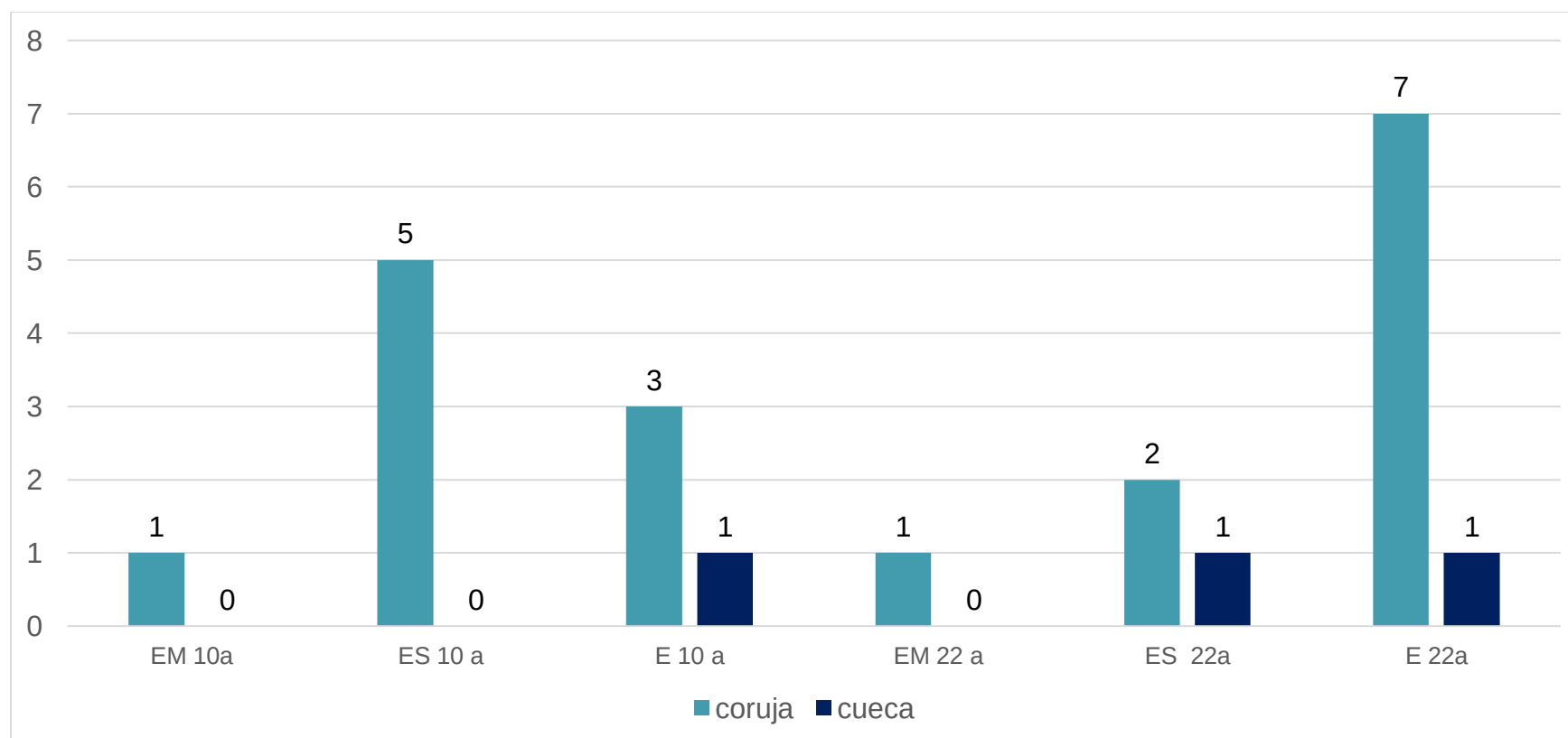
Carta 1 – Variantes “cueca” e “coruja” – quantidade de detentas falantes



Fonte: a autora, 2024.



Carta 2 – Variantes “cueca” e “coruja” – quantidade de professores e funcionários da segurança falantes



Fonte: a autora, 2024.

Na Carta 1, observamos que o termo "coruja" é amplamente conhecido pelas detentas com até trinta anos de idade, tanto por aquelas que estudam quanto por aquelas que não estudam, independentemente do tempo de encarceramento. Contudo, ao analisarmos as detentas com mais de trinta anos, não podemos fazer a mesma afirmação. Essas não demonstram um amplo domínio do termo, mesmo ao considerarmos o tempo de encarceramento.

Além disso, chamou-nos a atenção o fato de que as detentas que não estudam e que têm mais de cinco anos de encarceramento não mencionaram "coruja" em sua totalidade, ao passo que aquelas que estudam nessas mesmas condições o fizeram.

Na Carta 2, a análise da combinação dos fatores extralinguísticos confirmou que o termo "coruja" é amplamente reconhecido pelos entrevistados. Esse resultado difere da análise isolada dos fatores extralinguísticos, como demonstrado durante a análise dos quadros anteriores.

Questão 7. Como se chama o objeto com tinta utilizado para escrever?

Tabela 12 – Respostas das detentas para a questão 7

Fator extralinguístico	Requisitos	Bailarina	Pena
Idade	Até 30 anos de idade	07	04
	31 a 60 anos de idade	08	06
Estudante	Sim	13	03
	Não	02	07
Tempo de cárcere	Até 2 anos de cárcere	02	01
	3 a 5 anos cárcere	05	03
	6 a 16 anos de cárcere	08	06

Fonte: a autora, 2023.

Tabela 13 – Respostas professores e funcionários da segurança para a questão 7

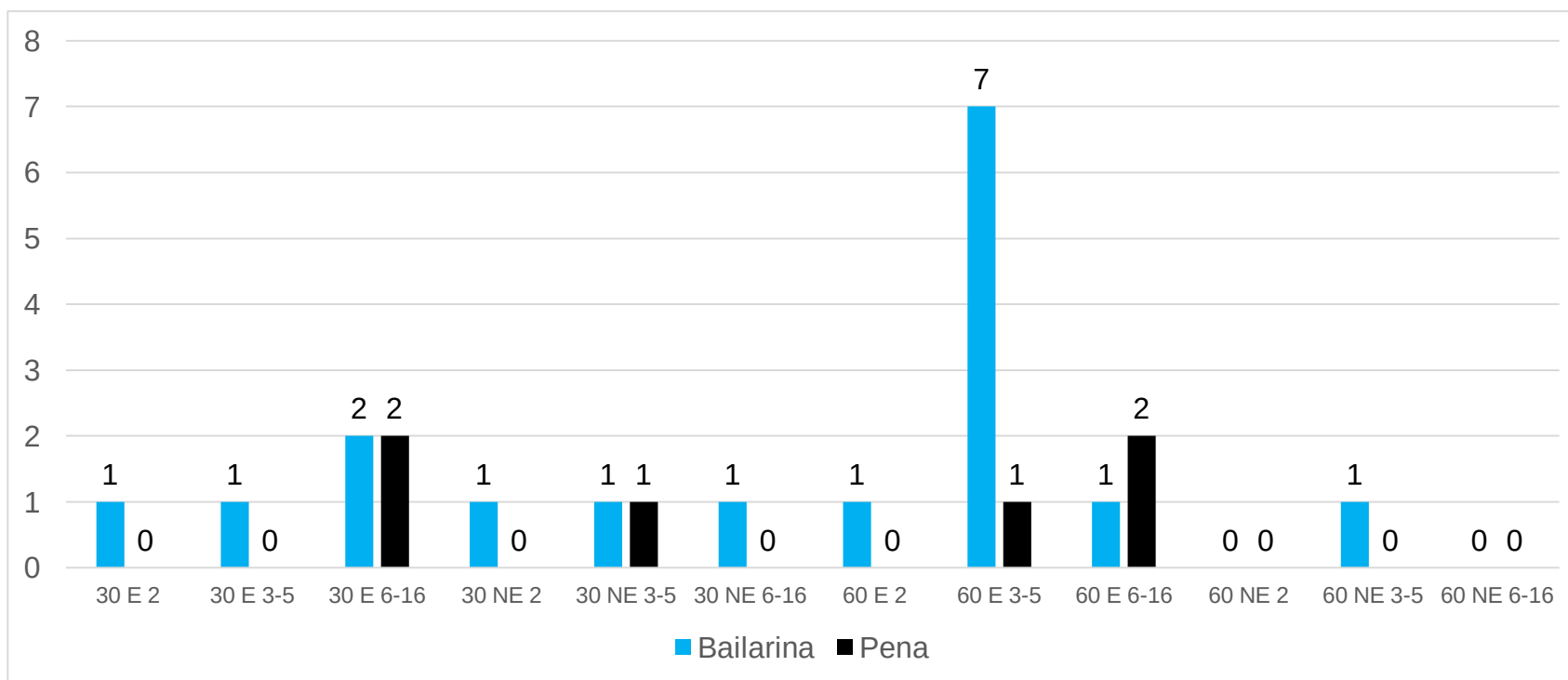
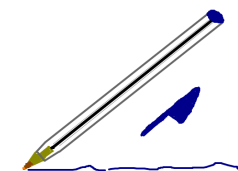
Fator extralinguístico	Requisitos	Bailarina	Pena
Escolaridade	Ensino Médio	02	-
	Ensino Superior	07	02
	Especialização	10	-
Tempo de trabalho em unidades penais	Até 10 anos de serviço	08	03
	11 a 22 anos de serviço	11	-

Fonte: a autora, 2023.

Ao analisar as respostas das detentas para essa questão, na Tabela 12, nota-se que o termo "bailarina" aparece mais do que o termo "pena". As detentas com até trinta anos de idade demonstram um uso mais significativo do vocábulo "bailarina" em comparação com aquelas com mais de trinta anos. O mesmo padrão é observado ao considerarmos a variável da escolaridade: aquelas que frequentam a escola tendem a usar o termo "bailarina", enquanto a maioria das que não estudam respondeu "pena" à questão. Em relação ao tempo de encarceramento, ambos os vocábulos se destacam.

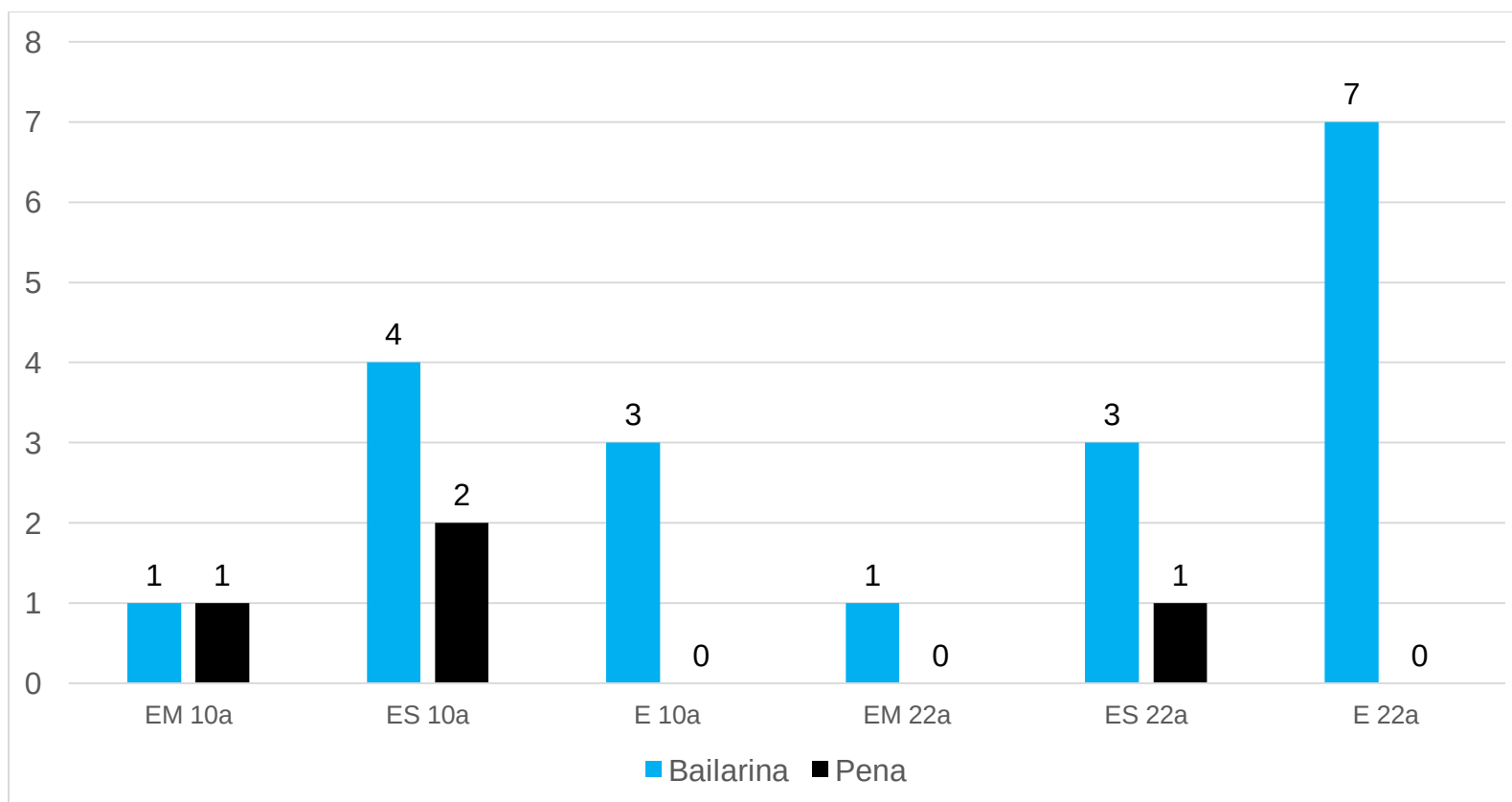
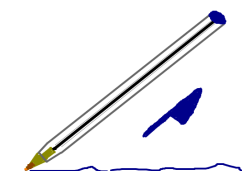
É interessante notar que todas as professoras responderam "bailarina" ao serem questionadas, como pode ser verificado na Tabela 13. Isso está em consonância com o que foi observado durante a pesquisa, sugerindo que a proximidade entre as professoras e as alunas pode resultar em um maior conhecimento de certos vocábulos. Da mesma forma, os profissionais da segurança também demonstraram um maior conhecimento do termo "bailarina" em comparação com o termo "pena".

Carta 3 – Variantes “bailarina” e “pena” – quantidade de detentas falantes



Fonte: a autora, 2024.

Carta 4 – Variantes “bailarina” e “pena” – quantidade de professores e funcionários da segurança falantes



Fonte: a autora, 2024.

Nessa pergunta, de acordo com os números da Carta 3, recebemos como resposta "bailarina" em todas as combinações ao comparar o fator de até trinta anos de idade e detentas que estudam, enquanto apenas dois grupos se manifestaram em relação ao termo "pena". As respostas confirmam as referências anteriores, corroborando a constatação de que esse último termo não é amplamente utilizado na unidade penal quando todos os fatores são analisados.

Já a análise da Carta 4 revela que os funcionários e professores também têm amplo conhecimento da palavra "bailarina", embora conheçam em número significativo a palavra "pena".

Questão 8. Como se chama o alimento feito com farinha que as pessoas costumam comer no café da manhã?

Tabela 14 – Respostas das detentas para a questão 8

Fator extralinguístico	Requisitos	Pão	Marrocos
Idade	Até 30 anos de idade	03	06
	31 a 60 anos de idade	05	12
Estudante	Sim	07	11
	Não	01	07
Tempo de cárcere	Até 2 anos de cárcere	02	01
	3 a 5 anos cárcere	05	08
	6 a 16 anos de cárcere	01	09

Fonte: a autora, 2023.

Tabela 15 – Respostas dos professores e funcionários da segurança para a questão 8

Fator extralinguístico	Requisitos	Pão	Marrocos
Escolaridade	Ensino Médio	-	01
	Ensino Superior	02	08
	Especialização	02	09
Tempo de trabalho em unidades penais	Até 10 anos de serviço	03	08
	11 a 22 anos de serviço	01	10

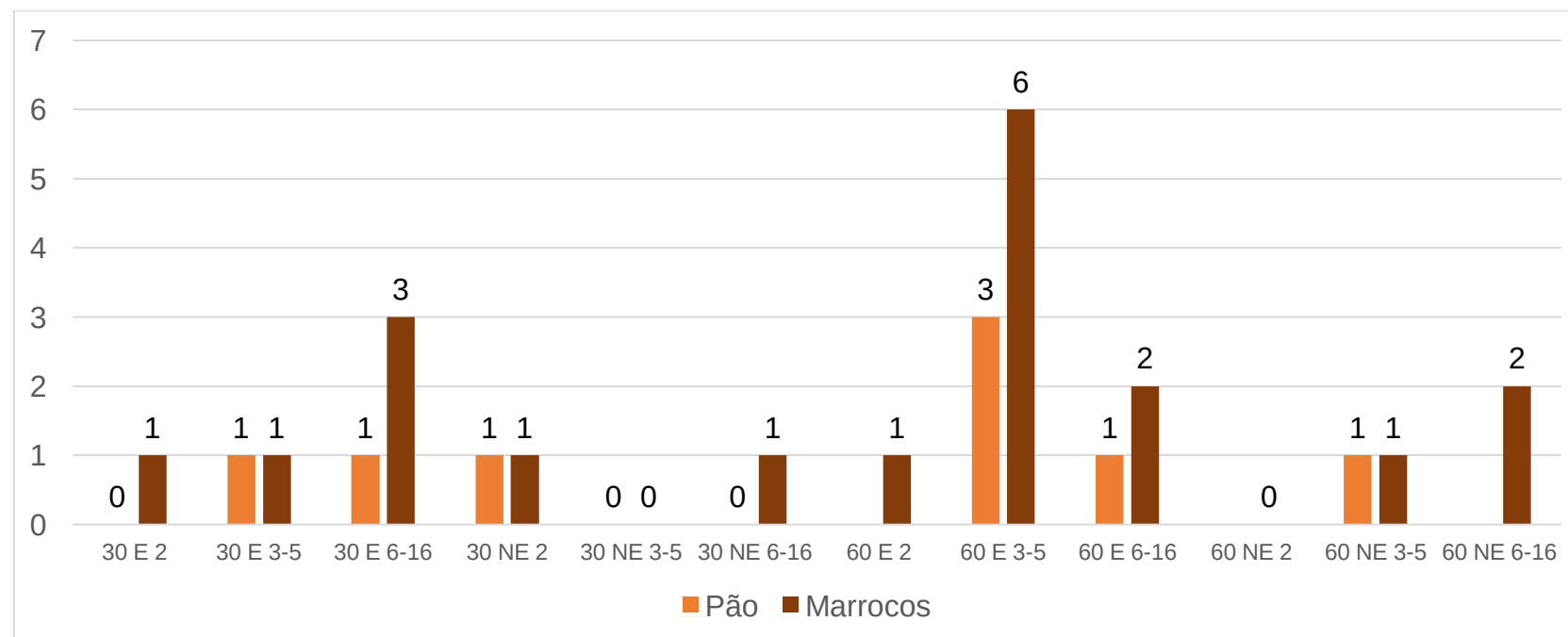
Fonte: a autora, 2023.

A palavra "marrocos" destacou-se como a mais mencionada quando analisados todos os fatores extralinguísticos. Observamos ainda, na Tabela 14, que, das oito detentas que não estudam, apenas uma mencionou "pão" como resposta.

Além disso, constatamos que o vocábulo "marrocos" é predominante entre as detentas com maior tempo de encarceramento. Os demais integrantes da comunidade prisional apresentaram o mesmo termo como resposta. Destacamos que apenas um indivíduo com tempo de encarceramento entre dez e vinte e dois anos não o mencionou.

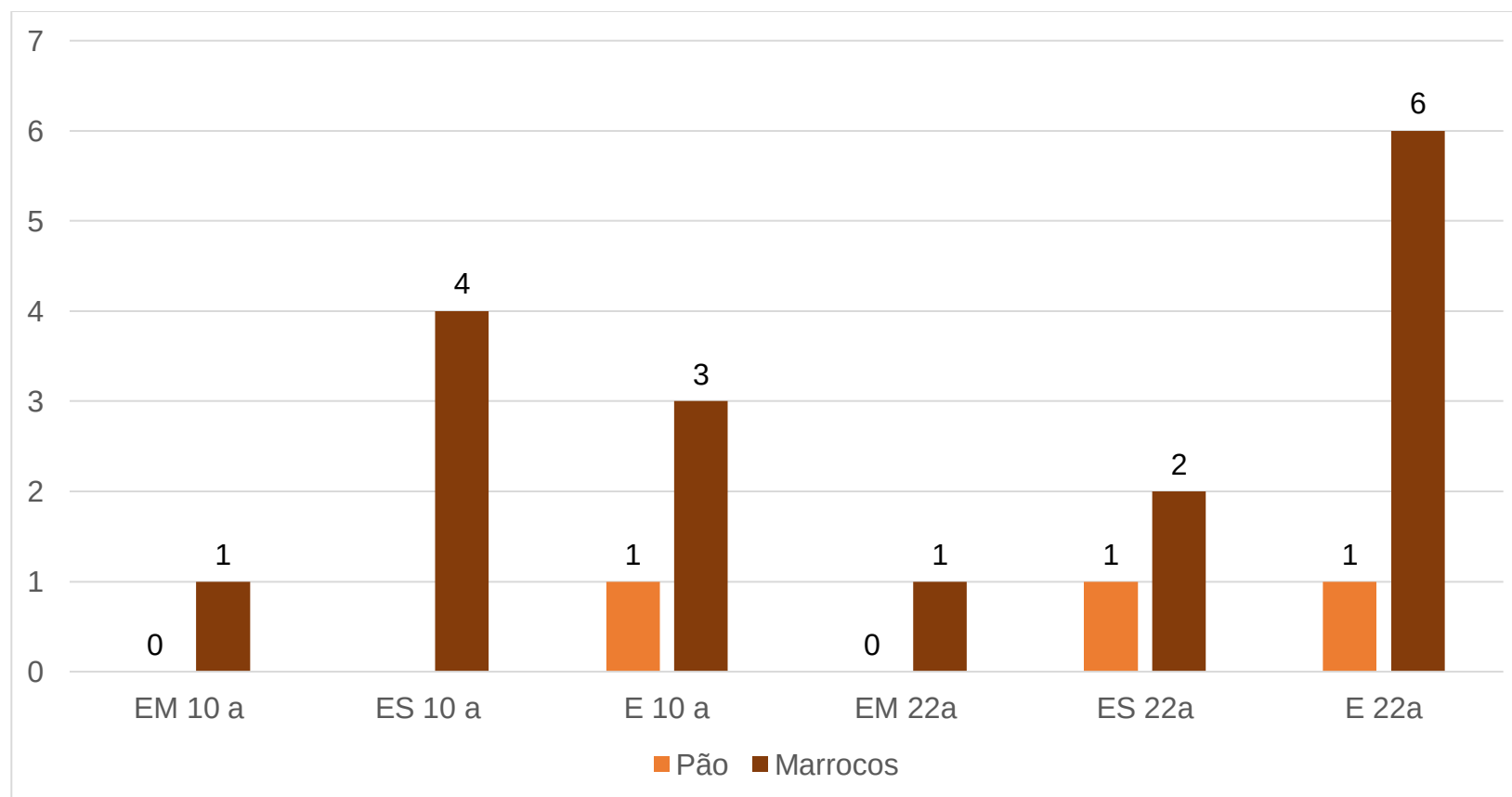


Carta 5 – Variantes “pão” e “marrocos” – quantidade de detentas falantes



Fonte: a autora, 2024.

Carta 6 – Variantes “pão” e “marrocos” – quantidade de professores e funcionários da segurança falantes



Fonte: a autora, 2024.

De acordo com as Cartas 5 e 6, durante a análise das combinações realizadas entre os fatores extralinguísticos, tanto para detentas quanto para funcionários da segurança e professores, observamos que o termo "marrocos" é amplamente conhecido na comunidade prisional em análise.

Questão 9. Como se chama o objeto feito de tecido para isolar a cama dentro da cela?

Tabela 16 – Respostas das detentas para a questão 9

Fator extralinguístico	Requisitos	Queto	Lençol
Idade	Até 30 anos de idade	07	02
	31 a 60 anos de idade	15	02
Estudante	Sim	17	02
	Não	05	02
Tempo de cárcere	Até 2 anos de cárcere	04	-
	3 a 5 anos cárcere	07	04
	6 a 16 anos de cárcere	09	-

Fonte: a autora, 2023.

Tabela 17 – Respostas dos professores e funcionários da segurança para a questão 9

Fator extralinguístico	Requisitos	Queto	Lençol
Escolaridade	Ensino Médio	02	-
	Ensino Superior	08	02
	Especialização	08	-
Tempo de trabalho em unidades penais	Até 10 anos de serviço	09	02
	11 a 22 anos de serviço	09	-

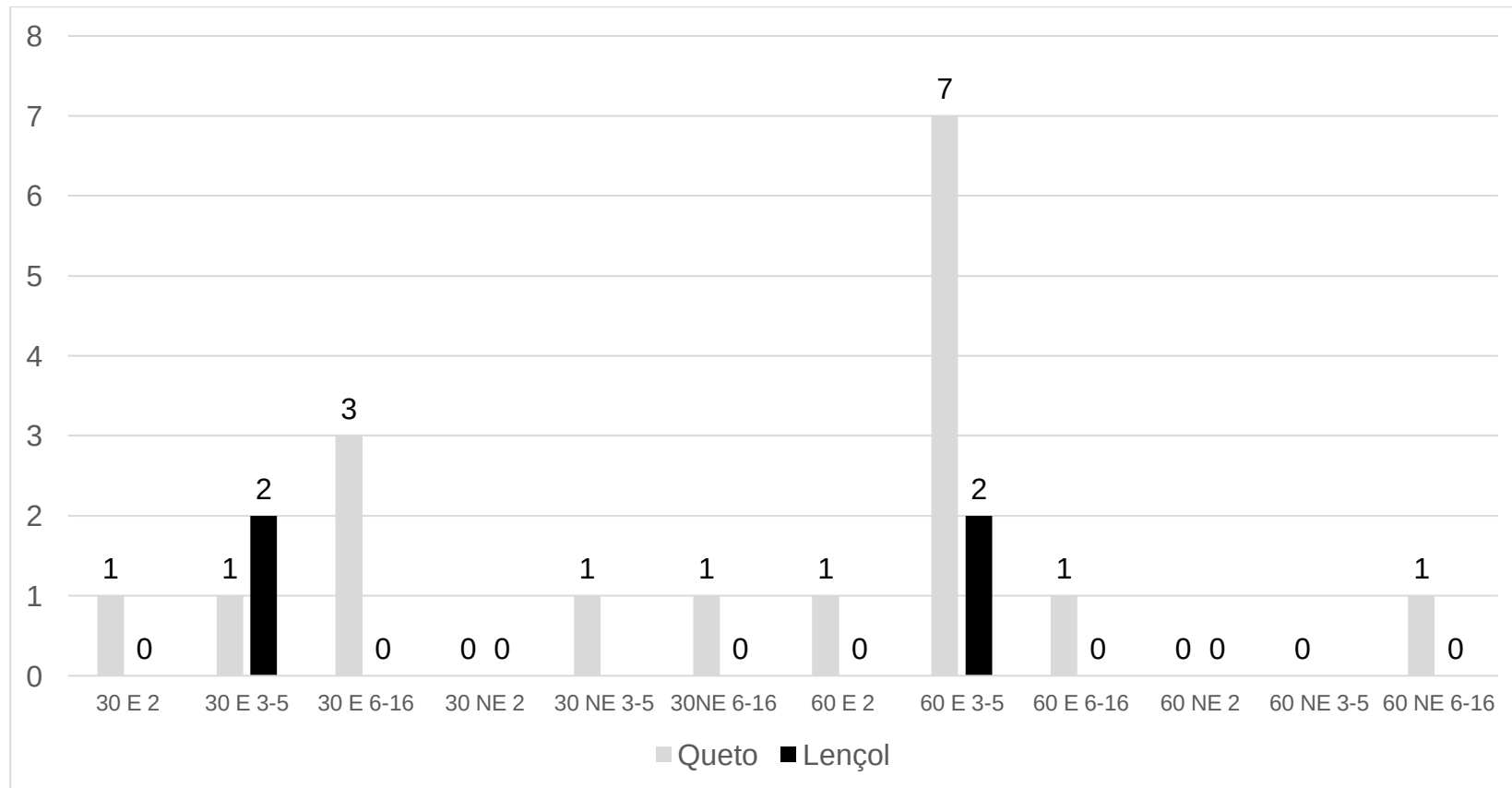
Fonte: a autora, 2023.

O termo "queto" é prevalente na comunidade carcerária analisada. Entre as dezessete detentas com idades entre trinta e um e sessenta anos, quinze o mencionaram. Observamos que o termo se destaca entre as detentas que frequentam a escola, em comparação com aquelas que não frequentam. Além disso, todas as detentas entrevistadas matriculadas no ensino fundamental estão familiarizadas com o termo. Ainda, o vocabulário é predominante entre aquelas que passaram mais de cinco anos na prisão.

Dentre os demais entrevistados, o termo também é predominante, sendo conhecido pela maioria, especialmente quando consideramos o fator extralinguístico do tempo de serviço. Dos onze entrevistados, nove mencionaram o termo e apenas dois não responderam à questão. Aqueles com ensino médio completo mencionaram o termo em sua totalidade, e para as demais escolaridades, o termo surgiu de maneira significativa.

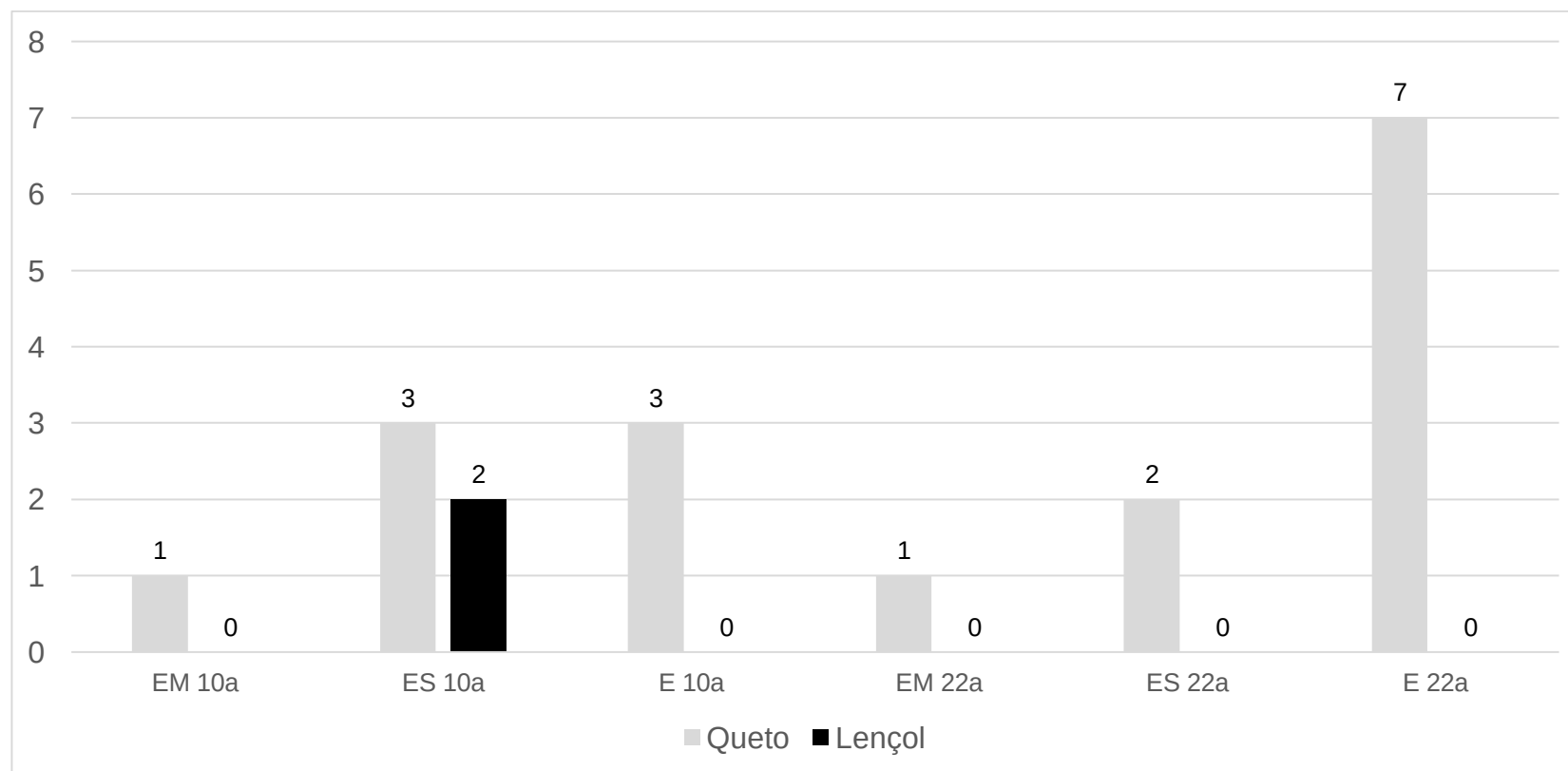


Carta 7 – Variantes “queto” e “lençol” – quantidade de detentas falantes



Fonte: a autora, 2024.

Carta 8 – Variantes “queto” e “lençol” – quantidade de professores e funcionários da segurança falantes



Fonte: a autora, 2024.

O termo "queto", ao contrário dos demais, apareceu de forma menos significativa do que os outros termos analisados até o momento, durante a combinação dos fatores extralinguísticos. Como policial penal, a pesquisadora acredita que esse vocábulo é aceito pelas detentas, porém houve surpresa com as respostas encontradas na Carta 7. No entanto, a Carta 8 apresenta o termo em uma proporção maior, o que comprova que esse grupo de participantes domina o termo.

Questão 12. Como se chama o alimento utilizado para adoçar líquidos e sólidos?

Tabela 18 – Respostas das detentas para a questão 12

Fator extralinguístico	Requisitos	Areia	Açúcar
Idade	Até 30 anos de idade	04	06
	31 a 60 anos de idade	08	02
Estudante	Sim	05	06
	Não	07	02
Tempo de cárcere	Até 2 anos de cárcere	02	02
	3 a 5 anos cárcere	05	02
	6 a 16 anos de cárcere	05	04

Fonte: a autora, 2023.

Tabela 19 – Respostas dos professores e funcionários da segurança para a questão 12

Fator extralinguístico	Requisitos	Areia	Açúcar
Escolaridade	Ensino Médio	02	-
	Ensino Superior	06	03
	Especialização	03	03
Tempo de trabalho em unidades penais	Até 10 anos de serviço	08	03
	11 a 22 anos de serviço	03	03

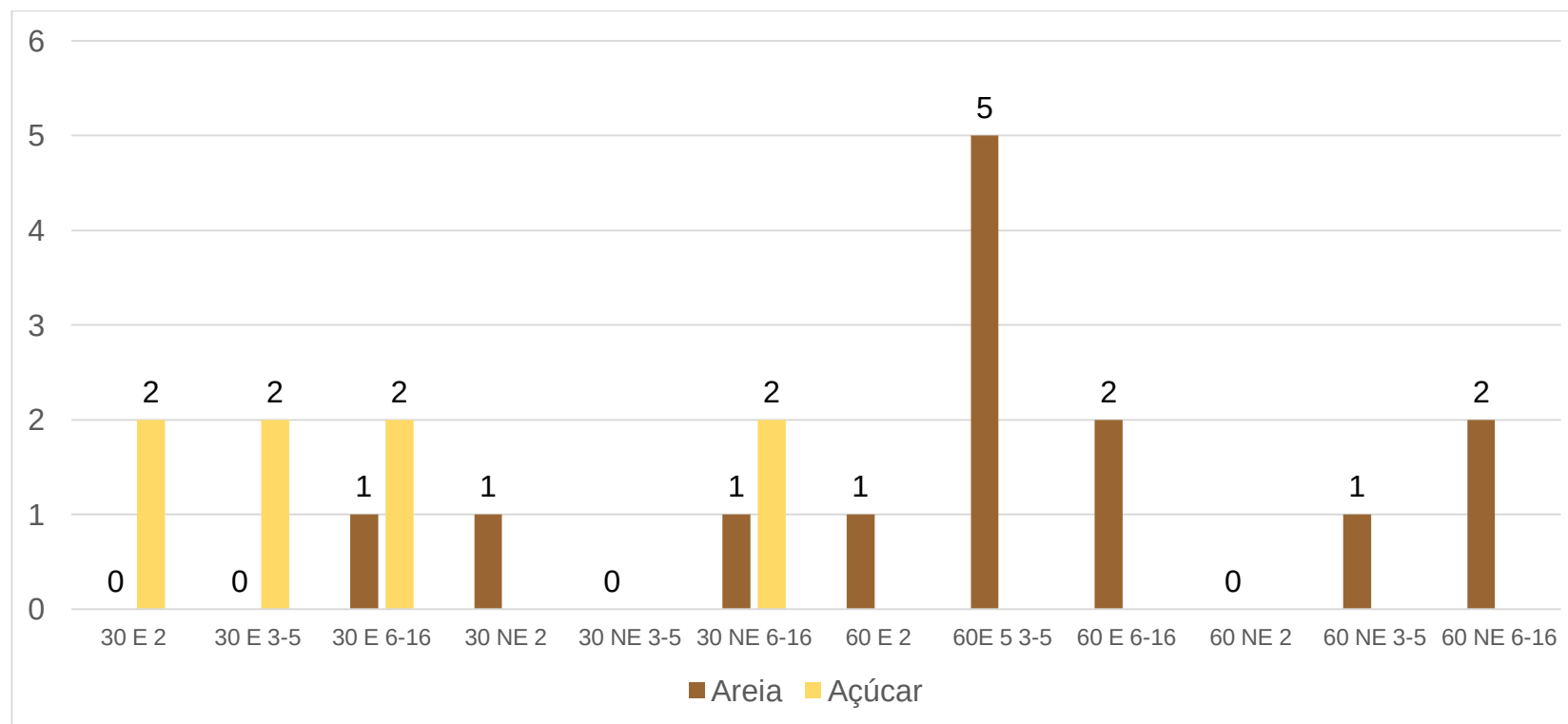
Fonte: a autora, 2023.

As respostas para essa questão foram “areia” e açúcar. O termo “areia” já foi mencionado anteriormente, pois é muito utilizado pela população carcerária. Analisando as respostas obtidas da comunidade da PFF-UP, surpreendemo-nos com as informações adquiridas, pois o vocábulo nessa comunidade não apareceu de forma significativa quando comparado com outros termos. As respostas aparecem bem

divididas e, ainda, alguns participantes deixaram de responder à questão, a exemplo dos docentes, sendo que apenas um a mencionou.

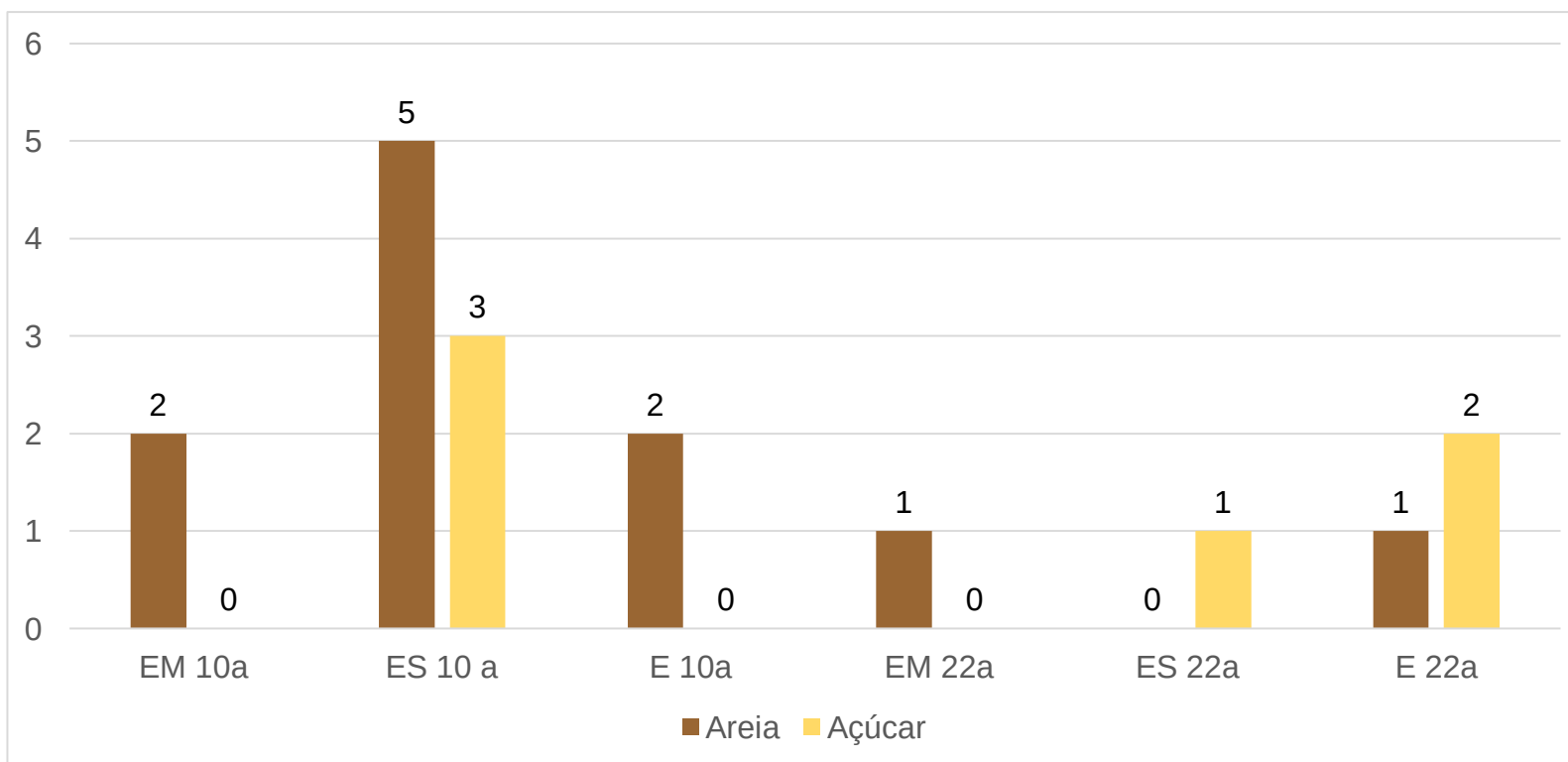


Carta 9 – Variantes “areia” e “açúcar” – quantidade de detentas falantes



Fonte: a autora, 2024.

Carta 10 – Variantes “areia” e “açúcar” – quantidade de professores e funcionários da segurança falantes



Fonte: a autora, 2024.

Observamos que o termo em questão não é amplamente conhecido entre as detentas. Notamos que ele apareceu de forma mais frequente entre as detentas com maior tempo de encarceramento, o que pode sugerir que é um termo que era mais utilizado no passado, mas hoje não é tão comum. O que nos surpreendeu foi que o termo é mais conhecido pelo Grupo B da Carta 10 do que pelo grupo com maior tempo de trabalho em unidades penais.

Questão 13 – Como se chama o líquido escuro e cheiroso que tomamos pela manhã?

Tabela 20 – Respostas das detentas para a questão 13

Fator extralinguístico	Requisitos	Pretinho	Moca
Idade	Até 30 anos de idade	-	05
	31 a 60 anos de idade	03	12
Estudante	Sim	02	13
	Não	01	04
Tempo de cárcere	Até 2 anos de cárcere	01	02
	3 a 5 anos cárcere	-	07
	6 a 16 anos de cárcere	02	08

Fonte: a autora, 2023.

Tabela 21 – Respostas dos professores e funcionários da segurança para a questão 13

Fator extralinguístico	Requisitos	Pretinho	Moca
Escolaridade	Ensino Médio	-	02
	Ensino Superior	-	08
	Especialização	05	03
Tempo de trabalho em unidades penais	Até 10 anos de serviço	-	09
	11 a 22 anos de serviço	05	04

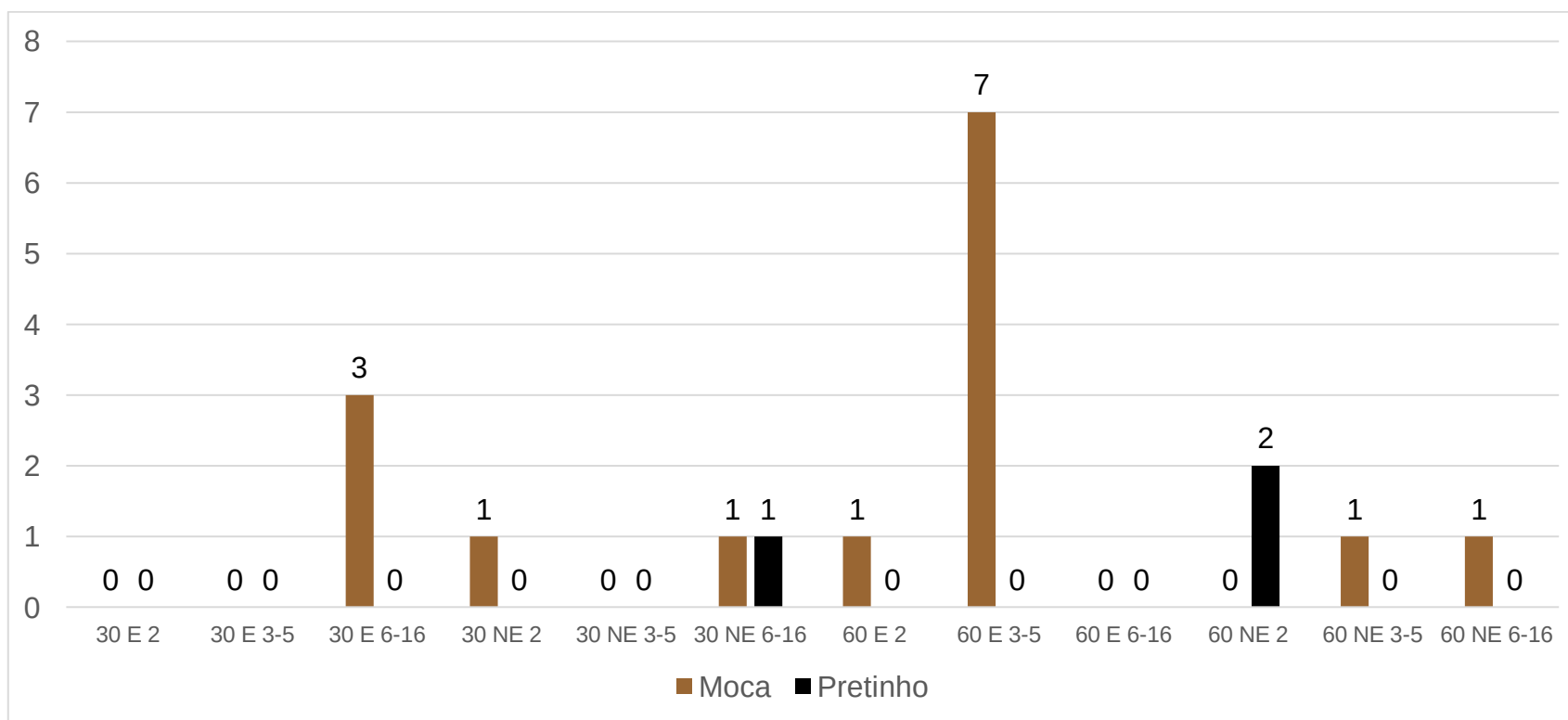
Fonte: a autora, 2023.

Uma questão interessante que observamos é que a maioria das detentas utiliza o termo "moca" para se referir ao café, de acordo com os três fatores extralinguísticos analisados, como se percebe na Tabela 20. No entanto, ao analisarmos as respostas dos funcionários e professores, na Tabela 21, surpreendemo-nos com aquelas mencionadas pelas docentes. Apenas uma professora utilizou o termo "moca",

enquanto as demais mencionaram "pretinho". Parece-nos que o termo "pretinho" tem uma maior associação com o café, tornando-o mais fácil de relacionar, e por isso é tão utilizado por elas.



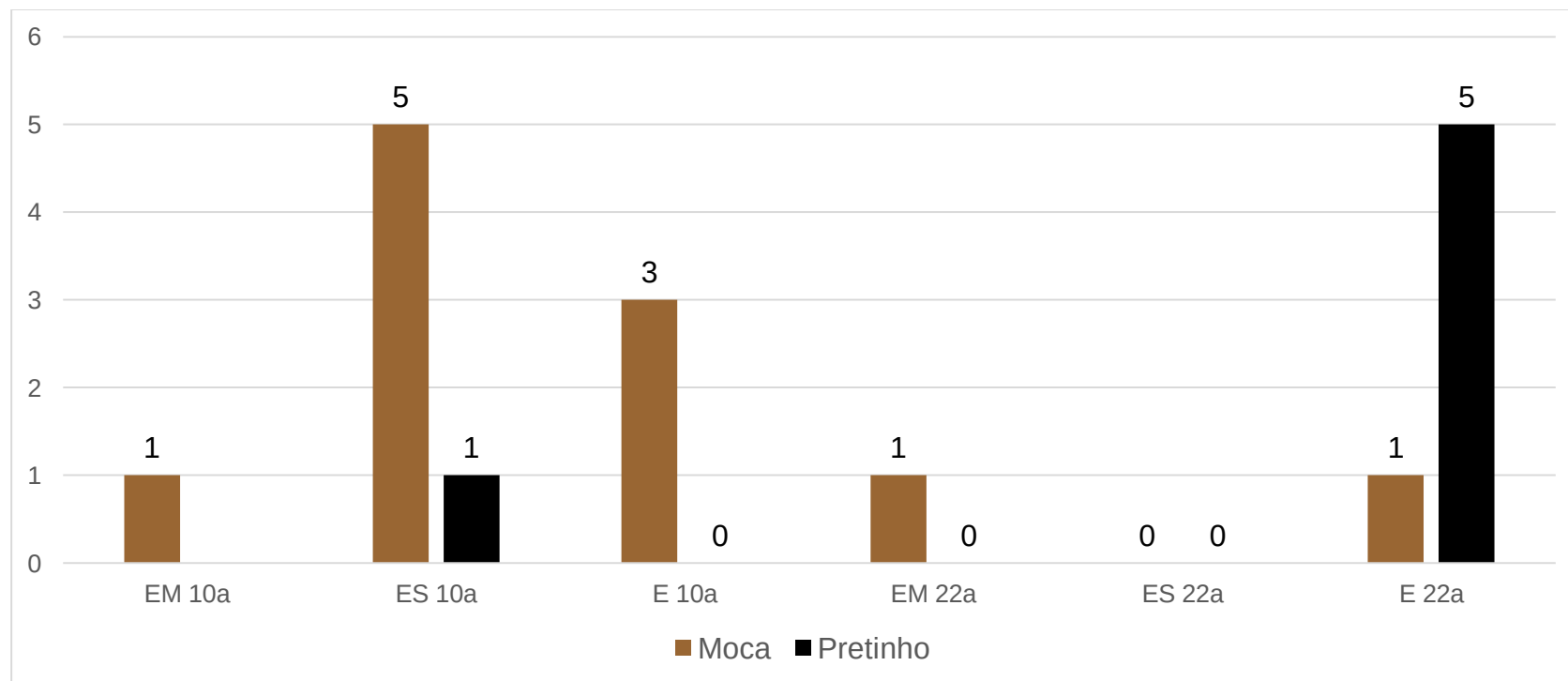
Carta 11 – Variantes “pretinho” e “moca” – quantidade de detentas falantes



Fonte: a autora, 2024.



Carta 12 – Variantes “pretinho” e “moca” – quantidade de professores funcionários da segurança falantes



Fonte: a autora, 2024.

Embora o termo "moca" tenha aparecido na Carta 11, percebemos que não é muito utilizado pelas detentas da PFF-UP. O termo "pretinho", durante a análise em grupo dos fatores extralinguísticos, apareceu de forma bastante expressiva, quando comparado com as análises dos fatores extralinguísticos separadamente. Confirmamos que é um termo mais utilizado pelas detentas com maior idade e maior tempo de encarceramento.

Em relação à Carta 12, observamos que "moca" é muito utilizado por servidores com ensino superior e com até dez anos de trabalho no sistema penal. Isso nos leva a considerar que poderiam ser funcionários que ingressaram na função ao mesmo tempo e aprenderam o mesmo linguajar.

Questão 21. Como se chama o objeto utilizado por fumantes para colocar as cinzas do cigarro?

Tabela 22 – Respostas das detentas para a questão de nº 21

Fator extralinguístico	Requisitos	Boca suja	Bate cinza
Idade	Até 30 anos de idade	03	03
	31 a 60 anos de idade	11	01
Estudante	Sim	09	02
	Não	05	02
Tempo de cárcere	Até 2 anos de cárcere	02	01
	3 a 5 anos cárcere	04	01
	6 a 16 anos de cárcere	08	02

Fonte: a autora, 2023.

Tabela 23 – Respostas dos professores e funcionários da segurança para a questão de nº 21

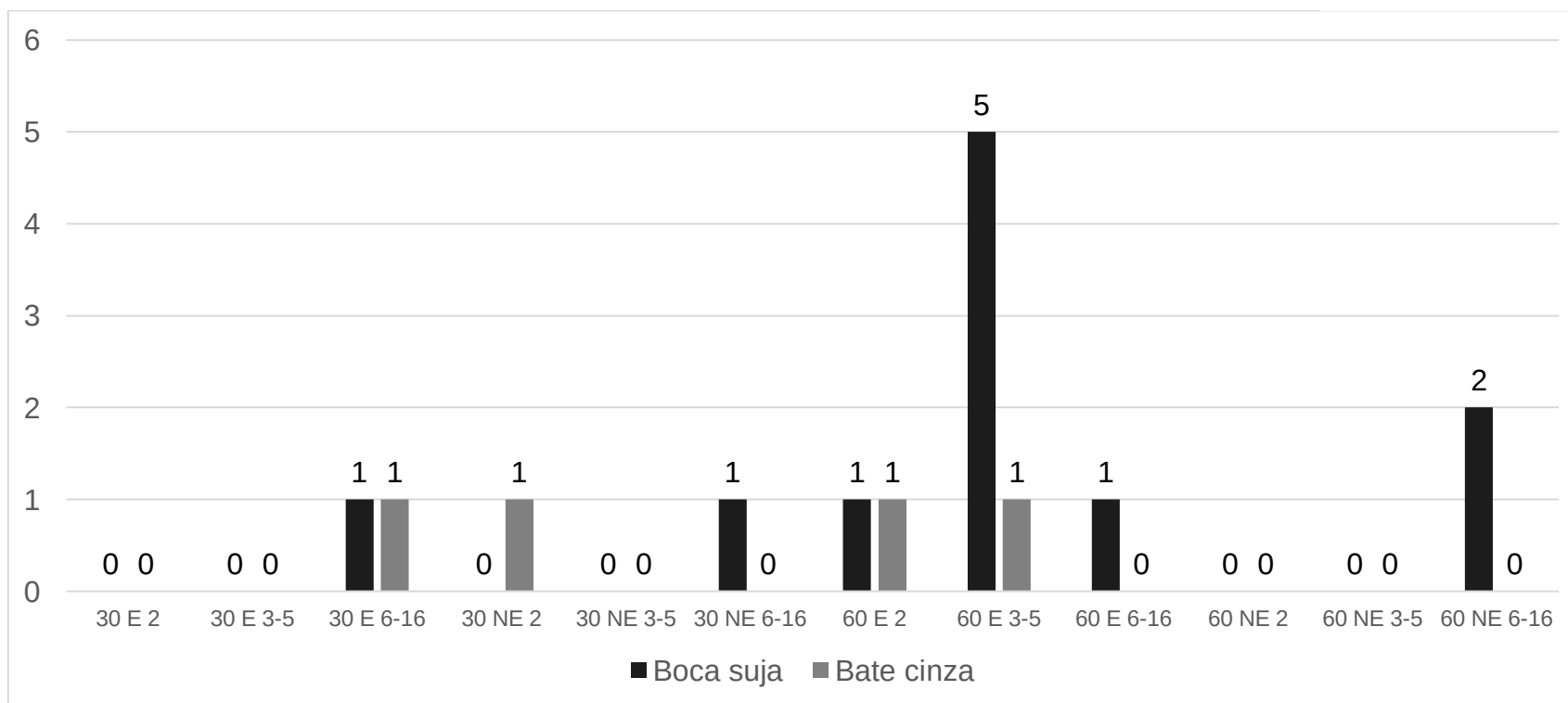
Fator extralinguístico	Requisitos	Boca suja	Bate cinza
Escolaridade	Ensino Médio	02	-
	Ensino Superior	06	-
	Especialização	06	-
Tempo de trabalho em unidades penais	Até 10 anos de serviço	06	-
	11 a 22 anos de serviço	09	-

Fonte: a autora, 2023.

Outra questão que despertou nossa surpresa foi a familiaridade com termos que denotam "cinzeiro", mesmo considerando que o ato de fumar não é permitido na unidade penal. Este achado evidencia a influência da bagagem linguística individual, contribuindo para a construção de uma nova identidade no contexto atual. Acreditamos que tais termos possam ter origem nas experiências das detentas em comarcas, conforme relatado por elas.

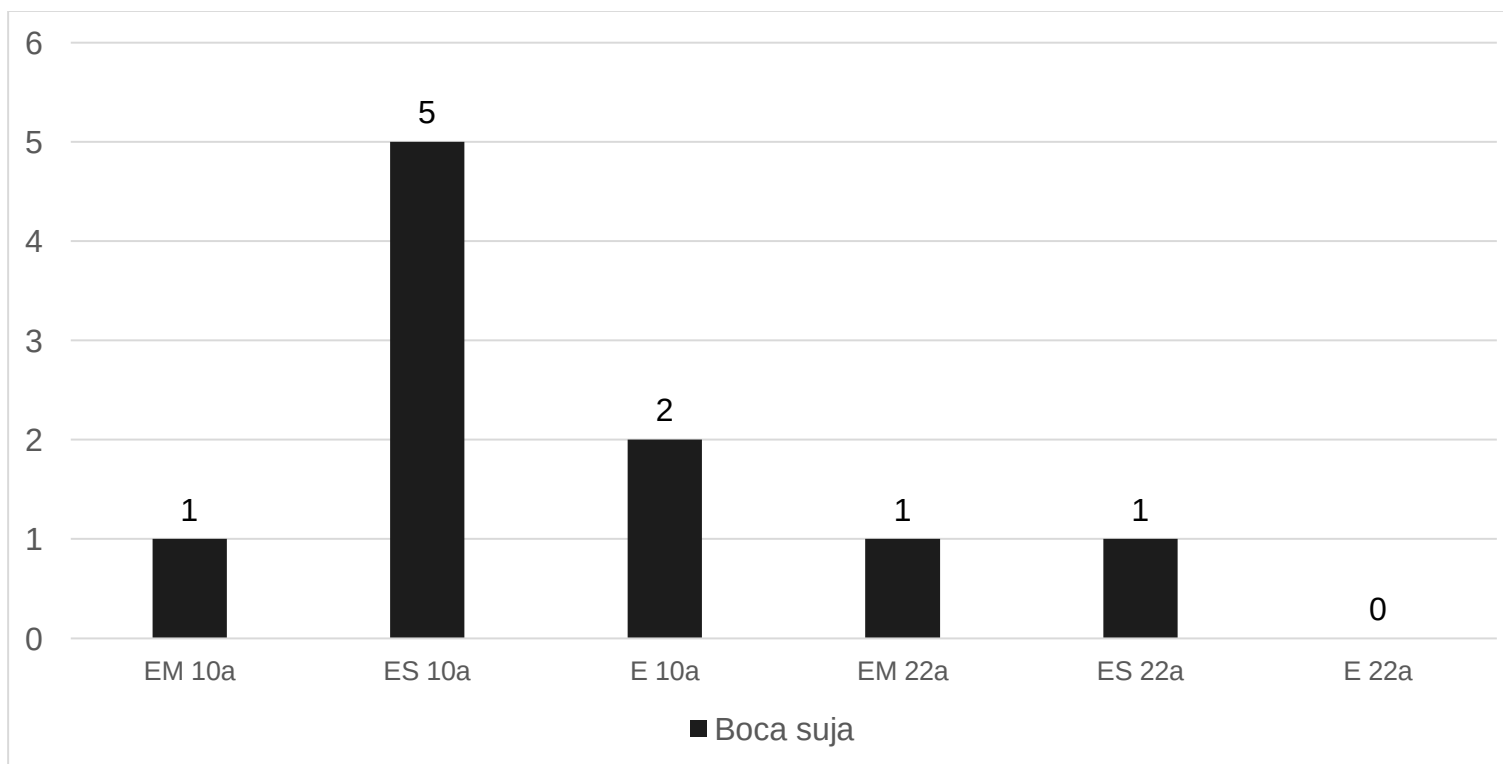
O termo "bate cinza" não foi mencionado pelo grupo de funcionários e professores, que reconhecem apenas a expressão "boca suja". Essa última foi identificada por um número considerável de entrevistados. Por outro lado, o grupo de detentas utiliza a expressão "boca suja" de maneira mais significativa, especialmente entre aquelas que estão há mais tempo no cárcere.

Carta 13 – Variantes “boca suja” e “bate cinza” – quantidade de detentas falantes



Fonte: a autora, 2024.

Carta 14 – Variantes “boca suja” e “bate cinza” – quantidade de professores e funcionários da segurança falantes



Fonte: a autora, 2024.

Observamos que ambos os vocábulos não são muito mencionados nessa comunidade. A análise da Carta 13 revela que detentas mais antigas, com maior tempo de cárcere, têm maior domínio desse termo. Constatamos, por meio das entrevistas realizadas, que muitos termos são trazidos pelas detentas das comarcas, e esse parece ser um deles. Em algumas comarcas, o ato de fumar é permitido.

Quanto à Carta 14, os entrevistados pertencentes ao Grupo F, com maior tempo de serviço e especialização, desconhecem o termo "boca suja" e mencionaram apenas "bate cinza". Acreditamos que o primeiro termo pode ser mais recente e que antigamente, na época em que fumar era permitido, usava-se o vocábulo "bate cinza" para se referir ao cinzeiro.

Descobrimos, por meio das análises realizadas, tanto das entrevistas quanto da literatura, que vários termos possuem o mesmo significado em diferentes unidades prisionais do Brasil. De fato, essa população possui um vocabulário distintivo. Em relação à PFF-UP, observamos que as palavras "jega", "praia", "boi", "estoque" e "pipa" são predominantes em toda a comunidade, sendo utilizadas tanto por detentas quanto por funcionários e professores.

Outros termos "diferentes" apresentam uma maior variabilidade em relação à sua utilização, mas foi confirmado que o tempo dentro do sistema, tanto de encarceramento quanto de trabalho, influencia significativamente na sua utilização e familiaridade. Além disso, observamos que as pessoas mais velhas utilizam mais esses termos do que as mais jovens. Em relação ao nível de escolaridade, aqueles que não frequentaram a escola dominam o vocabulário diferenciado em comparação com aqueles que tiveram acesso à educação formal.

Não foram observadas diferenças significativas nas respostas entre as internas que estão matriculadas nos níveis de ensino fundamental, médio e superior. Durante as entrevistas, as internas que frequentam o ensino superior afirmaram repetidamente que não utilizam mais esses termos específicos. Acreditamos que elas responderam com base no conhecimento adquirido e que adaptam seu vocabulário de acordo com a pessoa com quem estão se comunicando no momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após quinze anos de experiência em unidades prisionais, interagindo com detentas e servidores, optei por explorar teorias científicas para aprofundar minha compreensão sobre a linguagem no ambiente carcerário. Assim, dei início a esta pesquisa ao fazer a transição do papel de policial penal para o de pesquisadora.

Nesse contexto, a pergunta norteadora deste estudo foi a seguinte: Como se apresenta a variedade linguística, no nível lexical, da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu?

Para atender a essa indagação, estabelecemos como objetivo geral mapear a variação lexical na fala da comunidade da PFF-UP. Com o propósito de alcançar esse intento, estruturamos esta dissertação em quatro capítulos, seguindo uma progressão de especificidade: iniciamos com a descrição da metodologia utilizada para a realização da pesquisa, o público-alvo e o contexto do estudo; em seguida, apresentamos os conceitos teóricos do campo estudado, detalhando a elaboração e a análise das entrevistas e observações, finalizando com a confecção do mapeamento linguístico da comunidade prisional.

Assim, na seção introdutória deste estudo, delineamos as motivações que nos impeliram a investigar a linguagem na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu. Além disso, contextualizamos o ambiente objeto da pesquisa, o que suscitou questionamentos sobre os aspectos linguísticos e sociais das detentas e demais membros dessa comunidade, como professores e funcionários de segurança. Nosso interesse residia em compreender as razões por trás do uso dessa linguagem pelas detentas, avaliar a facilidade com que os funcionários e professores compreendiam esse linguajar, investigar o seu processo de formação e explorar outros aspectos socioculturais vinculados aos seus falantes.

No primeiro capítulo, procedemos com a descrição da abordagem metodológica adotada, optando pela pesquisa qualitativa e empregando entrevistas semiestruturadas e observação indireta com os participantes da pesquisa. Esses métodos revelaram aspectos relevantes da realidade sociocultural dos sujeitos estudados. Enfatizamos os desafios enfrentados durante a pesquisa e delineamos os passos necessários para elaborar o mapa linguístico dessa comunidade, que representa nosso principal objetivo.

No segundo capítulo, apresentamos a fundamentação teórica, buscando na Sociolinguística Variacionista o respaldo necessário para responder aos questionamentos propostos. Nesse sentido, baseamo-nos nos pressupostos teóricos de Labov (2008), Bagno (2007), Bourdieu (2018) e Goffman (2005), entre outros. Essas referências nos permitiram estabelecer conexões entre a linguagem do grupo estudado e os aspectos socioculturais que influenciam o processo comunicativo dos indivíduos envolvidos na interação verbal.

No terceiro capítulo, discutimos conceitos relacionados ao DEPPEN PR, apresentando definições relevantes para o contexto carcerário, a fim de aprimorar a compreensão do leitor. Exploramos o ambiente prisional feminino, com destaque para a Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, compartilhando informações sobre a vida atrás das grades e descrevendo o processo de ingresso na prisão.

No quarto capítulo, foram apresentadas informações sobre os participantes da pesquisa, discutidas e analisadas as respostas obtidas por meio das entrevistas e observações, culminando na apresentação dos mapas linguísticos elaborados.

Ao término do estudo, constatamos que os objetivos estabelecidos foram alcançados: analisamos e descrevemos o léxico utilizado pela comunidade da PFF-UP, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a linguagem no ambiente carcerário, analisamos as observações e entrevistas e, embasados nos fundamentos teóricos discutidos ao longo da dissertação, elaboramos o mapa linguístico da PFF-UP.

Com base nas análises descritas e discutidas nesta dissertação, podemos retomar a questão principal de pesquisa: Como se apresenta a variedade linguística, no nível lexical, da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu? A linguagem utilizada na unidade prisional é fascinante devido à sua diversidade linguística. Observamos que as detentas empregam termos diferenciados para estabelecer semelhanças entre si, o que as auxilia nas relações interpessoais e na gestão de situações comuns no sistema carcerário. Elas associam objetos e situações do cotidiano a significados atribuídos, utilizando essas associações para se comunicarem entre si.

Os termos empregados na linguagem das detentas envolvem comparações e ideias implícitas, exigindo um esforço adicional para entender as construções geradas. Nossas análises também revelaram que os vocábulos utilizados no sistema carcerário não servem apenas para uma comunicação secreta, mas funcionam como uma forma de identificação de grupo e interação social.

Em síntese, essa é a forma adotada por esse grupo para expressar suas crenças, alegrias e dificuldades enfrentadas no ambiente prisional. Constitui-se como o meio encontrado para se destacarem de alguma maneira. Além disso, essa linguagem distinta é de importância fundamental para todos os que almejam se comunicar no sistema penitenciário, levando os envolvidos a assimilá-la rapidamente.

Entretanto, os funcionários da segurança e os professores, que convivem diariamente com as detentas, conseguem compreender a forma de comunicação do grupo, o que facilita a interpretação dos significados dos termos criados. Ficou evidente que as detentas utilizam esses vocábulos como mecanismo de autodefesa e proteção, visando a preservar a si mesmas. Além disso, considerando o contexto de preconceito linguístico ao qual o grupo está sujeito, elas buscaram transmitir uma imagem positiva de si mesmas durante a interação direta com a entrevistadora, procurando justificar sua entrada na criminalidade e o uso desses termos.

Portanto, consideramos importante que os futuros professores de Língua Portuguesa repensem o ensino sobre as variações linguísticas e busquem participar de programas de formação continuada nessa área. Isso lhes permitirá adotar um novo olhar em relação aos processos de mudança, especialmente nas escolhas lexicais que fazemos ao falar. Dessa forma, esperamos que esta pesquisa inspire os professores a refletir e a investigar o tema e, conseqüentemente, a ampliar os conhecimentos linguísticos de seus alunos. Que sirva como meio de nos fazer (re)pensar nossas práticas, estar atentos aos distintos vocábulos existentes e refletir sobre o preconceito linguístico que nos cerca.

REFERÊNCIAS

- ALKMIN, T. M. Sociolinguística Parte I. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 30-45.
- AGUILERA, V. de A. **A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer**. Londrina: Eduel, 2013.
- ANDRÉ, M. E. D. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- ARAGÃO, M. do S. S. de. A Distribuição Diatópica e Diastrática das Variantes de “Sovina” em Capitais Brasileiras – AliB. *In*: ALTINO, F. C. (Org). **Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem à Vanderci Andrade Aguilera**. Londrina: Midiograf, 2012. p. 15-36.
- ARRAZ, F. M. A gíria em um ambiente socioeducativo: recurso linguístico utilizado pelos jovens que se encontram privados de liberdade. *Revista DisSol*. Pouso Alegre, ano 7, n. 12, jul./dez. 2020.
- ARRAZ, F. M. Gíria dos acautelados: recurso linguístico dos jovens que se encontram privados de liberdade. **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v. 11, n. 3, p. 345-363, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8170228>.
- AZEVEDO, R. O. de; SILVA, M. M. da; BARROS, D. M. V. de. O papel do agente penitenciário no processo de humanização no presídio feminino do Distrito Federal – Colméia. **Revista Projeção, Direito e Sociedade**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 252-266, 2012. Disponível em: <https://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/165>. Acesso em: 19 nov. 2023.
- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, M. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2009.
- BASSI, A.; MARGOTTI, F. W. Um estudo geolingüístico nas capitais brasileiras das variantes lexicais para a brincadeira infantil amarelinha. *In*: ALTINO, F. C. (Org). **Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem à Vanderci de Andrade Aguilera**. Londrina: Midiograf, 2012. p. 49-78.
- BOURDIEU, P. **Conceitos Fundamentais**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- BRASIL. Ministério da justiça. Departamento Penitenciário. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN Mulheres**. Julho de 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-nobrasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre o seu funcionamento. Brasília: Diário Oficial da União, 22 mar. 1952.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília: Diário Oficial da União, 13 jul. 1984.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 24 ago. 2006.

CARVALHO, L. R. de. **A língua do tráfico**: análise de gírias e instrumentalização da Língua Portuguesa por traficantes de drogas do Rio de Janeiro. 2022, 26 f. Artigo (Licenciatura em Letras, Português e Respektivas Literaturas) – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2022.

COUTO, V. de A. **A oficina do diabo e a casa do Senhor**: os embates identitários dentro dos presídios. 2011, 75 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

CURY, J. S.; MENEGAZ, M. L. Mulher e o Cárcere: uma história de violência, invisibilidade e desigualdade social. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13th Women's Worlds Congress, **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499469506_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero-enviar.pdf. Acesso em: 19 nov. 2023.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 6.0**. São Paulo: Positivo, 2009 CD-ROM.

FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artemed, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

FREITAG, R. M. K.; SANTANA, C. C. de; ANDRADE, T. R. C. de; SOUSA, V. S. **Sociolinguística e política linguística**: olhares contemporâneos. São Paulo: Blucher, 2016.

FOLETTTO, D. A. B.; PARREIRA, J. A.; OLIVEIRA, R. A. da C.; QUINTINO, T. dos S. A dinamicidade e poder da língua: Uma reflexão sociolinguística sobre a linguagem gíria marginal. **Web Revista Sociodialeto**, [S. l.], v. 10, n. 29, p. 129-136, 2019.

GALINHO, M. M. **A gíria como processo comunicativo das reeducandas do presídio Santa Luzia**: construção de um glossário. 2021, 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Português) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GRILLO, S. V. de C. Confrontos e confluências entre a sociologia da linguagem de Bourdieu e teorias linguísticas. **Horizontes**, Bragança Paulista, v. 20, p. 49-58, jan./dez. 2002. Disponível em: https://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portalUSF/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_07/uploadAddress/horizontes-8%5B6313%5D.pdf. Acesso: 19 nov. 2023.

ISQUERDO, A. N. Atlas regionais em andamento no Brasil: perspectivas metodológicas. In: AGUILERA, V. de A. (Org). **A geolinguística no Brasil**: trilhas seguidas, caminhos a percorrer. Londrina: Eduel, 2013. p.333-356.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça restaurativa aplicada em presídios. **Jusbrasil**, 2017. Disponível em: <https://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/485827691/justica-restaurativa-e-aplicada-em-presidios>. Acesso em: 23 jun. 2021.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOLICA, M. C.; BRAGA, M. L (Orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MATOS, S. C. de. **A língua dos “filhos errantes da sociedade”**: uma análise sociodiscursiva das gírias do sistema penitenciário do interior do Tocantins. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MATOS, S. C. de. A metáfora como um recurso sociodiscursivo nas gírias dos reeducandos do sistema prisional do Tocantins. *Revista Faculdade Facit*, v.3, p. 143-161, 2020.

OLIVEIRA, H. C.de. **Códigos de sustentação da linguagem no cotidiano prisional do Rio Grande do Norte**: Penitenciária Estadual de Parnamirim. 2010, 419 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional, Cultura e Representações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

OLIVEIRA, M. L. T. de. **A gíria dos internos da FEBEM**. 2006, 109 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, D. A. de; GOMES, N. dos S. Falar prisional: uma análise sociolinguística das gírias utilizadas por homens e mulheres nos presídios de Campo Grande – MS. **Revista Philologus**, ano 21, n. 63, Supl.: Anais da X CNLF. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2015.

PADILHA, S. de J. A arquitetura dos dizeres: em todas as direções. **Revista diálogos: linguagens em movimento**, [S. l.], ano 3, n. 1, jan. 2015.

PALMIERI, R. I. **As práticas discursivas no sistema prisional brasileiro**: “pipos”, sujeição e argumentação. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

PARANÁ. Decreto nº 11.169, de 25 de setembro de 2018. Altera a denominação de 04 (quatro) Estabelecimentos Penais na estrutura organizacional do Departamento Penitenciário – DEPEN, unidade do nível de execução programática da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP, e dá outras providências. Curitiba: Diário Oficial nº 10.282, 26 set. 2018.

PARANÁ. **Cartilha dos processos de replicação das unidades de progressão no Paraná**. 2019.

PEREIRA, E. S.; ANDRADE, A. M. F. de; SOUSA, V. V. **Construções metafóricas e as gírias de grupo: Variações linguísticas no vernáculo da ala feminina de um presídio**. XIV Colóquio Nacional – VII Internacional do Museu Pedagógico da UESB; XII Seminário Nacional – II Internacional do Grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR / UNICAMP: Ciências, Educação e Luta de Classes: Desafios e Perspectivas de Resistência, **Anais...** 2022.

PEREIRA, E. S.; SOUSA, V. V. “Que saudade da LILI”: Reflexões sociolinguísticas sobre mulheres encarceradas. **Revista Científica do Curso de Direito**, [S. l.], n. 5, p. 19-34, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22481/rccd.i5.11864>.

PEREIRA, E. S.; SOUSA, V. V. **Gíria de grupo: A presença da figura de linguagem na fala das internas de um presídio de Vitória da Conquista**. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguístico, 2021.

RESENDE, S. H. de. Narrativas de presos condenados: um vocabulário da prisão. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 361-368, 2013. DOI: <https://doi.org/10.14244/19827199684>.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

SALOMÃO, A. C. B. Variação e mudança linguística: panorama e perspectivas da sociolinguística variacionista no Brasil. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 187-207, jul./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2011v8n2p187>. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6137783.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SANDES, M. B. **A gíria de grupo entre “meninas” do sistema socioeducativo a partir do cronotopo e do lugar de fala**. 2022, 146 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal de Tocantins, Araguaína, 2022.

SANTOS, A. C. A.; ASSIS, G. O.; SILVA, L. V.; OLIVEIRA, T. G. de. Sistema Prisional Feminino: as necessidades que as mulheres apresentam. **Jornal Eletrônico. Faculdades Integradas Vianna Júnior**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 169-189, 2022. Disponível em: <https://jefvj.emnuvens.com.br/jefvj/article/download/866/806/1892>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SILVA, M. E. T. **Os sentidos da liberdade... A gíria prisional como resultado de uma produção léxica criativa e significativa**. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

SIQUEIRA, Í. B. L. **“Aqui ninguém fala, escuta ou vê”**: Relatos sobre o cotidiano profissional dos agentes de segurança penitenciária em Manaus. 2016, 224 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

TARALLO, F. **A pesquisa socio-linguística**. São Paulo: Ática, 1990.

VARELLA, D. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VINHAS, L. L. **Discurso, corpo e linguagem**: processos de subjetivação no cárcere feminino. 2014, 203 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário aplicado às detentas

1. Qual é o seu nome¹⁶ e sua idade?
2. Até que série/ano você estudou?
3. Você tem família? Esposo? Filhos?
4. Como era sua vida antes de ser presa? Você trabalhava? Estudava?...
5. Por que você está aqui?
6. Há quanto tempo você está aqui?
7. Como é sua rotina na prisão? Você estuda? Trabalha?
8. Como é o seu relacionamento com as detentas e servidores?
9. Quais seus planos para quando sair daqui?
10. Aqui na penitenciária, você tem uma linguagem diferente de como falava lá fora? Como você aprendeu a usar esse linguajar diferente? Quando chegam presas na unidade, as demais ensinam ou obrigam falar dessa maneira?
11. Você acha que a maneira que você fala é correto? Você fala bem?
12. Alguém já achou estranho ou riu da sua forma de falar?
13. Quando você sair da prisão, vai continuar falando da mesma forma que fala aqui? Por quê?

¹⁶ Apesar de termos perguntado o nome das detentas, como já observamos, neste estudo, eles são fictícios.

APÊNDICE B

Questionário aplicado aos professores e funcionários da segurança

1. Como é seu nome e qual sua idade?
2. Qual sua escolaridade?
3. Há quanto tempo trabalha aqui?
4. O que você acha da forma de falar das detentas?
5. Você consegue entender com facilidade aquilo que elas falam através de seus códigos?
6. Você costuma utilizar essas palavras diferentes em seu cotidiano?

APÊNDICE C

Questionário aplicado a todos os participantes

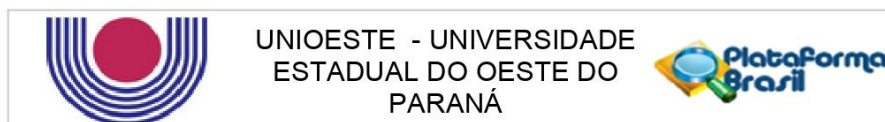
1. Como se chama a roupa íntima, parte de baixo, utilizada por pessoas do sexo feminino?
2. Como se chama a roupa íntima, parte de baixo, utilizada por pessoas do sexo masculino?
3. Como se chama o objeto utilizado para escovar os dentes?
4. Como se chama a fruta que dá na bananeira?
5. Como se chama o lugar que é utilizado para dormir?
6. Como se chama o objeto utilizado para descansar a cabeça na hora de dormir?
7. Como se chama o objeto com tinta utilizado para escrever?
8. Como se chama o alimento feito com farinha que as pessoas costumam comer no café da manhã?
9. Como se chama o objeto feito de tecido para isolar a cama dentro da cela?
10. Como se chama o objeto utilizado para levar os alimentos até a boca?
11. Como se chama o objeto em que servimos o café ou chá para tomar?
12. Como se chama o alimento para adoçar líquidos e sólidos?
13. Como se chama o líquido escuro e cheirosos que tomamos pela manhã?
14. Como se chama o objeto de tecido utilizado para secar o corpo após o banho?
15. Como se chama o lugar utilizado para guardar os pertences dentro da cela?
16. Como se chama o lugar utilizado para dormir na cela quando todas as camas estão ocupadas?
17. Como se chama o objeto sonoro utilizado para escutar músicas, notícias, propagandas?
18. Como se chama a vestimenta, de manga curta ou longa, utilizada pelas pessoas?
19. Como se chama o objeto utilizado para passar as coisas de uma cela para outra?
20. Como se chama o objeto colocado sobre a cama para ficar mais confortável o descanso?

21. Como se chama o objeto utilizado por fumantes para colocar as cinzas do cigarro?
22. Como se chama o lugar utilizado para fazer as necessidades básicas?
23. Como se chama a mulher que tem interesse por pessoa do mesmo sexo?
24. Como se chama onde as presas ficam dentro das galerias?
25. Como se chama o objeto cortante feito dentro das celas para perfurar pessoas?
26. Como se chama o bilhete utilizado para recados?
27. Como se chama o local objeto cheio de alimentos que recebem no almoço e na janta?
28. Como se chama o calçado aberto utilizado na penitenciária?
29. Como se chama o objeto utilizado na hora do banho para lavar o corpo?

ANEXOS

ANEXO A

Parecer substanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A LINGUAGEM DO CÁRCERE: UM MAPEAMENTO LINGÜÍSTICO DA PENITENCIÁRIA FEMININA DE FOZ DO IGUAÇU/ PFF-UP

Pesquisador: ADRIANE DEQUI PALMA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 65508022.5.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.826.070

Apresentação do Projeto:

O conhecimento sobre o outro melhora as relações interpessoais do grupo, é uma possibilidade de ampliar o olhar das pessoas para a questão da diversidade. Sabemos que, através da linguagem, as pessoas demonstram de onde vêm, o que pensam e a forma como interpretam o mundo em que vivem.

Nesse contexto, aprender sobre as variações linguísticas de um grupo social é uma das formas de conhecer sua identidade e entender o motivo de alguns comportamentos adotados pelo grupo. Assim, estudar as variações linguísticas existentes na fala de detentas contribui para aumentar o conhecimento sobre elas, e entender determinadas posturas assumidas dentro da unidade penal. Diante do exposto, é relevante questionar como se apresenta a variedade linguística, no nível lexical, da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu?

A partir disso, temos como objetivo geral: mapear a variação lexical da fala da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu – Unidade de Progressão E como objetivos específicos: i) realizar uma revisão bibliográfica de pesquisas que se reportem a linguagem nas penitenciárias e sobre o preconceito linguístico; ii) coletar, analisar e descrever o léxico da fala da comunidade da

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

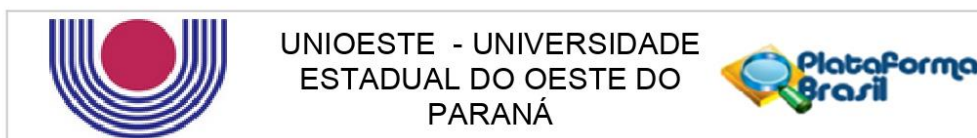
UF: PR

Município: CASCABEL

Telefone: (45)3220-3092

CEP: 85.819-110

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



Continuação do Parecer: 5.826.070

Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu –

Unidade de Progressão; iii) elaborar um mapa linguístico (diastrático) da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu.

Para nortear nossa pesquisa, optamos pelo modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008), e da Dialetologia

(AGUILERA, 2013), com uma abordagem qualitativa, sendo que, para a geração dos dados, utilizaremos a observação participante e entrevistas

semiestruturadas que serão aplicadas na comunidade prisional. Durante a pesquisa, identificaremos aspectos linguísticos e sociais do sistema

prisional. O aporte teórico utilizado para a análise dos tipos de variações linguísticas se fundamenta nos estudos, principalmente, de Labov (2008),

Bagno (2007), Faraco (2008) e Tarallo (1990); para linguagem de grupos específicos, Onofre (2007), Preti (1983), dentre outros; e, finalmente, para

os aspectos metodológicos da pesquisa Flick (2008), Marconi e Lakatos (2010), Tarallo (1990) e Aguilera (2013).

Nesse contexto, pretendemos verificar quais vocábulos são mais utilizados na unidade penal, pois sabemos que o vocabulário utilizado dentro das

penitenciárias vai além do ambiente prisional, as detentas o levam ao retornar para o convívio em sociedade. Além disso, os policiais penais, pelo

efeito da prisionalização, utilizam essas palavras nos seus lares e convívio social. Portanto, o presente estudo visa a mapear o léxico do ambiente

prisional na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu- Unidade de Progressão/PFF-UP.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Mapear a variação lexical da fala da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu – Unidade de Progressão.

Objetivo Secundário:

- Realizar uma revisão bibliográfica de pesquisas que se reportem a linguagem nas penitenciárias; e sobre o preconceito linguístico;
- Coletar, analisar e descrever o léxico da fala da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu – Unidade de Progressão;
- Elaborar um mapa linguístico, diastrático, da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu.

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

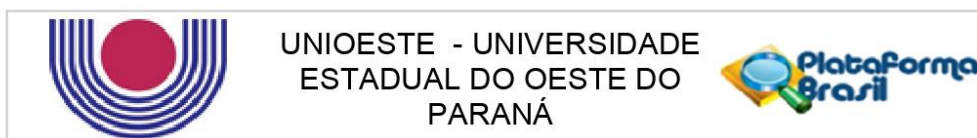
UF: PR

Município: CASCAVEL

CEP: 85.819-110

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



Continuação do Parecer: 5.826.070

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Aos professores, policiais penais e detentas, o risco é o constrangimento ao participar da entrevista semiestruturada.

Será informado aos participantes que se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, comprovadamente decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Benefícios:

A pesquisa junto a essa comunidade penitenciária procura promover uma modificação no ensino e qualificar profissionais para a atuação em pesquisa no ensino, em contexto multiétnico e plurilinguístico; formar um profissional com base teórica sólida e integradora para atuação em diferentes desafios encontrados na sala de aula; contribuir para firmar uma tradição de estudos e pesquisas na área de ensino nos diferentes níveis da Educação Básica e compreender a relação entre a produção de conhecimentos científicos e as possibilidades de intervenção na realidade, além de desenvolver condutas que visem a formação profissional reflexiva do professor como agente de mudanças.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto de pesquisa visa a observar e a analisar o léxico do ambiente prisional na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu – Unidade de Progressão/PFF-UP. O estudo acontece em um contexto social específico, de um grupo minoritário, totalmente excluído da sociedade, e procura estudar as variações linguísticas existentes naquele grupo. Percebemos que o sistema carcerário utiliza recursos linguísticos diferentes daqueles presentes na norma padrão da língua portuguesa, logo, nossa pergunta, como se apresenta a variedade linguística, no nível lexical, da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu? A partir disso, temos como objetivo geral: mapear a variação lexical da fala da comunidade da

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

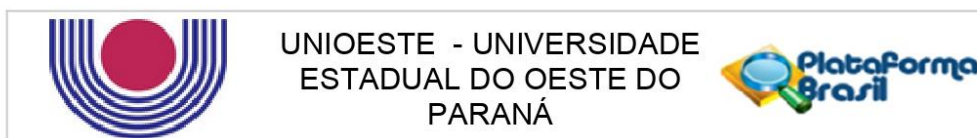
UF: PR

Município: CASCAVEL

CEP: 85.819-110

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



Continuação do Parecer: 5.826.070

Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu – Unidade de Progressão E como objetivos específicos: i) realizar uma revisão bibliográfica de pesquisas que se reportem a linguagem nas penitenciárias e sobre o preconceito linguístico; ii) coletar, analisar e descrever o léxico da fala da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu – Unidade de Progressão; iii) elaborar um mapa linguístico (diastrático) da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu. Para nortear nossa pesquisa, optamos pelo modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008), e da Dialetoлогия (AGUILERA, 2013), com uma abordagem qualitativa, sendo que, para a geração dos dados, utilizaremos a observação participante e entrevistas semiestruturadas que serão aplicadas na comunidade prisional. Durante a pesquisa, identificaremos aspectos linguísticos e sociais do sistema prisional. O aporte teórico utilizado para a análise dos tipos de variações linguísticas se fundamenta nos estudos, principalmente, de Labov (2008), Bagno (2007), Faraco (2008) e Tarallo (1990); para linguagem de grupos específicos, Onofre (2007), Preti (1983), dentre outros; e, finalmente, para os aspectos metodológicos da pesquisa Flick (2008), Marconi e Lakatos (2010), Tarallo (1990) e Aguilera (2013). Sabemos que através da linguagem, as pessoas demonstram a sua identidade. Dessa forma, acreditamos ser necessário ampliar os estudos relacionados a esse grupo social, com o intuito de buscar melhorias no relacionamento intramuros entre todos os sujeitos envolvidos na unidade penal. Vislumbra-se que o estudo aponte as variações linguísticas existentes no ambiente prisional e um mapa linguístico diastrático da comunidade

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequadamente apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Apresentar o Relatório Final na Plataforma Brasil até 30 dias após o encerramento desta pesquisa.

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

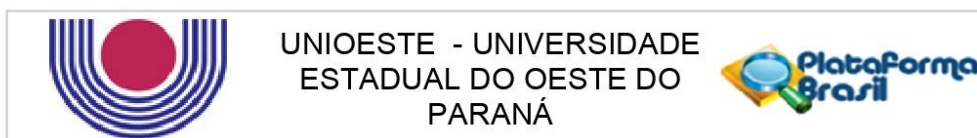
UF: PR

Município: CASCAVEL

CEP: 85.819-110

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



Continuação do Parecer: 5.826.070

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2056947.pdf	25/11/2022 16:27:09		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	25/11/2022 16:25:20	ADRIANE DEQUI PALMA	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Formulario.pdf	25/11/2022 16:25:11	ADRIANE DEQUI PALMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	25/11/2022 16:23:54	ADRIANE DEQUI PALMA	Aceito
Folha de Rosto	doc.pdf	25/11/2022 16:22:02	ADRIANE DEQUI PALMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CASCADEL, 19 de Dezembro de 2022

Assinado por:
Dartel Ferrari de Lima
(Coordenador(a))

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069
Bairro: UNIVERSITARIO
UF: PR **Município:** CASCADEL
Telefone: (45)3220-3092

CEP: 85.819-110

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

ANEXO B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na

CONEP em 04/08/2000

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Pesquisadora Orientadora: Maridelma Laperuta Martins

Pesquisadora Responsável: Adriane Dequi Palma

Telefone: (45) 999847848

Endereço de contato (Institucional): Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1300 – Lot.

Universitário das Américas, Foz do Iguaçu – PR, 85870-650

Prezado(a) Senhor(a)

Por meio deste termo, o(a) convidamos a participar de uma pesquisa científica intitulada A LINGUAGEM DO CÂRCERE: UM MAPEAMENTO LINGÜÍSTICO DA PENITENCIÁRIA FEMININA DE FOZ DO IGUAÇU/ PFF-UP. Esta pesquisa será coordenada pela Doutora Maridelma Laperuta Martins, professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Ensino, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

A pesquisa mencionada terá como objetivo principal coletar, descrever, analisar e mapear a variação lexical da fala da comunidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu – Unidade de Progressão Para tanto será realizado pesquisa bibliográfica, e, para a geração dos dados, utilizaremos a observação e entrevistas semiestruturadas que serão aplicadas na comunidade prisional.

Sua participação se dará através de entrevista oral e será realizada apenas a gravação de áudio pelo celular e posteriormente transcrita, com o intuito de obter dados importantes tendo em vista os objetivos da pesquisa. A entrevista acontecerá entre os meses de fevereiro a março de 2023, em horário comercial, previamente agendado, de acordo com a disponibilidade do (da) Senhor(a) e da pesquisadora, única pessoa responsável e autorizada a realizar a entrevista.

Asseguramos ao participante a discrição no ato da entrevista, bem como o sigilo total das identidades fornecidas. As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para o desenvolvimento desta pesquisa. Caso as informações sejam consideradas úteis para outros estudos, o(a) Senhor(a) será procurado novamente para autorizar o uso.

A pesquisa não oferece riscos à integridade física e/ou moral dos colaboradores.

No entanto caso ocorra constrangimento em uma ou mais questões, o participante pode recusar-se a respondê-las ou cancelar sua participação na pesquisa. O cancelamento poderá ser solicitado

a qualquer instante, mediante solicitação direta à pesquisadora, sem a intercorrência de qualquer ônus.

Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome, endereço, voz e imagem nunca serão associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar.

Este documento que você vai assinar contém 2 páginas. Você deve vistar (rubricar) toas as páginas, exceto a última, onde você assinará com a mesma assinatura registrada no cartório (caso tenha). Este documento está sendo apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP),

de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 as 15h30min. na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário,

Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail:

cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável: _____

Assinatura: _____

Eu, Adriane Dequi Palma, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante (e/ou responsável).

Assinatura do pesquisador _____

Foz do Iguaçu, PR, _____ de _____ de 2023.